

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 527 | Ano XVIII | 27/8/2018

Ore Ywy

*A necessidade de construir uma
outra relação com a nossa terra*

Daniel Munduruku

Jaider Esbell

Sônia Guajajara

Álvaro Tukano

Casé Angatu Xukuru Tupinambá

Márcia Kambeba

Denilson Baniwa

Olívio Jekupé e Kunumi MC

Márcia Mura

Thiago Carvalho Wera'i

Auritha Tabajara

Leia também

- Rosana Pinheiro-Machado
- Maria Cristina dos Santos
- Bruno Lima Rocha

Ore Ywy

A necessidade de construir uma outra relação com a *nossa terra*

A expressão Guarani *Ore Ywy*, que dá nome a esta edição, de acordo com a tradução da professora Sandra Benitez, significa “nossa terra”. Esse é o mote que costura as entrevistas do tema de capa da presente edição da revista **IHU On-Line**, que reúne entrevistados indígenas de várias etnias. Eles compõem, apesar da riqueza de perspectivas, apenas uma parcela do universo de mais de 300 comunidades indígenas no Brasil, com cerca de 180 idiomas. Tal multiplicidade vai na contramão dos reducionismos indolentes da civilização ocidental, a qual, como Narciso, nada vê diante dos olhos senão a si própria. Por meio de uma cosmovisão atravessada pela arte, pela espiritualidade e pela razão ameríndia, os entrevistados debatem sobre os desafios e dilemas contemporâneos da *nossa terra*.

Daniel Munduruku, escritor indígena e doutor em Educação, aborda a crise instalada no mundo ocidental e que se alastra, sobretudo, por conta dos impactos ambientais do desenvolvimento econômico.

Para **Jaidier Esbell**, artista Makuxi, é necessário desacelerar o tempo para perceber o mundo em suas diferentes camadas.

Sônia Guajajara, uma das líderes indígenas mais conhecidas do Brasil, relata o constante processo de dizimação dos povos indígenas do Brasil e dispara: “Hoje talvez sejamos nós, povos indígenas e populações tradicionais, o modelo civilizatório a ser seguido, porque preservamos nossas relações sociais acima das aquisições materiais”.

Na opinião de **Álvaro Tukano**, tradicional militante indígena, os indígenas continuam sem ser respeitados.

Casé Angatu Xukuru Tupinambá, professor universitário na Bahia, defende o direito natural ameríndio à terra. “Nós não somos donos da terra, nós somos a terra.”

Márcia Kambeba, escritora, artista e educadora indígena, percebe a mulher como central na construção de uma educação e de uma relação com o cosmos harmoniosa e respeitosa.

O artista visual **Denilson Baniwa** usa sua obra para denunciar a violência do agronegócio.

Olívio Jekupé e Kunumi MC são duas gerações de uma mesma família que encontraram

na arte uma forma de resistência. Olívio, o pai, é escritor. Kunumi, o filho, é escritor e rapper.

Márcia Mura, doutora em História Social, luta diariamente pelo reconhecimento de sua própria existência.

Thiago Carvalho Wera’i é jornalista, fotógrafo, documentarista e autor da foto da capa desta edição. Ele busca na árvore familiar sua ancestralidade ameríndia, que dá sentido à sua existência.

Auritha Tabajara, escritora cordelista indígena, encerra o tema de capa com o cordel *O grão*.

Colaboraram na edição **Julie Dorrico**, doutoranda em Letras na PUCRS e pesquisadora de literatura indígena brasileira, e **Leno Francisco Danner**, professor de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Complementam a edição as entrevistas com **Rosana Pinheiro-Machado**, professora visitante do Departamento de Sociologia da USP, que investiga o público apoiador de Jair Bolsonaro a partir de 2016, e com **Maria Cristina dos Santos**, professora do Departamento de História da PUCRS, que aborda a importância de repensar o espaço do indígena na história.

Leia ainda um resumo do artigo *Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral*, de **Todd Salzman** e **Michael G. Lawler**, publicado no Cadernos Teologia Pública, e o texto de **Bruno Lima Rocha** sobre a Nicarágua.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana.



Crédito capa: Jera Ariela, da etnia Guarani Mbya, fotografada por © Thiago Carvalho Wera’i

Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Agenda**
- 10 ■ **Rosana Pinheiro-Machado** | Do lulismo ao bolsonarismo
- 15 ■ **Maria Cristina dos Santos** | Os desafios de reconhecer o índio como agente ativo na História
- 20 ■ **Tema de capa | Daniel Munduruku**: A existência para além do economicismo destrutivo e desenfreado
- 24 ■ **Tema de capa | Jaider Esbell**: Ver em camadas o cruzamento dos mundos
- 29 ■ **Tema de capa | Sônia Bone Guajajara**: O agro não é pop. O constante processo de dizimação indígena
- 34 ■ **Tema de capa | Álvaro Tukano**: Para remar no rio do tempo presente
- 38 ■ **Tema de capa | Casé Angatu Xukuru Tupinambá**: "Nós não somos donos da terra, nós somos a terra"
- 42 ■ **Tema de capa | Márcia Wayna Kambeba**: Fazer caber muitos mundos no mundo
- 45 ■ **Tema de capa | Denilson Baniwa**: O ser humano como veneno do mundo
- 48 ■ **Tema de capa | Olívio Jekupé**: Olívio Jekupé e Kunumi MC, duas gerações de uma luta de cinco séculos
- 54 ■ **Tema de capa | Márcia Nunes Maciel**: Da sutileza de puxar os fios da própria história
- 58 ■ **Tema de capa | Thiago Carvalho Wera'i**: O longo caminho ao interior de si em busca da identidade
- 62 ■ **Tema de capa | Auritha Tabajara**: O grão
- 67 ■ **Publicações | Todd Salzman e Michael G. Lawler**: *Amoris Laetitia*: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral
- 68 ■ **Crítica Internacional | Bruno Lima Rocha**: Nicarágua: o orteguismo e o abuso do poder de Estado
- 71 ■ **Outras edições**

IHU ON-LINE
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado – MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Vítor Santos – MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Patricia Fachin – MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi – MTB 7.466/RS
(vnechi@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editores

Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia

Fachin, Cristina Guerini, Evlyn Zilch, Anielle Silva, Victor Thiesen, William Gonçalves, Stefany de Jesus Rocha, Wagner Fernandes de Azevedo e Lidiane Menezes.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider
(jacintos@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

América Latina e a busca de um modelo econômico pós-extrativista



“Muitos pensam que não é um problema para um país depender economicamente dos recursos naturais que tem à disposição em seu território.”

Dário Bossi é padre comboniano, membro da rede Justiça nos Trilhos e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Disponível em bit.ly/2N9kDXL.

O surto de sarampo nas Américas. “As doenças infecciosas são um assunto antigo? Mas estão aí!”

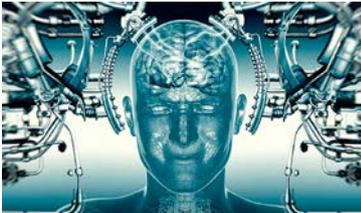


“Se tivéssemos altas coberturas vacinais, isso não estaria acontecendo.”

Marilda Siqueira é graduada em Farmácia e Bioquímica, mestra em Biologia Parasitária e doutora em Ciências (Microbiologia). É pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em bit.ly/2LmqLdB.

4

A totalização digital e o declínio das utopias revolucionárias



“O termo Revolução 4.0 parece sintetizar o declínio das utopias revolucionárias modernas, sobretudo no que diz respeito ao fim da estruturação da sociedade em classes.”

Icaro Ferraz Vidal Junior é graduado em Estudos de Mídia, mestre e doutor em Comunicação. Disponível em bit.ly/2BEQbDQ.

O proletário digital na era da reestruturação permanente do capital



“A indústria ‘4.0’ aqui terá uma consequência ainda mais grave de desemprego para os assalariados.”

Ricardo Antunes é mestre e doutor em Ciências Sociais, professor da Unicamp. Disponível em bit.ly/2o1L5HX.

Privatização do saneamento público. A MP 844 e o mercado do saneamento básico no Brasil



“É evidente que as empresas privadas disputarão os municípios superavitários, deixando os deficitários para as estatais.”

Roberto Andrés é professor na UFMG e doutorando em História das Cidades. Editor da revista Piseagrama. Disponível em bit.ly/2wmOXah.

**Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias**

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Floresta Amazônica reduz capacidade de absorção de carbono chegando a quase zero

Há cerca de 20 anos, a floresta amazônica era considerada um sumidouro de carbono, retendo todos os anos meia tonelada de carbono por hectare.

Reportagem de Cimone Barros, publicada por INPA em 22-8-2018, disponível em <https://bit.ly/2Nab4YF>.

Bancada ruralista arma mais uma ofensiva contra povos tradicionais

Além da revogação do Decreto 6.040, pedem a suspensão nos processos de demarcação de terras de populações tradicionais. Existem cerca de cinco milhões de brasileiros que se auto reconhecem pertencentes de povos e comunidades étnicos.

Reportagem de Lilian Campelo, publicada por Brasil de Fato, em 22-8-2018, disponível em bit.ly/2PyWmw4.

Como o ódio viralizou no Brasil

Números sugerem que intolerância e desinformação parecem ter se naturalizado na internet brasileira. O que antes seria denunciado, hoje é curtido e compartilhado. Um sintoma não só da crise, mas de um atraso histórico.

Reportagem de Fernanda Pugliero, publicada por Deutsche Welle em 20-8-2018, disponível em bit.ly/2OYM478.

5

Governo e ruralistas pressionam liberação do glifosato

Agrotóxico, cuja associação com câncer e outras doenças já foi comprovada, teve seu registro suspenso pela Justiça brasileira. Mas governo, fabricantes e ruralistas pressionam a Advocacia-Geral da União pela derrubada da decisão.

Reportagem publicada por EPSJV/Fiocruz em 20-8-2018, disponível em bit.ly/2PxfoCY.

Importância do Brasil na biodiversidade mundial é maior do que se pensava, dizem cientistas

Quase um quarto de todos os peixes de água doce do mundo - mais precisamente 23% - estão nos rios brasileiros. Assim como 16% das aves do planeta, 12% dos mamíferos e 15% de todas as espécies de animais e plantas.

Reportagem de Camilla Costa, publicada por BBC Brasil em 19-8-2018, disponível em bit.ly/2P4HvZp.

Poluição do ar reduz a expectativa de vida global em mais de um ano

A poluição do ar encurta a vida humana em mais de um ano, segundo um novo estudo de uma equipe de engenheiros ambientais e pesquisadores de saúde pública.

Reportagem de Johnny Holden, publicada por University of Texas at Austin e reproduzida por EcoDebate em 23-8-2018, disponível em bit.ly/2MtysUJ.

Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

Determinantes da desigualdade social e da riqueza no Brasil

27/ago

Horário
19h30 às 22h

Conferencistas
Prof. Dr. Pedro Herculano de Souza – IPEA – Brasília

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Exibição do documentário No intenso agora, de João Moreira Salles

28/ago

Horário
17h

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Debate sobre o documentário No intenso agora, de João Moreira Salles

28/ago

Horário
19h30

Debatedoras
Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese e Profa. Dra. Sina-
ra Santos Robin – Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

6

Oficina: minhocultura e compostagem

29/ago

Horário
12h30

Ministrantes
Acadêmico Denis Gamarra, Bel. Daiani Fraporti dos Santos e Prof. MS Gelson Fiorentin – Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Apresentação da obra *Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito*, de Tim Jackson

29/ago

Horário
19h30 às 22h

Conferencistas
Profa. Dra. Clitia Martins – FEE e ECOECO

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual

30/ago

Horário
17h30 às 19h

Conferencista
Prof. Dr. Mário Maestri – UPF

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo





4º Ciclo de Estudos A reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Limites e perspectivas

O cenário eleitoral brasileiro e a participação das juventudes. Possibilidades e Limites

4/set

Horário
9h às 11h

Conferencista
Profa. Dra. Rosana Pinheiro-Machado – UFSM

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

4º Ciclo de Estudos A reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Limites e perspectivas

Os projetos políticos da eleição brasileira de 2018 e os papéis da esquerda. (Im)previsões e análises

4/set

Horário
11h às 12h30

Conferencista
Prof. Dr. Moysés Pinto Neto – Ulbrá

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

4º Ciclo de Estudos A reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Limites e perspectivas

A política do comum e do protótipo. Possíveis alternativas à captura da política e do Estado

4/set

Horário
14h às 16h

Conferencista
Prof. Dr. Henrique Z. Parra – Unifesp

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

4º Ciclo de Estudos A reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Limites e perspectivas

A democracia sem partidos e a partir das muitas e dos muitos. (Re)Invenção política?

4/set

Horário
16h15 às 18h

Conferencista
Prof. MS Roberto Rolim Andres – UFMG e Piseagrama

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Cine Vídeo: Desertos Verdes: plantações de eucalipto, agrotóxicos e água

5/set

Horário
12h30 às 13h30

Apresentação
Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Exibição do documentário *No intenso agora*, de João Moreira Salles

5/set

Horário
17h

Local
Torre Educacional – Sala 803
Unisinos Campus Porto Alegre



Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

Debata sobre o documentário *No intenso agora*, de João Moreira Salles

5/set

Horário
19h

Debatedoras
Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese e Profa. Dra. Sina-
ra Santos Robin – Unisinos

Local
Torre Educacional –
Sala 803
Unisinos Campus
Porto Alegre

A Campanha da Legalidade e Leonel Brizola antes e depois do exílio

6/set

Horário
17h30 às 19h

Conferencista
MS Maria Cláudia Moraes
Leite – UFCSPA

Local
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Unisinos Campus
São Leopoldo

Apresentação do livro *A Cidade e a Modernização: sociedade civil, estado e mercado em disputa pelo conceito de planejamento urbano*, de Milton Cruz

10/set

Horário
19h30 às 22h

Debatedoras
Prof. Dr. Milton Cruz –
Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Unisinos Campus
São Leopoldo



NOTÍCIAS DO DIA

Acompanhe notícias, artigos e entrevistas veiculadas na mídia do Brasil e do mundo, em uma seleção preparada pela equipe do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU.**



ihu.unisinos.br/noticias/noticias-do-dia

24 de setembro de 2018 (segunda-feira)

**14h30min às 16h – A Nova Razão do Mundo.
Do neoliberalismo ao comum
Prof. Dr. Christian Laval – Université Paris
Nanterre – França**

**17h30min às 18h30min – Comum: ensaio
sobre a revolução no século XXI. Obra de
Christian Laval e Pierre Dardot.
Apresentação da obra pelo
Prof. Dr. Christian Laval – Université Paris
Nanterre – França**

**19h30min às 22h – Crise do neoliberalismo
e a emergência de movimentos
emancipatórios
Prof. Dr. Christian Laval – Université Paris
Nanterre – França**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

A atividade integra o
Ciclo de debates desigualdades
no contexto econômico brasileiro

ihu.unisinos.br

Do lulismo ao bolsonarismo

Rosana Pinheiro-Machado pesquisou o fenômeno de pessoas que desde 2016 passaram a se identificar com o candidato Jair Bolsonaro

Patricia Fachin

10

O que fez com que “uma grande parcela” da população brasileira e, mais especificamente, de Porto Alegre, passasse de uma adesão ao lulismo para uma identificação com o bolsonarismo? Compreender esse fenômeno tem sido o tema de estudo das pesquisadoras Rosana Pinheiro-Machado e Lúcia Scalco. Essa motivação, explica Rosana, surgiu em “uma roda de conversa” realizada com os estudantes no final de 2016, a qual “demonstrou que muitos jovens achavam as ocupações coisa de vagabundo”. Depois de perceber estas pistas nas narrativas, “não foi difícil encontrar uma rede ampla de pessoas que desde 2016 passaram a se identificar com o bolsonarismo – conceito que, para nós, está muito além da figura do candidato, mas corresponde a uma nova roupagem do discurso conservador”, afirma.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Rosana Pinheiro-Machado explica que a pesquisa não identificou um “padrão” do eleitor de Bolsonaro, porque “há eleitores mais abastados, menos abastados, jovens e velhos, e com diferentes trajetórias de vida”, mas isso “já é um dado importante”, porque o “discurso ‘populista’ de ‘falar o que todo mundo quer ouvir’ é capaz de atingir pessoas de diferentes pertencimentos.

Segundo ela, outros fatores explicam a adesão de uma parte da população ao candidato, como “o medo dos assaltos, a forma como os meninos sentem medo diante da violência urbana escancarada e brutal de Porto Alegre”. Além disso, do mesmo modo que o voto em Trump, “o voto em Bolsonaro é uma reação à emergência das pautas ‘identitárias’”. Em resumo, “a grande maioria de nossos interlocutores não corresponde a qualquer estereótipo da polarização como sujeitos fascistas, violentos e intransigentes. São pessoas que estão procurando alternativas para as suas duras vidas e lidando com as informações de um candidato que atualmente reina sozinho nas redes sociais”.

Rosana Pinheiro-Machado é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutora em Antropologia Social pela mesma universidade. Foi professora de Desenvolvimento Internacional na Universidade de Oxford de 2013 a 2016. Atualmente é professora visitante no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do Dia de 16-08-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2MVLWii>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que consiste sua pesquisa sobre quem são os possíveis eleitores de Bolsonaro?

Rosana Pinheiro-Machado – A pesquisa é feita em conjunto com a antropóloga doutora Lúcia Scalco. Nós buscamos entender os possí-

veis eleitores e ou simpatizantes de Bolsonaro¹ em uma região periférica

¹ **Jair Bolsonaro** (1955): militar da reserva e deputado

“O medo está por todo lado e as pessoas morrem por menos de um celular”

de Porto Alegre, onde fazemos pesquisa desde 2009 sobre juventude, rolezinhos, consumo e política. Na época estudávamos o consumo como inclusão social, em pleno auge do lulismo². O que aconteceu com o Brasil, com Porto Alegre (berço do Orçamento Participativo³) e com

federal nascido em Campinas (SP). De orientação política de extrema direita, conservadora e nacionalista, cumpre sua sétima legislatura na Câmara Federal. Em janeiro de 2018, anunciou sua filiação ao Partido Social Liberal - PSL, o nono partido político de sua carreira. Foi o deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro nas eleições gerais de 2014. Ficou conhecido pela luta contra os direitos LGBT, pela defesa da ditadura e da tortura. Seus embates contra os direitos humanos são constantes. Suas declarações controversas já lhe renderam cerca de 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais, desde que foi eleito deputado em 1989. Documentos produzidos pelo Exército Brasileiro na década de 1980 mostram que os superiores de Bolsonaro o avaliaram como dono de uma “excessiva ambição em realizar-se financeira e economicamente”. Segundo o superior de Bolsonaro na época, o coronel Carlos Alfredo Pellegrino, “[Bolsonaro] tinha permanentemente a intenção de liderar os oficiais subalternos, no que foi sempre repellido, tanto em razão do tratamento agressivo dispensado a seus camaradas, como pela falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos”. É notório o seu machismo, como evidenciam as agressões e ofensas direcionadas a suas colegas parlamentares. Seu desrespeito à condição feminina não poupou nem a filha. Em abril de 2017, em um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro fez uma menção à caçula, então com seis 6 anos: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Em uma entrevista para a revista *Playboy*, em junho de 2011, sua agressividade dirigiu-se aos gays: “Seria incapaz de amar um filho homossexual”. Ainda disse preferir que um filho “morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí”. Em abril de 2017, durante um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, afirmou que acabará com todas as terras indígenas e comunidades quilombolas do Brasil caso seja eleito presidente em 2018. Também disse que terminará com o financiamento público para ONGs: “Pode ter certeza que se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou pra quilombola”. Atualmente é pré-candidato à Presidência da República. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Lulismo: termo cunhado pelo cientista político André Singer, que também foi porta-voz do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 2002 a 2007. Nascido durante a campanha de 2002, o lulismo representou o afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda adotado pelo PT e o abandono das ideias de organização e mobilização. Busca um caminho de conciliação com amplos setores conservadores brasileiros. Sob o signo da contradição, o lulismo se constituiu como um grande pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o governo Lula (2002-2010). (Nota **IHU On-Line**)

3 Orçamento Participativo - OP: mecanismo governamental de democracia participativa, por meio do qual ci-

a região que propiciou que uma grande parcela se identificasse com o candidato? Essa era a nossa principal questão, a qual foi descoberta quando pensamos que, na escola onde fazíamos pesquisa anos atrás, os estudantes seriam identificados com as ocupações secundaristas⁴. Mas, ao contrário, uma roda de conversa realizada com eles no final de 2016 demonstrou que muitos jovens achavam as ocupações coisa de vagabundo. A partir destas pistas nas narrativas, não foi difícil encontrar uma rede ampla de pessoas que desde 2016 passaram a se identificar com o bolsonarismo – conceito que, para nós, está muito além da figura do candidato, mas corresponde a uma nova roupagem do discurso conservador (que não é novo, evidentemente, nas classes populares).

IHU On-Line – Quais são as

dados podem influenciar ou decidir sobre a destinação dos investimentos de orçamentos públicos de prefeituras municipais. Uma experiência pioneira ocorreu em no município de Porto Alegre (RS), em 1989, com o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores - PT. A experiência inspirou uma série de municípios, como Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevideu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC), Recife (PE), Olinda (PE), Belo Horizonte (MG), Atibaia (SP), Guarulhos (SP) e Mundo Novo (MS). (Nota da **IHU On-Line**)

4 Ocupações secundaristas: a mobilização estudantil no Brasil em 2016, também conhecida como primavera secundarista, corresponde a uma série de manifestações e ocupações de escolas secundárias e universidades. No final de 2016, a mobilização vinha sendo realizada por estudantes secundaristas e universitários em diversos estados do Brasil com o intuito de barrar projetos e medidas dos governos estaduais de Geraldo Alckmin, Marconi Perillo, José Ivo Sartori, Beto Richa, Luiz Fernando Pezão e do atual presidente Michel Temer. Os estudantes protestaram, entre outros pontos, contra a PEC 241 (a PEC do teto de gastos), o projeto Escola sem Partido e a medida provisória do Novo Ensino Médio. O movimento foi inspirado pela mobilização estudantil de 2015 em São Paulo – que acabou derrubando o então secretário de Educação Herman Voorwald, levando o governador Geraldo Alckmin a suspender seus planos de reorganização escolar – e também pelos protestos no Brasil em 2013, quando os estudantes pediam mais investimentos e melhores condições na educação para alunos e professores, assim como a melhoria na qualidade da merenda escolar e da infraestrutura das escolas. (Nota da **IHU On-Line**)

hipóteses da pesquisa e os seus primeiros resultados?

Rosana Pinheiro-Machado – Como todo estudo antropológico, nós não temos conclusões fáceis, até porque não identificamos um padrão de eleitor de Bolsonaro na região: há eleitores mais abastados, menos abastados, jovens e velhos, e com diferentes trajetórias de vida. Isso já é um dado importante: seu discurso “populista” de “falar o que todo mundo quer ouvir” é capaz de atingir pessoas de diferentes pertencimentos: da igreja, o “jovem trabalhador motorista de Uber”, o adolescente, o funkeiro. Em comum, o desejo pelo porte de armas, como uma expressão de um apelo por segurança pública.

Há também outros fatores interessantes: as meninas jovens secundaristas tendem a desprezar a figura dele (ainda que haja meninas e LGBTs simpatizantes). Essas meninas mais jovens, pós-Junho de 2013⁵

5 Junho de 2013: os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, sobretudo nas principais capitais. Inicialmente restrito a pouco milhares de participantes, os atos pela redução das passagens nos transportes públicos ganharam grande apoio popular em meados de junho, em especial após a forte repressão policial contra os manifestantes, cujo ápice se deu no protesto do dia 13 em São Paulo. Quatro dias depois, um grande número de populares tomou parte das manifestações nas ruas em novos diversos protestos por várias cidades brasileiras e até do exterior. Em seu ápice, milhões de brasileiros estavam nas ruas protestando não apenas pela redução das tarifas e a violência policial, mas também por uma grande variedade de temas como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral. Os protestos geraram grande repercussão nacional e internacional. Sobre o tema, confira a edição 193 dos **Cardernos IHU ideias**, intitulada *#VEMpraRUA: Outono Brasileiro? Leituras*, disponíveis em <http://bit.ly/2aVdHxw>. A edição 524 da revista **IHU On-Line**, *Junho de 2013 – Cinco Anos depois. Demanda de uma radicalização democrática nunca realizada*, de 18 de junho de 2018, está disponível

e pós-ocupações, são protagonistas como nunca foram antes: são articuladas politicamente e tendem ao feminismo. Logo, os meninos retraem e não é totalmente errado afirmar que, como ocorreu nos Estados Unidos e foi recentemente comprovado em pesquisa científica (o que muitos de nós já afirmamos intuitivamente), assim como o voto ao Trump⁶, o voto ao Bolsonaro é uma reação à emergência das pautas “identitárias”.

Mas isso é apenas um fator. Outro fator crucial é o medo dos assaltos, a forma como os meninos sentem medo diante da violência urbana escancarada e brutal de Porto Alegre, que deixa todos os seus moradores com a sensação de ser terra de ninguém. O medo está por todo lado e as pessoas morrem por menos de um celular. São histórias dramáticas que fazem com que os meninos sonhem que vão poder se defender; é uma questão de energia vital: manter-se vivo, não temer circular. Eles argumentam que se o “bandido” souber que a população está armada, ele vai pensar duas vezes. “Eu quero me defender”, dizem eles. Sem esquecer que as armas sempre foram um objeto de poder e fetiche nas periferias de Porto Alegre, como já constatavam os antropólogos Luiz Eduardo Soares⁷ e Claudia Fonseca⁸.

em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/524>. (Nota da IHU On-Line)

6 Donald Trump (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da IHU On-Line)

7 Luiz Eduardo Soares: graduado em Letras, mestre em Antropologia e doutor em Ciência Política, com estágio pós-doutoral em Filosofia Política. Foi secretário nacional de Segurança Pública (2003) e coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do Rio de Janeiro. Colaborou com a prefeitura de Porto Alegre como consultor responsável pela formulação de uma política municipal de segurança. Foi secretário municipal de Valorização da Vida e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu (RJ). Em 2000, foi pesquisador visitante do Vera Institute of Justice de Nova York e da Columbia University. Tem vinte livros publicados, entre eles o romance *Experimento de Avelar*, premiado pela Associação de Críticos Brasileiros em 1996, e *Meu Casaco de General*, finalista do Prêmio Jabuti em 2000. Foi professor da Unicamp e do IUPERJ, além de visiting scholar em Harvard, University of Virginia, University of Pittsburgh e Columbia University. É professor da UERJ e coordena o curso à distância de gestão e políticas em segurança pública, na Universidade Estácio de Sá. (Nota da IHU On-Line)

8 Claudia Fonseca: graduada em Letras e mestra em

Outra característica importante é a desestabilização dos afetos e das famílias pela briga de fotos. Conhecemos muitas famílias em que esse padrão se repete: a mulher com horror a Bolsonaro e os homens com admiração. O recorte de gênero, apesar das exceções, é decisivo na cultura popular. Mas o que é excepcional nesse caso é a voz política das mulheres.

Por fim, entre tantos pontos que poderíamos mencionar, destaco também a questão geracional: adolescentes bolsonaristas discutem dados, desconfiam das matérias e temem extremismos. Eles são uma nova geração e sabem conviver melhor com o controverso e com o debate. A partir do momento em que eles viram “pais de família” — e isso geralmente ocorre muito cedo, pelos 21 ou 22 anos —, passam a adorar um discurso muito mais embrutecido, fechado e de “fã” incondicional do candidato. É o peso da vida precária sobre seus ombros. Por fim, a grande maioria de nossos interlocutores não corresponde a qualquer estereótipo da polarização como sujeitos fascistas, violentos e intransigentes. São pessoas que estão procurando alternativas para as suas duras vidas e lidando com as informações de um candidato que atualmente reina sozinho nas redes sociais. Estão procurando soluções de cima para baixo — e isso sequer se difere de uma parte do eleitor de esquerda que também se identifica com figuras paternalistas e salvadoras.

IHU On-Line – No final do ano passado, uma pesquisa Datafolha demonstrou que 60% dos eleitores que declaravam intenção de votar em Bolsonaro para presidente tinham menos de 34 anos. Suas pesquisas também indicam uma preferência dos jovens por Bolsonaro?

Rosana Pinheiro-Machado – Nossa pesquisa é qualitativa e mediou a percepção de jovens nas escolas.

Estudos Orientais pela University of Kansas, doutora em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales e doutora em Ethnologie pela Université de Nanterre. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. (Nota da IHU On-Line)

Nas escolas que pesquisamos com secundaristas, há sempre um grupo grande desinteressado por política e uma outra metade que se divide entre aqueles que não repudiam Bolsonaro, grupo liderado por mulheres, e os que admiram Bolsonaro, geralmente (mas não somente) liderado por meninos. Então o que queremos dizer é que esse é um fenômeno relacional que existe em relação ao seu oposto. O apelo de Bolsonaro na juventude, em especial, tem contornos claros. Diferentemente de seus pais, eles se preocupam menos com a questão da corrupção e se apegam ao Bolsonaro “mito”, engraçado, autêntico, que fala o que pensa, que é um “meme” pronto.

Juventude é uma fase que precisa de símbolos de identificação; nada mais natural que, em tempos de ascensão do protagonismo feminino, muitos meninos identifiquem em Bolsonaro um símbolo quase totêmico de identificação, uma marca tal como a Adidas e outras tantas admiradas nas periferias. Ele é a “marca” que autoriza o retorno a uma posição de poder masculina. Noutro patamar, ele também é uma promessa e uma esperança de um futuro diferente a que esses meninos foram expostos no passado (ou seja, vendo seus amigos morrerem nas facções, pela polícia, em assaltos...), é um apego a uma ordem que possa garantir, em última instância, a decência da vida.

IHU On-Line – A senhora já declarou que as reivindicações de intervenção militar são um pedido de socorro de parte da população que está descrente em relação à democracia representativa. Como chegou a essa conclusão? O que explica esse fenômeno depois de quase 15 anos de governos petistas?

Rosana Pinheiro-Machado – Sim, tenho declarado que tanto o pedido de intervenção militar quanto o voto em Bolsonaro são um grito de pedido de socorro, e isso merece ser entendido com a profundidade devida. É claro que existem grupos

extremistas, fascistas, saudosistas da ditadura, mas isso não representa nem todos que pediam intervenção militar na greve dos caminhoneiros⁹, por exemplo, nem aqueles que falam isso nas periferias por onde circulo, e que dizem que um militar vai colocar ordem na casa. As pessoas estão pedindo ordem, mas eu interpreto no sentido de normalidade após cinco anos de caos que assolou o país, e sensação de estar num carro sem freio ladeira abaixo. É desesperador viver no Brasil: imagine para quem não tem serviços e bens públicos de qualidade e vê seu poder de compra cair bruscamente.

Agora, voltando a sua pergunta dos anos petistas: nós temos trabalhado com o conceito do Appadurai¹⁰, de capacidade de aspirar, que significa que mobilidade social não é apenas o que você tem, mas também pode ser medida pela sua capacidade de sonhar. O lulismo enfatizou o brilho e a felicidade como categorias centrais da narrativa de inclusão sobre o consumo. Consumir, também citando Arjun Appadurai, é uma forma de exercer a imaginação. Uma brecha foi aberta para ver o mundo, junto com tantas oportunidades que pareciam estar vindo junto.

O problema do crescimento via consumo é que ele é insustentável, não apenas porque vivemos no país com uma das maiores taxas de juros

do mundo, e isso inevitavelmente causará endividamento, mas também porque ele foca na mobilidade individual ou no máximo familiar. O lulismo focou na relação gestora entre o Estado e o indivíduo, e despoliticizou a inclusão, democratizou a vida financeira, mas desdemocratizou a vida política da comunidade, que era muito forte no orçamento participativo, por exemplo.

Essa fase que nós chamamos da fase da “esperança” desabou e se estatelou no chão, com a crise que afetou o governo Dilma¹¹ e principalmente com o aperto da austeridade de Michel Temer¹². É claro que o tombo é maior quando se cai de mais alto. É devastador fechar a brecha que tinha sido aberta. Dói. Os jovens não têm perspectiva nenhuma, não há empregos, eles são assaltados em ônibus... Nesse caos, surge algo que tenta se colocar como promessa, como o novo, como a ordem.

“O apelo de Bolsonaro na juventude, em especial, tem contornos claros”

IHU On-Line – Neste ano de eleição, voltou à pauta o deba-

te sobre o Estado brasileiro e o que seria um projeto de país. Na sua avaliação, como deveríamos discutir a temática do Estado no país neste momento? O que seria um modelo de Estado para o Brasil de hoje?

Rosana Pinheiro-Machado – Ótima pergunta. No centro de qualquer discussão política atual, precisa estar uma discussão sobre o papel do Estado e também um projeto de nação. Não temos isso nem de longe. O que temos são programas de governo, construídos no ano eleitoral, de acordo com as alianças feitas. É claro que existem partidos, como o PSOL, junto com o movimento Vamos¹³ e o Quero Prévias¹⁴ que o antecedeu, que tentam romper essa lógica e avançar num problema mais coletivo e democrático à esquerda. Em última instância, é uma tentativa muito bem-intencionada, mas os programas apresentados até agora estão sendo fechados agora e ainda possuem muito pouco corpo — a exemplo do plano de política externa.

E por falar em política externa, qual programa está preparado para saber a relação que se quer com a China, nosso maior parceiro comercial, que pode ser um alçoz ou um parceiro importante, dependendo das negociações? Ninguém está falando da China¹⁵ — e o Brasil é um dos únicos

9 **Greve dos caminhoneiros:** também chamada de Crise do Diesel, foi uma paralisação de caminhoneiros autônomos com extensão nacional iniciada no dia 21 de maio de 2018, durante o governo de Michel Temer. Os grevistas se manifestaram contra os reajustes frequentes e sem previsibilidade mínima nos preços dos combustíveis, principalmente do óleo diesel, realizados pela estatal Petrobras com frequência diária. Pediam também o fim da cobrança de pedágio por eixo suspenso e o fim do PIS/Cofins sobre o diesel. O preço dos combustíveis vinha aumentando desde 2017, e sua tributação representa 45% do preço final, sendo 16% referente ao PIS/COFINS, de competência da União. O preço ao consumidor da gasolina brasileira estava na média mundial na semana da greve, em valores absolutos, enquanto o diesel estava abaixo da média, sendo o segundo mais barato do G8+5, apesar de ser o segundo mais caro na América Latina, ao lado de Paraguai e Argentina. A paralisação e os bloqueios de rodovias em 24 estados e no Distrito Federal causaram a indisponibilidade de alimentos e remédios ao redor do país, escassez e alta de preços da gasolina, com longas filas para abastecer. Além disso, várias aulas e provas foram suspensas, a frota de ônibus foi reduzida, voos foram cancelados em várias cidades, enormes quantidades de alimentos foram desperdiçadas e há uma estimativa de que 1 bilhão de aves e 20 milhões de suínos morreram por falta de ração. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Arjun Appadurai** (1949): antropólogo indiano conhecido pelos seus trabalhos sobre modernidade e globalização. Autor, entre outras obras, de *Dimensões culturais da globalização* (Lisboa: Teorema, 2004). (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores - PT, eleita duas vezes presidente do Brasil. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2011 e o segundo foi interrompido em 31 de agosto de 2016. Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no site do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci intitulada *Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2bLPIHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Michel Temer** [Michel Miguel Elias Temer Lulia] (1940): político e advogado nascido em Tietê (SP), ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciaram como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Vamos:** movimento lançado em agosto de 2017 formado por diversos grupos e integrantes de partidos de esquerda com o objetivo de discutir projetos para o país e o futuro dessa corrente de pensamento. Conforme os organizadores, o debate não será pautado pelo calendário eleitoral, mas a ideia era projetar cenários para 2018. O movimento partiu de uma articulação da Frente Povo Sem Medo e conta com integrantes de PSOL, PT, PCB, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, União Nacional dos Estudantes - UNE, Uneafro, Central Única dos Trabalhadores - CUT, Intersindical, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB e outros. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Quero Prévias:** grupo formado por intelectuais, movimentos sociais, coletivos, ativistas, estudantes e empreendedores, entre outros, que lançou em novembro de 2016 uma campanha pela realização de prévias para escolha de uma candidatura única das “diferentes correntes e segmentos do campo progressista” nas eleições presidenciais de 2018. A ideia era reunir partidos, movimentos, coletivos e as mais diversas organizações da sociedade civil em um grande debate público para não apenas formular um programa, mas também indicar um ou mais nomes com legitimidade social para as eleições presidenciais de 2018. Havia uma identificação com o Podemos, na Espanha. (Nota da **IHU On-Line**)

15 O Instituto Humanitas Unisinos – IHU, através da seção Notícias do Dia em seu site, tem publicando uma série de entrevistas e textos sobre esse momento da China. Entre eles *A ascensão da China, a disputa pela Eurásia e a Armadilha de Tucídides. Entrevista especial com José Eustáquio Diniz Alves*, disponível em <http://bit.ly/2Lyck6i>;

países do mundo que se dá ao luxo desse absurdo. Isso é um excelente reflexo do caos em que estamos enfiados e no quanto isso exige debates autocentrados em nossa própria ferida, dando círculos em torno do caos e com dificuldade de enxergar um futuro diferente.

O que o Brasil carece é de um projeto de nação que consiga planejar um modelo de sociedade para os próximos 5, 10 e 20 anos. Mas no Brasil, ao contrário da China, não conseguimos ter planejamento porque a cada quatro anos a política de alianças, do troca-troca de cargos, muda tudo radicalmente.

De minha parte, acredito que esse é um projeto que precisa ser encabeçado pela esquerda, afinal, a direita vive seu próprio projeto: enxugar o Estado, tornando-o um braço gestor do mercado. O projeto neoliberal está de vento em popa, e é a esquerda que precisa propor um projeto alternativo e, em minha visão, precisa contemplar aspectos que têm sido sumariamente ignorados: o que é de fato uma modernidade brasileira? Como democratizar a política a partir da inserção de negras, negros, mulheres e LGBTs, não de fachada, não de vice, mas na vanguarda de nossas trincheiras? Como reverter o genocídio negro deste país junto com uma nova segurança pública? Como ter um desenvolvimento sustentável humano e ecologicamente? E como transformar o popular, o saber tradicional e local em energia de desenvolvimento e inovação? Qual o papel das ciências e da tecnologia em nosso país e para quem elas servem? Qual o tipo de globalização e

ordem mundial queremos participar e como posicionamos o Brasil em relação a seus parceiros?

Essas são perguntas centrais para as quais a política institucional atual apenas tangencia de forma superficial, politiqueria e pouco técnica.

“Os jovens não têm perspectiva nenhuma, não há empregos, eles são assaltados em ônibus...”

IHU On-Line – A senhora também tem acompanhado as diferentes manifestações sociais que vêm ocorrendo no país desde 2013. Qual seu balanço acerca do significado daquelas manifestações, cinco anos depois? Ainda nesse sentido, como avalia as manifestações que ocorreram posteriormente a Junho de 2013? Trata-se de outro tipo de manifestação ou não?

Rosana Pinheiro-Machado – Acredito que os significados das Jornadas de Junho já foram bastante explorados e não há por que aprofundar aqui. Mas sim podemos e devemos aprofundar o entendimento de suas consequências — e tenho me dedicado a isso em minhas disciplinas e falas públicas. Eu acredito que Junho de 2013 teve uma dimensão revolucionária. No sentido antropológico, estruturalista, de rompimento da estrutura social. Não foi um

plus ça change, plus c'est la même chose. E aí entramos em um profundo processo de liminaridade, aquele momento de confusão e antiestrutura entre os passos de “normalidade”, digamos assim. O que sabemos é que as feridas que sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, como o racismo e a violência, vieram à tona não de forma disfarçada. Também é verdade que os frutos mais belos de Junho são a nova juventude que, nas escolas, lidera o debate sobre racismo, machismo, homofobia.

Junho se abriu em muitas coisas, mas o principal legado é este: a formação de uma nova geração politizada que irá mudar a cara do Brasil e da política brasileira daqui dez anos. É claro, isso não vem sem um backlash. O primeiro movimento então de pós-Junho é o da mudança política, organizada ou não, da juventude. O segundo é a proliferação de — e o gostinho por — grandes mobilizações, cujas faíscas se espalham em um incêndio. Aí nós podemos pensar que várias manifestações, muitas delas marcadas por uma certa ambiguidade — uma multiplicidade de demandas e formas de expressão, a força da contradição que marca o neoliberalismo e a democracia no século XXI — e que a esquerda não sabe lidar, desde os rolezinhos até a greve dos caminhoneiros. Tudo que a esquerda não sabe lidar e não entende, ela rejeita. O que é um absurdo.

Então, a sociedade mudou, a juventude mudou, mas a esquerda hegemônica continua velha, quase caduca, tentando se ajustar aos novos tempos, mas sempre dando uma mancada, “esquecendo” de convidar uma mulher ou uma pessoa negra em um debate sobre reorganização da esquerda etc. O novo já chegou e agora cabe à esquerda incorporar a novidade se quiser se reorganizar. ■

Os mistérios chineses na guerra comercial com os Estados Unidos. Artigo de Francesco Sisci, disponível em <http://bit.ly/2MVOzd2>; e O papel de liderança do Partido da China sobre as religiões. Entrevista com Francesco Sisci, disponível em <http://bit.ly/2B5wMzm>. Leia mais em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias. (Nota da IHU On-Line)

Ciclo de debates
Desigualdades
 no contexto econômico brasileiro

ihu.unisinos.br

02/04 a 07/11 de 2018



Os desafios de reconhecer o índio como agente ativo na História

Maria Cristina dos Santos observa a necessidade de apreender o passado dos povos originários não como vencidos na Conquista da América, mas como partícipes desse complexo processo

João Vitor Santos

Durante muito tempo, a história dos índios foi narrada apenas pela voz dos chamados conquistadores, os primeiros espanhóis e portugueses que tomam a América no processo denominado “A Conquista”. Mais tarde, outras vozes começaram a revelar nuances dessas complexas relações entre dois povos que se encontram. Porém, seguiam como estrangeiras. Até que emerge a perspectiva de se contar a história na voz dos vencidos. Para a professora e historiadora Maria Cristina dos Santos, essa virada trouxe avanços, mas tende a estereotipar o índio como vítima. “A ideia do indígena como vítima do processo de conquista tende a esvaziá-los das características culturais mais fundamentais, tais como a relação com a natureza ou a concepção anímica de mundo”, destaca. Por isso, defende uma virada historiográfica que busca apreender o passado desses povos como partícipes ativos de um complexo processo político e cultural que caracterizou “A Conquista”. “São personagens que aparecem na documentação com nome e sobrenome, são autores de cartas ou petições, que interagem na sociedade colonial tanto quanto se distanciam da estrutura de suas coletividades originárias”, completa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Maria Cristina ainda aponta que essa visão do índio traz reflexos até hoje. “Essa visão repercutiu nas políticas indigenistas praticadas pelos Estados Nacionais de que os indígenas são incapazes e que precisam ser tutelados por organismos governamentais como o Serviço de Proteção ao Índio - SPI e sua substituta, a partir de 1967, a Fundação Nacional do Índio - Funai”, analisa. Na recente associação entres

os campos da Antropologia e História, vê uma chave interessante que pode apontar caminhos para uma virada de rota e superação dessas lógicas. “Acho que essa superação é demasiado utópica, mas não impossível. Sempre nos parecerá mais confortável ver o indígena como aquele Outro que se aproxima de nós, dos nossos padrões de convivência, incapazes que somos de vê-lo como um Outro que busca uma relação *outra* com os ocidentais”, reflete.

Maria Cristina dos Santos é graduada em História – licenciatura plena e bacharelado, com mestrado em História Ibero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Ainda é doutora em História da América, com estágio pós-doutoral em Antropologia da América pela Universidad Complutense de Madrid. Atualmente é professora titular de História da América no Departamento de História da PUCRS e no Programa de Pós-Graduação de História. Entre suas publicações, destacamos *Povos Indígenas. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, Vol. 5* (Passo Fundo: Méritos, 2009), *Dois Modelos de Discurso: sobre a eficácia do ‘reduzir’ o Guaraní e sobre o Guaraní ‘reduzido’* (Revista História Unisinos, São Leopoldo, v. 8, n. 9, p. 63-79, 2004) e *Apropriações possíveis de um protagonismo outro* (Revista Brasileira de História, v. 37, p. 115-136, 2017).

Maria Cristina esteve na Unisinos no último dia 22/08, ministrando a preparatória para *XVII Jornadas Internacionais sobre Missões Jesuítas*, que ocorre no campus São Leopoldo da Unisinos entre os dias 22 e 25 de setembro. Saiba mais em <http://bit.ly/2NcNpqF>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Durante muito tempo, as perspectivas históricas rotulavam os indígenas como ingênuos e inocentes, que sucumbiam facilmente à ação do europeu conquistador. O que essa perspectiva historiográfica revela e quais os reflexos dessa visão nas atuais políticas de atenção aos povos originários?

Maria Cristina dos Santos – A ideia dos indígenas como ingênuos¹ que sucumbiram à ação conquistadora nasceu na década de 1950 e vigorou até os anos de 1970, com as publicações da “História dos Vencidos”² de Miguel León-Portilla³ e Nathan Wachtel⁴. Esta tendência historiográfica tomou as escritas nativas sobre a conquista dos astecas e incas como uma forma de se contrapor aos cronistas europeus que insistiam na visão de que a conquista havia retirado os indígenas da barbárie, colocando-os em marcha para a civilização: a famosa *Lenda Rosa* da historiografia. Mas como aponta na pergunta, a ideia do indígena como vítima do processo de conquista tende a esvaziá-los das características culturais mais fundamentais, tais como a relação com a natureza ou a concepção anímica de mundo. Essa visão repercutiu nas políticas indigenistas praticadas pelos Estados Nacionais de que os indígenas são incapazes e que precisam ser tutelados por organismos governamentais como o Serviço de Proteção ao Índio - SPI⁵ e sua substituta, a partir de

1967, a Fundação Nacional do Índio - Funai⁶.

IHU On-Line – No que consiste e qual a importância da perspectiva que reconhece que o indígena é um agente ativo, o protagonista de sua própria história? A que se atribui essa virada conceitual dos últimos 30 anos?

Maria Cristina dos Santos – Essa questão levou Guilherme G. Felipe⁷ e eu a organizarmos uma coletânea em 2016 intitulada *O protagonismo ameríndio de ontem e hoje*⁸. Este livro foi um exercício de levantar questões e possibilidades que o tema traz. De forma muito sumária, poderia indicar alguns pontos que ali constam: o conceito de *agency* possui muitas camadas interpretativas nas Ciências Sociais, mas foi incorporado na História e, em particular na história indígena, por volta de 1995 por John Monteiro⁹, para ressaltar a ação daqueles personagens que se destacaram na aprendizagem das normas da sociedade envolvente. Nessa medida, são personagens que aparecem na documentação com nome e sobrenome, são autores de cartas ou petições,

que interagem na sociedade colonial tanto quanto se distanciam da estrutura de suas coletividades originárias. A incorporação deste conceito na história indígena, segundo minha compreensão, foi uma tentativa de apresentar uma alternativa teórica à grande virada epistemológica apresentada anteriormente por antropólogos como Manuela Carneiro da Cunha¹⁰ e Eduardo Viveiros de Castro¹¹ – inspirados em Sahlins¹² e Lévi-Strauss¹³ –, que no início dos anos de 1990 buscaram sublinhar que as sociedades indígenas agem em função de sua “lógica interna” e que o contato com os europeus foi apenas mais um, mais uma oportunidade dessas sociedades de colocarem em ação “o papel ativo e criador que estes grupos sempre tiveram”.

Entretanto, se temos um indivíduo que se outorga o lugar de representante de uma sociedade indígena para encaminhar uma petição, um

16

da **IHU On-Line**)

6 Fundação Nacional do Índio - Funai: é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criado pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculado ao Ministério da Justiça. Sua missão é coordenar e executar as políticas indigenistas do Governo Federal, protegendo e promovendo os direitos dos povos indígenas. São também atribuições da Funai identificar, delimitar, demarcar, regularizar e registrar as terras ocupadas pelos povos indígenas, promovendo políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, reduzindo possíveis impactos ambientais promovidos por agentes externos. A Funai também tem por atribuição prover o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas, com o direito à seguridade social e educação escolar indígena. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Guilherme Galhegos Felipe: possui graduação em Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2005), mestrado em História pela PUCRS (2007) e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos (2013). Tem experiência na área de História da América colonial, História Moderna, Teoria e Metodologia em História. Tem como foco de pesquisa História e Etno-história indígena. (Nota da **IHU On-Line**)

8 São Paulo: Paco Editorial, 2017. (Nota da **IHU On-Line**)

9 John Monteiro: possui graduação em História e é professor da Unicamp, especialista em história indígena, com vasta experiência em pesquisa documental nas Américas, Europa e Índia. É autor de *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. John Monteiro ministrou a palestra *Novas Perspectivas sobre a Escravidão Indígena nas Américas* no evento do **IHU ciclo Interpretações do Brasil: dos clássicos às novas abordagens, em março de 2007, na Unisinos. Confira entrevista sobre o tema na **IHU On-Line** 211, com o tema da Amazônia, disponível para download em <http://bit.ly/2wm8BDy>. (Nota da **IHU On-Line**)**

10 Manuela Carneiro da Cunha: antropóloga brasileira radicada nos Estados Unidos, onde leciona na Universidade de Chicago. Entre outros, escreveu *Negros Estrangeiros. Os Escravos Libertos e Sua Volta à África* (São Paulo: Brasiliense, 1985), *História dos índios no Brasil* (2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998) e *Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá. Práticas e Conhecimentos das Populações* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002). (Nota da **IHU On-Line**)

11 Eduardo Viveiros de Castro (1951): antropólogo brasileiro, professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concedeu a entrevista *O conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife* à edição 161 da **IHU On-Line**, de 24-10-2005, disponível em <http://bit.ly/iuhon161>. Entre outras publicações, escreveu *Araweté: O Povo do Ipixuna* (São Paulo: CEDI), *A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)* (São Paulo: Cosac & Naify) e *Metafísicas canibais* (São Paulo: Cosac & Naify). Também é autor do prefácio do livro *A queda do céu – Palavras de um xamã yanomami*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (São Paulo: Companhia das Letras). (Nota da **IHU On-Line**)

12 Marshall Sahlins [Marshall David Sahlins] (1930): antropólogo dos Estados Unidos. Recebeu os títulos de bacharel e de mestre pela Universidade de Michigan, onde estudou com Leslie White, e obteve Ph.D. na Universidade de Columbia em 1954, onde suas principais influências intelectuais foram Karl Polanyi e Julian Steward. Lecionou na Universidade de Michigan, onde nos anos 1960 iniciou sua atividade política, que incluiu o movimento contra a Guerra do Vietnã. No final da década de 1960 esteve dois anos em Paris, onde sofreu a influência da vida intelectual francesa (particularmente de Claude Lévi-Strauss) e participou dos protestos estudantis de maio de 1968. Em 1973 transferiu-se para a Universidade de Chicago; hoje é professor emérito. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Claude Lévi-Strauss (1908-2009): antropólogo belga que dedicou sua vida à elaboração de modelos baseados na linguística estrutural, na teoria da informação e na cibernética para interpretar as culturas, que considerava como sistemas de comunicação, dando contribuições fundamentais para a antropologia social. Sua obra teve grande repercussão e transformou, de maneira radical, o estudo das ciências sociais, mesmo provocando reações exacerbadas nos setores ligados principalmente às tradições humanista, evolucionista e marxista. Ganhou renome internacional com o livro *As estruturas elementares do parentesco* (1949). Em 1935, Lévi-Strauss veio ao Brasil para lecionar Sociologia na USP. Interessado em etnologia, realizou pesquisas em aldeias indígenas do Mato Grosso. As experiências foram sistematizadas no livro *Tristes Trópicos* (São Paulo: Companhia das Letras), publicado originalmente em 1955 e considerado uma das mais importantes obras do século 20. (Nota da **IHU On-Line**)

1 Inicialmente cabe dizer que todas as referências de obras e autores citados a seguir se encontram publicados no Dossiê *Estudos Históricos Latino-Americanos: uma avaliação dos últimos 30 anos (1987-2017)*, da Revista *História Unisinos*, n. 3 de 2017, disponível em <http://bit.ly/2P14LXQ>. (Nota da entrevistada)

2 *Vision de los vencidos*, no título original. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Miguel León-Portilla** (1926): filósofo e historiador mexicano, especialista no campo do pensamento e da literatura Nahuatl. Desde 1988 é pesquisador emérito da Universidade Nacional Autónoma de México. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Nathan Wachtel** (1935): historiador e antropólogo francês, especializado em América Latina, dedica sua pesquisa à visão da conquista espanhola pelo povo do Peru, baseada em fontes orais e fontes escritas incas em espanhol. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Serviço de Proteção ao Índio - SPI:** parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - MAIC, foi um órgão público criado durante o governo do presidente Nilo Peçanha, em 1910, com o objetivo de prestar assistência à população indígena do Brasil. O Serviço foi organizado pelo Marechal Rondon, seu primeiro diretor. O SPI foi extinto e substituído pela Funai, em 1967. (Nota

Tratado de Paz com a sociedade colonial, ele está se colocando a serviço da lógica colonial e não a serviço da coletividade nativa de onde provém. Ao contrário, se temos um grupo que age de acordo com sua estrutura grupal, mesmo que esta ação seja inusitada e incompreensível para os autores dos registros ou mesmo para nós porque desconhecemos essa estrutura, temos aí o que entendendo como *protagonismo indígena* e não de um indígena. Portanto, há – pelo menos dois – protagonismos diferentes: um de indivíduos [indígenas] que estão aprendendo a serem coloniais e outro dos indígenas que possuem uma atuação de acordo com sua lógica interna, que necessariamente será diferente da lógica que move a sociedade colonial. Estas perspectivas, rapidamente esboçadas, mostram que o indígena sempre marcou seu lugar como sujeito ativo nas relações com os não índios. O que tem mudado é nossa compreensão sobre esse processo e o envolvimento dos indígenas nele.

IHU On-Line – Que avanços as relações entre História e Antropologia trouxeram para a compreensão do passado e do presente dos povos indígenas?

Maria Cristina dos Santos – História e Antropologia sempre foram campos de conhecimento próximos, complementares e, de alguma forma, rivais. A História no passado e a Antropologia no presente parecem não dispostas ao diálogo. Mas quando a *experiência etnográfica ilumina aspectos da documentação histórica* não percebidos pelos historiadores ou quando os registros históricos *dão sentido* às experiências etnográficas, o diálogo se torna necessário e enriquecedor.

As metodologias de trabalho são distintas e, inevitavelmente, há a tendência de hierarquizar fontes e métodos de pesquisa. Mas quando vemos antropólogos, como Marshal Sahlins pensando a história dos hawaianos (*Ilhas da História, Como pensam os nativos*¹⁴) ou historiadores

como Robert Darnton¹⁵, lançando mão da antropologia para melhor explicar a história da Revolução Francesa (*O Grande Massacre dos Gatos*¹⁶), vemos que a complementaridade é muito mais vantajosa do que a rivalidade. E não só para História Indígena!

Portanto, a relação entre História e Antropologia é vantajosa para compreensão do passado e o presente desde que sejam preservados o exercício dos *pensares e fazeres* de cada campo de conhecimento a favor de uma compreensão mais acabada das características do presente e dos registros históricos do passado. A aliança entre História e Antropologia é benéfica e necessária para os estudos de História Indígena, mas há HistóriaS e AntropologiaS, então o jovem pesquisador, ao reivindicar a união entre estas áreas de conhecimento como base de seu estudo, deve explicitar qual linha interpretativa está sendo seguida, pois isso pressupõe leituras e compreensão diferenciadas dos registros historicamente documentados.

IHU On-Line – Quais os riscos de se constituir uma “história etnocêntrica” centrada apenas na realidade dos povos indígenas?

Maria Cristina dos Santos – Na década de 1950, Lévi-Strauss já anunciava que todo grupo humano é etnocêntrico! Por mais que exercitemos a disponibilidade “de ver o ponto de vista do outro”, escrevemos história a partir de nosso ponto de vista. Mas uma *história etnocêntrica, centrada apenas na realidade dos povos indígenas*, ainda está muito distante da nossa realidade acadêmica. Um projeto como *A queda do céu*¹⁷, em que as palavras de

Davi Kopenawa¹⁸ são levadas a sério pelo antropólogo Bruce Albert¹⁹ – ou seja, consideradas como o relato de um acontecimento científico incontestável –, ainda é uma exceção na antropologia e uma ‘ilha’, isolada, na história. Poderíamos pensar num *vir a ser*, a partir do acesso dos indígenas à educação superior, mas essa *outra história indígena* ainda não se sabe como será e que impactos terá na história ocidental.

IHU On-Line – De que forma a História Indígena tensiona a uma nova escrita da História da América Colonial? E o que se tem produzido a partir dessas tensões?

Maria Cristina dos Santos – Como professora de América Colonial há mais de 20 anos e como pesquisadora de História Indígena na academia, lamento afirmar que a História Indígena tem pouco apelo junto aos burocratas de plantão, como diria o refrão espanhol, responsáveis pelas reformas curriculares, mas também pouco apelo junto aos alunos. Apesar da lei nº 11.645, que coloca os conteúdos de história indígena e africana como obrigatórios no ensino fundamental e médio, em termos de proposta curricular, ainda não vi ser dada a prioridade ao ensino de história indígena, a não ser por iniciativas de alguns professores.

Os alunos são mais seduzíveis por temas de política contemporânea, ou então por temas da Antiguidade ou da Arqueologia. A História Indígena acaba ficando num limbo, vis-

Rio de janeiro. 1985.

¹⁴ Como pensam os nativos. EDUSP: São Paulo, 2001. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ Robert Darnton (1939): historiador cultural e bibliotecário estadunidense. Historiador, formado em Harvard, Estados Unidos, e com doutorado em história na universidade inglesa de Oxford. Especialista em história da França do século XVIII, seus estudos estão voltados para o Iluminismo e a Revolução Francesa. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ São Paulo: Paz & Terra, 2014. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁸ Davi Kopenawa Yanomami (1956): escritor e líder indígena brasileiro. Ainda criança, viu a população de sua terra natal ser dizimada por duas epidemias, ambas trazidas pelo contato com o homem branco. Trabalhou na Fundação Nacional do Índio como intérprete. Mudou-se para a aldeia Watoriki na década de 1980. Casou-se com a filha do pajé e se tornou chefe do posto indígena Demini. Foi um dos responsáveis pela demarcação do território Yanomami em 1992. Recebeu o prêmio ambiental Global 500 da ONU. Em 2010, sua autobiografia *La chute du ciel*, escrita em parceria com o antropólogo francês Bruce Albert, foi lançada na França. O livro teve tradução para o inglês, francês e italiano e sua edição em português saiu em 2015, *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami* (São Paulo: Companhia das Letras). (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁹ Bruce Albert (1952): antropólogo francês, nascido no Marrocos. Participou em 1978 da fundação da ONG Comissão Pró-Yanomami, que conduziu com Davi Kopenawa em uma campanha até obter, em 1992, a homologação da Terra Indígena Yanomami, para onde viaja quase anualmente. (Nota da **IHU On-Line**)

ta, pela maioria dos alunos, como pouco interessante. Entretanto, cabe ressaltar que as pesquisas realizadas com grupos indígenas no período colonial na Argentina e no Brasil, por exemplo, culminaram numa proposta de redesenhar o mapa étnico desses países, mas ainda está longe, creio, de impactar uma nova escrita de História das Américas.

IHU On-Line – Como analisa o papel das Missões dos jesuítas na relação com os povos originários?

Maria Cristina dos Santos – O papel desempenhado pelas Missões é bastante complexo dentro da realidade colonial. Por um lado, se considerarmos a negativa dos jesuítas em permitir que os indígenas reduzidos fossem incluídos nos sistemas de trabalho com a mão de obra indígena, como a *encomienda* e a *mita*, vigentes em toda a América Andina, temos um papel das Missões de salvaguarda da população indígena dos excessos coloniais. Por outro lado, os missionários jesuítas se comprometeram em colocar os indígenas das Missões para atuarem em defesa das fronteiras do Império espanhol. Ou seja, por um lado, as Missões serviam como salvaguarda da vida indígena no período colonial, mas, por outro, dispunham da vida dos indígenas na formação de exércitos, em constantes batalhas contra os bandeirantes portugueses ou contra as demais ameaças coloniais, como os indígenas infieis.

É também um espaço de negociação constante: o uso da língua guarani é permitido, as casas são comunais, mas há também as imposições da vida cristã. Em cada lado desses há uma infinidade de pesquisas e abordagens, mas *grosso modo* poderíamos dizer que as

Missões Jesuíticas tiveram um papel de concessão, proteção e imposições para os indígenas. Entretanto, foi o registro por escrito daquele cotidiano, feito por disciplinados missionários, que nos possibilita rever e reinterpretar o *evento missões* e os indígenas que ali viveram.

IHU On-Line – Podemos considerar que o espaço da Missão Jesuítica também se configurou como um ponto de mediação política e cultural entre “dois mundos”?

Maria Cristina dos Santos – Claro que sim! As Missões foram um espaço de mediação por excelência. O desafio está em perceber quando e quanto a mediação foi controlada pelos missionários e quando, quanto e como foi controlada pelos indígenas...

IHU On-Line – Hoje, mais de 500 anos depois da chegada dos primeiros europeus à América, o quanto superamos a incompreensão entre duas visões de mundo: a cosmovisão indígena e a europeia/ocidentalizada?

Maria Cristina dos Santos – Pois é, 500 anos para sociedade ocidental é muito tempo. Para a sociedade indígena, me parece que essa medida de tempo não se equivale. Acho que essa *superação* é demasiado utópica, mas não impossível. Sempre nos parecerá mais confortável ver o indígena como aquele Outro que se aproxima de nós, dos nossos padrões de convivência, incapazes que somos de vê-lo como um Outro que busca uma relação *outra* com os ocidentais.

Não há aqui só um jogo de palavras: o indígena não busca outra relação com o conquistador de 500 anos atrás ou conosco. Ele busca uma relação

outra, ou seja, *uma potencial relação*. Quando Lévi-Strauss (1981) demonstrou que a estrutura dos grupos ameríndios era sua *abertura ao outro*, e quando Viveiros de Castro (1992; 2002) demonstrou que essa abertura ao outro se dava porque os indígenas *pensavam no seu devir*, nos pareceu surpreendente considerar que os indígenas *pensavam*, tal qual os missionários de 400 ou 200 anos atrás. Ainda hoje admitir que os indígenas pensam sobre o futuro de sua sociedade, também nos parece algo distante. Mas a complementaridade entre História e Antropologia tem nos demonstrado o êxito dessa assertiva.

A historiografia nos oferece alguns exemplos primorosos acerca de uma fecunda aliança entre História e Antropologia, como o texto de Jean Baptista²⁰ (2005) sobre a relação dos indígenas e missionários com a natureza da América, a discussão proposta por Marcel Mano²¹ (2011, 2012) sobre a belicosidade Kaiapó ou a tese de Guilherme G. Felipe (2014) sobre a disponibilidade dos grupos chaquenhos em aderir às novidades do mundo colonial em função do seu estoque mitológico. Esses autores nos mostram o quanto ainda nos resta por aprender e apreender do mundo indígena, registrado por missionários. ■

²⁰ **Jean Tiago Baptista**: doutor em História (2007), é professor adjunto e vice-coordenador do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Goiás - UFG. Possui experiência na área de História da América Indígena e Museologia Social, atuando a partir de temas como Democratização, Ações Afirmativas, Patrimônio e Extensão Universitária, com ênfase em acesso ao ensino superior, cultura e desenvolvimento local de grupos vulneráveis brasileiros. (Nota da **IHU On-Line**).

²¹ **Marcel Mano**: doutor em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (2006), mestre em Antropologia pela Universidade de São Paulo (1996) e graduado em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990). Seus projetos são desenvolvidos dentro da perspectiva dos itinerários e encontros culturais, com particular atenção às relações de contato e aos contextos de identidades e alteridades indígenas. Tem experiência na área de Ciências Sociais, sobretudo Antropologia, tendo trabalhado nos seguintes temas: Antropologia, Etnografia, Etnologia e História Indígena. (Nota da **IHU On-Line**).

Leia mais

- A palavra como arco e flecha. Artigo de Maria Cristina dos Santos, reproduzido em Notícias do Dia de 03-11-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2BlvHKb>.

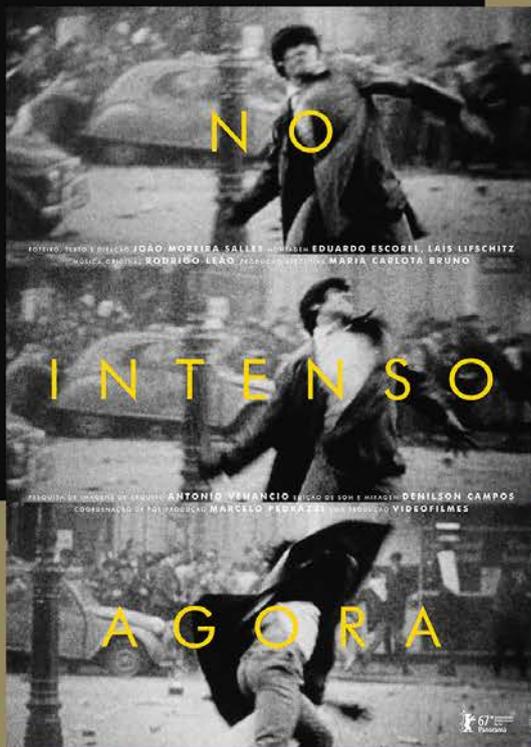
Exibição e debate do filme

No intenso agora

Maio de 68 – 50 anos de história

05 de setembro de 2018 | quarta-feira

17h – Exibição do filme



19h – Debate com a participação da Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese – Unisinos e da Profa. Dra. Sinara Santos Robin – Unisinos

20h – Encerramento

Sala 803 | Campus Unisinos
Porto Alegre

Esta atividade também ocorrerá no Campus Unisinos São Leopoldo, no dia 28/08.
Mais informações em ihu.unisinos.br/eventos

Apoio:



ESCOLA
de Humanidades

Curso de Pós-Graduação em
Ciências Sociais – Unisinos

Curso de Graduação em
Serviço Social – Unisinos

Promoção:



UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

A existência para além do economicismo destrutivo e desenfreado

Daniel Munduruku, escritor indígena e doutor em Educação, apresenta o pensamento ameríndio como uma alternativa às crises contemporâneas e debate o papel dos bens culturais na luta política dos povos tradicionais

Ricardo Machado e Julie Dorrico

O universo – ou melhor dizendo, o cosmo – ameríndio é de uma complexidade e multiplicidade tão grande que descrevê-lo foge da possibilidade do real. Esse olhar mira os desafios contemporâneos na direção de propor uma resistência baseada, também, no questionamento sistemático das formas de vida economicistas. “O que vejo é uma crise instalada no seio da sociedade ocidental. É uma crise que se alastra, sobretudo, por conta dos impactos ambientais que o desenvolvimento econômico tem causado em todas as direções do globo”, pontua Daniel Munduruku em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Diante de tal contexto, muitos povos indígenas produzem tensionamentos à lógica dominante por seus próprios modos de vida. “Vamos essa reação nas diferentes formas de resistências, seja no grito expressado contra a construção de barragens e hidrelétricas, no impedimento da exploração mineral, na luta pela implantação da educação diferenciada ou no tratamento de saúde que leve em conta as particularidades de cada povo”, ressalta.

Com uma vasta formação educacional e intelectual, Daniel percebe a cultura como um organismo vivo “que precisa se alimentar para permanecer vivo. Nesse sentido não dá para compreender a ideia muitas vezes repetida de que um povo deixa de ser tradicional quando incorpora elementos da cultura dominante. Quem pensa assim não sabe nada sobre cultura”. Ao pensar o fenômeno literário, Daniel Munduruku tem uma visão muito clara de que a visão holística do escritor é mais importante do que a literatura como objeto político. “Desconheço qualquer força política na literatura. Literatura é reflexo da força política de quem escreve. A cultura, do qual a literatura faz parte,

tem uma força em si, mas a literatura que é produto, passa pelas convicções de quem a produz. Quando penso em força política penso no compromisso ético e estético de quem age a favor da sociedade. Tenho visto muita literatura canônica que não tem compromisso com a sociedade. Tenho a tendência de ver o escritor como um cidadão que se reconhece acima da média social e por isso muitas vezes assume atitudes contrárias à própria sociedade”, analisa.

Daniel Munduruku é escritor indígena, graduado em Filosofia, tem licenciatura em História e Psicologia, além do doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo - USP. Realizou estágio pós-doutoral em Literatura pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. É diretor presidente do Instituto UKA - Casa dos Saberes Ancestrais. Autor de 50 livros para crianças, jovens e educadores, é Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República desde 2008. Em 2013 recebeu a mesma honraria na categoria da Grã-Cruz, a mais importante honraria oficial a um cidadão brasileiro na área da cultura. Membro Fundador da Academia de Letras de Lorena. Recebeu diversos prêmios no Brasil e Exterior, entre eles o Prêmio Jabuti, o Prêmio da Academia Brasileira de Letras, o Prêmio Érico Vanucci Mendes (outorgado pelo CNPq) e o Prêmio Tolerância (outorgado pela Unesco). Muitos de seus livros receberam o selo Altamente Recomendável outorgado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNLIJ.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do dia de 18-08-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2MCG8Ex>

Confira a entrevista.

“Ao meu ver, a resistência dos povos indígenas tem questionado a sociedade economicista e tem mostrado que há outras possibilidades de existência que não passem pela destruição desenfreada”

IHU On-Line – Como os povos indígenas, especialmente sua etnia Munduruku, têm percebido os dilemas que a civilização moderna produziu e na qual a maior parte da população está imersa?

Daniel Munduruku – Não é possível dar uma resposta definitiva a esta pergunta. Ela esconde uma impossibilidade real quando pensamos em toda a diversidade indígena contemporânea, os diferentes tempos de contato, o atendimento institucional que recebem, entre outras questões. O fato é que não dá para estabelecer parâmetros capazes de oferecer uma visão única sobre a questão. Posso falar o que eu tenho percebido sobre o tema, mas deixando claro que se trata de uma opinião pessoal.

O que vejo é uma crise instalada no seio da sociedade ocidental. É uma crise que se alastra, sobretudo, por conta dos impactos ambientais que o desenvolvimento econômico tem causado em todas as direções do globo. Tais impactos repercutem em todos os setores da sociedade, especialmente no que tange à utilização da tecnologia que ainda precisa explorar o meio ambiente para a fabricação de insumos necessários para a confecção de equipamentos. Isso afeta diretamente os povos indígenas e todos os segmentos sociais que utilizam a natureza como fonte de vida. Os indígenas já percebem claramente este impacto e têm buscado soluções para que esta exploração desenfreada não continue. A construção dessa consciência passa pelos diferentes graus de contato a que eu me referia anteriormente, porque

alguns grupos já conseguem perceber os malefícios do progresso que chega às suas bases. Vemos essa reação nas diferentes formas de resistências, seja no grito expressado contra a construção de barragens e hidrelétricas, no impedimento da exploração mineral, na luta pela implantação da educação diferenciada ou no tratamento de saúde que leve em conta as particularidades de cada povo.

Ao meu ver, a resistência dos povos indígenas tem questionado a sociedade economicista e tem mostrado que há outras possibilidades de existência que não passem pela destruição desenfreada de nosso bem comum mais precioso: a natureza.

IHU On-Line – Diante dos claros sinais de esgotamento do modelo de civilização moderno-extrativista, como os povos ameríndios podem contribuir com suas cosmovisões?

Daniel Munduruku – Como disse anteriormente, os povos indígenas já contribuem muito. Eu diria até que contribuem sem fazer esforço extraordinário. Basta que se mantenham vivos e não percam de vista sua noção de pertencimento. No que isso implica? Implica na construção de um embate entre diferentes modelos de desenvolvimento. Para o ocidental médio crescer é destruir; para um indígena é interagir, é pertencer; é colocar-se numa atitude de respeito e consideração; é desenvolver a ideia de que somos frutos de uma mesma célula e o que fizermos contra a natureza estaremos fazendo contra nós mesmos.

IHU On-Line – Como a publicação de textos e autores dos diferentes povos ameríndios do Brasil tem contribuído para a causa indígena?

Daniel Munduruku – A literatura indígena é uma realidade que já se faz presente no Brasil, isso é fato. Ela se estabeleceu assim desde que houve a abertura democrática no país. Vale lembrar que até 1988 os povos indígenas eram vistos como grupos que estavam em processo de “civilização” e que, portanto, teriam que ser enquadrados dentro da lógica ocidental. Felizmente essa realidade mudou após a aprovação da Constituição. Lá está garantido o direito de os indígenas permanecerem indígenas. Ou seja, pela primeira vez na história o Estado brasileiro reconheceu que estes povos já são completos em sua cultura, em suas experiências humanas e que não precisam passar pelo sofrimento de ter que esquecer ou abandonar seu jeito próprio de ser e estar no mundo. Isso foi muito importante para que os povos indígenas pudessem participar mais efetivamente da construção histórica do país.

Sabemos, no entanto, que não bastam leis para que as coisas mudem. É preciso ação efetiva para que as mudanças ocorram de fato. Foi por isso que o movimento indígena se articulou para que os direitos garantidos pudessem repercutir na sociedade como um todo. Surgiram, assim, as lutas pela educação diferenciada, tratamento de saúde que respeitassem as tradições, cotas nas universidades e, especialmente, uma “lim-

peza” na ideologia dominante que sempre colocou estas populações como seres inferiores. Para isso foi criada e aprovada a lei 11.645/08¹, que obrigou que o sistema educacional brasileiro – principal aparelho ideológico do Estado – trabalhasse a temática indígena de forma diferenciada do que vinha acontecendo e que alimentava estereótipos, equívocos, preconceitos. Por força da lei o Estado teve que se mobilizar para produzir material que ajudasse na formação dos educadores e que pudesse chegar às salas de aula. Ato contínuo, foram surgindo os editais para compra de livros que ajudassem nessa mudança.

É neste contexto que a literatura indígena aparece de forma mais sistêmica, real. As instituições já não podiam dizer que faltava material para trabalhar a temática na escola, porque agora, além de toda a produção editorial que já existia, havia uma voz que nascia de dentro dos povos indígenas e uma voz gritada com competência e arte. Neste sentido é que esta literatura se estabeleceu como uma voz, como um grito, como um suspiro de resistência. É assim que a vejo contribuindo para diminuir o preconceito contra nossos povos ancestrais.

IHU On-Line – Como as cosmologias dos povos ameríndios têm construído, ainda que marginalmente, novos modelos de convivência e de relação com o mundo?

Daniel Munduruku – Creio que é importante lembrar que a cultura humana é dinâmica. Ela está viva porque se alimenta da inventividade humana. Vejo a cultura como um organismo vivo que precisa se alimentar para permanecer vivo. Nesse sentido não dá para compreender a ideia muitas vezes repetida de que um povo deixa de ser tradicional quando incorpora elementos da cultura dominante. Quem pensa assim

não sabe nada sobre cultura. Neste sentido basta permanecer atentos para ver como os indígenas são fiéis à cultura de seus antigos: eles estão atualizando sua participação dentro da sociedade. Fazem isso quando conseguem “manipular” os equipamentos que são frutos da inventividade humana a seu favor e a favor de seus povos. A escrita é um desses equipamentos. O vídeo é outro. A música também o é. A arte está aí para mostrar sua graça. É disso que estou falando quando afirmo que sobreviver é nossa maneira de resistir. Resistir é nossa maneira de nos apossarmos dos equipamentos para garantir que “podemos ser quem você é sem deixar de sermos o que somos”, como afirmava o movimento indígena nos anos 1980. Simples assim.

IHU On-Line – A produção literária de autores indígenas passa a circular no Brasil a partir dos anos 1990. O que aconteceu em termos editoriais desde então?

Daniel Munduruku – Acho que tudo começou com o desejo de se comunicar com a sociedade de forma escrita e de maneira qualificada. Isso levou alguns estudantes a frequentarem as universidades e com isso aprenderem a lidar com conceitos e paradigmas ocidentais. Creio que estas primeiras experiências de universitários gerou um desejo de conversar, de dialogar com a sociedade usando os mesmos parâmetros teóricos. Realmente não acredito que foi algo planejado, mas espontâneo que foi acontecendo e se estabelecendo como um movimento dentro do movimento. É real também que os primeiros escritores reconhecidos como tal pela sociedade tiveram passagem pela universidade. Alguns poucos foram alçados à literatura ainda que não tenham a técnica da escrita porque não frequentaram a escola da cidade, mas foram educados pela tradição. Particularmente não faço distinção, mas é preciso mostrar que isso é uma realidade que paira sobre nós.

Acho que é muito importante que novos escritores indígenas apareçam e mostrem suas culturas. Há muito o que ser dito ainda. Há um caminho a ser pisado pela frente e penso que as novas gerações de jovens indígenas saberão responder com criatividade às novas demandas que surgirão.

IHU On-Line – Qual a força política da literatura? Como escrever se transformou, também, numa forma de resistência dos povos indígenas?

Daniel Munduruku – Desconheço qualquer força política na literatura. Literatura é reflexo da força política de quem escreve. A cultura, do qual a literatura faz parte, tem uma força em si, mas a literatura que é produto, passa pelas convicções de quem a produz. Quando penso em força política penso no compromisso ético e estético de quem age a favor da sociedade. Tenho visto muita literatura canônica que não tem compromisso com a sociedade. Tenho a tendência de ver o escritor como um cidadão que se reconhece acima da mídia social e por isso muitas vezes assume atitudes contrárias à própria sociedade. Não se trata de um juízo de valor, mas de uma constatação.

Por outro lado, olhando a literatura indígena, vejo que há uma preocupação melhor por este compromisso político. Neste caso não se trata apenas de uma atuação pessoal, mas social. A grande maioria dos escritores indígenas têm um comprometimento com a causa dos povos indígenas justamente porque apresentam diferentes olhares sobre sua gente. Acho importante que muitos jovens escritores compreendam que a literatura é um exercício estético porque apresenta a realidade tal como ela é, mas também como podemos transformá-la. Isso vira um compromisso ético.

IHU On-Line – Como a questão da demarcação dos territórios indígenas, apesar de ser uma garantia constitucional, continua sendo uma miragem no universo político brasileiro?

1 A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. (Nota da **IHU On-Line**)

Daniel Munduruku – Temos uma bancada ruralista muito forte. Temos interesses madeireiros muito consistentes; temos empresas mineradoras muito ricas; temos instituições cobiçosas muito atentas às riquezas ambientais. Elas se juntam, compram ou formam políticos para defenderem seus interesses. Elas se unem contra o patrimônio nacional, criando a falsa ilusão de que o crescimento passa pela exploração ambiental. A sociedade pouco consciente compra essa mensagem e os políticos aprovam leis que alimentam a ganância dos seus financiadores. É muito fácil imaginar que contra essa matemática não tem literatura que sobreviva. Não haverá, portanto, floresta que se mantenha em pé; rios que continuem correndo; terras que se consiga demarcar.

O pensamento economicista tem sido a desgraça do nosso país. Ou melhor, a desgraça da identidade de nosso país. Este olhar nos ilude porque alimenta nas pessoas equívocos narcisistas ou reforça nosso com-

plexo de vira-lata. Tenho convicção de que o que torna o Brasil um país único é sua diversidade, é sua gente, é sua natureza. Infelizmente temos uma elite que está de costas para nossa realidade porque também ela tem a ilusão de que pode ser igual à do primeiro mundo. Sinto informar que, quando perceberem estes equívocos, já será tarde demais.

IHU On-Line – Como o povo Munduruku tem encarado os desafios do mundo contemporâneo? Para onde vai a humanidade e a vida no planeta?

Daniel Munduruku – O povo Munduruku resiste bravamente desde sempre. É um povo guerreiro que olha para si sem deixar de olhar para a realidade que o cerca. Tem criado alternativas para que sua cultura seja mantida através de permanentes assembleias, ocupações, diálogos com a sociedade envolvente e desenvolvimento de projetos sociais. Além dis-

so, o principal município que abriga o maior número de Munduruku no Pará – Jacareacanga – tem sempre um vice-prefeito que é nativo e várias cadeiras da câmara municipal ocupadas por representantes da comunidade. Isso não tem diminuído as tensões que por lá ocorrem. Os interesses econômicos também estão presentes por ali, mas esta presença efetiva alimenta a esperança de dias melhores, porque não passa despercebido dos olhares atentos de nossa gente. Conste-se também que muitos jovens Munduruku estão na universidade, se preparando para os embates futuros. Um ponto a mais na nossa resistência.

Não sou um profeta do apocalipse. Não fui criado para ser um homem do futuro. Sou apenas do presente. Se faço, no entanto, um exercício de pensar no que vem pela frente, confesso que me entristeço. Quero crer que o planeta ainda vai dar umas chacoalhadas para tentar escapar da sina gananciosa dos seres humanos. Isso não me preocupa. Só sei ser hoje. Fim. ■

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

O Use pensar

o que ninguém PENSOU

ihu.unisinos.br

Ver em camadas o cruzamento dos mundos

Jaider Esbell, artista Makuxi, sustenta que é fundamental acolher as sabedorias que permitem um diálogo entre a natureza e o inexplicável, aquilo que não se encontra na biblioteca de Alexandria

Ricardo Machado

Do fundo das matas o grito ameríndio denuncia um Brasil que nunca operou sequer por seu imperativo positivista, ordem e progresso, que dirá a partir de uma perspectiva plural e humanitária. “O que há é um constante retrocesso para com o bem comum, a natureza e tudo o que nela vive, especialmente os humanos nativos de cá, onde me incluo”, descreve Jaider Esbell, com objetividade e clareza indiscutíveis. Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o artista Makuxi lembra que o “nativo está deslocado ainda em termos de movimento e representatividade política, aqui no Brasil. O indígena não cabe no movimento negro e não queremos mais uma guerra, com mais ninguém. Falo sobre nossa letargia, do pouco movimento político-sócio-cultural no sistema global das representatividades”.

É próprio das sociedades hegemônicas nos exigirem a todo tempo maior transparência, fluidez e produtividade, não deixando espaço para tudo que é da ordem do mistério. Mas ver em camadas requer uma outra forma de pensar e de se relacionar com o tempo. “É fundamental acolher a sabedoria dita de raiz dessa geografia, ouvir e praticar as sabedorias que dialogam direto, ainda, com a natureza maior, com o inexplicável, aquilo que não está em canto nenhum, nem na biblioteca de Alexandria”, sugere Esbell. “Estamos loucos de vontade de viver uma vida boa e nos fazemos

cegos para estar em festa no ato do fim do mundo? E se mais alheio o leitor ou eu estivermos para tudo isso, podemos pensar que os mais ricos realmente mereçam ir para marte, ou viver em cápsulas em suas naves enquanto o pobres devam servir apenas de combustível fóssil para suas turbinas”, provoca.

Jaider Esbell é artista, escritor e produtor cultural indígena da etnia Makuxi. Nasceu em Normandia, estado de Roraima, e viveu, até os 18 anos, onde hoje é a Terra Indígena Raposa – Serra do Sol (TI Raposa – Serra do Sol). Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Roraima - IFRR, é autor de diversos livros, dentre eles *Terreiro de Makunaima – Mitos, lendas e histórias em vivências* (Prêmio Selo Funarte de Literatura, 2010) e *Tardes de agosto, Manhãs de Setembro, Noites de Outubro* (2013). Em 2016 pelo conjunto da obra foi indicado ao prêmio PIPA de Arte contemporânea onde é vencedor na categoria On-line. Jaider Esbell mantém uma galeria de arte na cidade de Boa Vista-RR e na internet mantém o site www.jaideresbell.com.br, onde publica assuntos contextuais de seu trabalho plural.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do Dia de 24-08-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2MYWaYm>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a importância de reconhecer e conhecer os povos indígenas em sua pluralidade, diferenças e em sua relação com o mundo branco?

Jaider Esbell – A gente deve pontuar nossa expectativa fazendo um recorte para situar o interlocutor, a mídia brasileira, o indígena brasileiro e o brasileiro propriamen-

te dito, nesse caso, representando o mundo branco. Quando digo isso chamo a atenção para a necessidade de se ter um foco. Temos de encarar a necessidade de se ter uma identi-

“A arte me faz pensar que a sabedoria do jabuti diante da voracidade da onça é o meio mais cheio de vida para se ir indo bem dentro do mito”

dade, por estratégia, decididamente. O mundo meramente branco não deu certo como referência e acredito que este fato já faz sentido para boa parte da humanidade. Qual o propósito de nossas intenções em afirmar? Eu quero salientar uma urgência; a de que a nação Brasil deve se permitir um solavanco, um choque de realidade urgente em relação ao seu comportamento passivo no mundo maior. Não sabemos de fato os propósitos gerais das engrenagens, sabemos das urgências dos povos, seus limites geográficos, políticos e suas potências filosóficas. Sabemos que desaparecem cada vez mais todo dia, toda hora. Sabemos que se deslocam, que migram e essa é uma urgência do mundo. Lemos que há uma bandeira, a terra. Vemos horizontes plurais sobre os usos dessa própria terra, ao menos as intenções e parte dos desejos são oferecidos pelo próprio algoz, o dito mundo branco.

O nativo está deslocado ainda em termos de movimento e representatividade política, aqui no Brasil. O indígena não cabe no movimento negro e não queremos mais uma guerra, com mais ninguém. Falo sobre nossa letargia, do pouco movimento político-sócio-cultural no sistema global das representatividades. O Brasil nunca foi balizado por uma ideia concreta de Ordem e Progresso. O que há é um constante retrocesso para com o bem comum, a natureza e tudo o que nela vive, especialmente os humanos nativos de cá, onde me incluo. Vemos o acentuar da crise do mundo dominador, crise na/da cultura envolvente, do modo de ser das coisas.

A diversidade, a riqueza de povos e culturas que alimenta o mundo de energia positiva está enfraquecida pela ideia de uma só cultura e isso não é nada bom por todas as razões. Andamos, ao que parece, mais distantes daquilo que precisamos e nos tornamos aquilo que não queremos.

É importante que se veja com clareza os mais diversos tons de realidades indígenas e suas colocações diante do mundo dos brancos. Somos também latino-indígenas-americanos e mesmo aqui ainda cabe o termo exótico, por uso deslocado, somos a raiz desse tempo histórico. Falo de mestiçagem, miscigenação? Falo de raiz, da invenção das raças? Vejo que há duas grandes correntes-forças ao menos, na prática desse romance. Uma – o ente urbano, ou excluindo dele quer ir para a floresta, o que não dá. Duas – os das florestas ou os expulsos delas acham que as cidades são a alternativa para tanta violência que há por lá, o que igualmente não dá. Falar em políticas gerais específicas e diferenciadas que atendam minimamente o tempo de assimilação de sociedades distintas a tão drástica guinada, no sentido maior da vida, o que será diferente para sempre é fundamental. Ver em níveis e em camadas é um exercício que pode mostrar o cruzamento de mundos. Pode espetacularmente evitar em tempo uma chacina genocida sem precedentes, e nesse caso, vindo de dentro, de um lugar inesperado. É fundamental acolher a sabedoria dita de raiz dessa geografia, ouvir e praticar as sabedorias que dialogam direto, ainda, com a natureza maior, com o inexplicável, aqui-

lo que não está em canto nenhum, nem na biblioteca de Alexandria. É para ao menos no campo das ideias fazer uma leve ideia de justiça com esse corpo diverso e uno tendo como parâmetro o fluxo de culturas em movimento.

IHU On-Line – Por que é importante fugir de uma imagem que busca reconhecê-los a partir de uma ideia de pureza?

Jaider Esbell – A pergunta está muito aberta mas vamos pensar algo nesse sentido. A carga de responsabilidade que se coloca sobre as populações indígenas é muito pesada vindo de onde vem, o mundo ocidental. Ao mesmo tempo não lhe é dada a chance de se corresponder com maestria às alturas. O indígena serve bem até um certo ponto, um ponto incerto. Depois, dizem que eles/nós já não servimos mais. Projetar o fracasso do diálogo e a perda da fé nos valores das coisas, nas ideias do que sejam o sagrado e o profano absoluto é arriscado demais quando se percebe que, ao ser visto, o modelo branco de viver e usufruir do mundo deturpa a ideia de essência. O mundo branco acabou com a natureza e os indígenas ainda dependem direta e exclusivamente dela. Seria essa equação a ideia fixa sobre a pureza? Há uma faixa delimitada que embora expandida é mapeável (sic), ou seja, dá para delinear e embora mapeável é bem fixa.

O fluxo deturpa pois cria o desejo de ter, parecer, querer ser e nesse sentido a pureza já não aparece mais, pois é de adoção que as culturas são

compostas, ou não? Falo mais especificamente sobre a relação dos nativos com os campos expandidos da relação mundo material versus ambientes, paisagens extrapoladas, outras culturas, o que nos remete ao termo espiritualidade, a junção espontânea de gente-bicho-ser da natureza. O bom selvagem precisa matar para comer, como qualquer ser vivente, pois são gente e mesmo que fosse bicho ou planta precisamos de algum tipo de alimento. É totalmente excludente o sentido da pureza, pois remete a um isolamento inviolável, a algo invisível, inatingível, fora de qualquer contexto e alcance político inclusive. Privilegiar politicamente o sentido de pureza é promover etnocídio, genocídio, desumanizar e desconsiderar a linha do tempo das coisas. Há um risco nisso, pois me parece um argumento frágil, uma paisagem frágil que é mesmo sugestiva a autoeliminação. Pureza é fragilidade onde tudo é impuro. Insistir em pureza e implodir o campo das ideias é uma selvageria às avessas, um corpo sem anticorpo, algo muito delével e vulnerável. Muito complexo tudo isso.

IHU On-Line – Como o senhor, sendo também integrante do povo Makuxi, tem percebido os desafios ambientais e da vida no planeta no atual momento?

Jaider Esbell – Ter uma identidade indígena não me coloca a par dos dilemas do mundo. O povo Makuxi tem contato com o grande mundo antes mesmo do “descobrimento”. Como um homem Makuxi exposto eu devo falar do mundo aberto com a sabedoria de um Makuxi local. Eu não tenho uma esposa e filhos para deixar sobre a terra em busca de felicidade. Assim, eu falo de um lugar existencial ainda mais próprio embora seja Makuxi e saiba que minha existência é ínfima mas representa muito, pois sou uma forma de mídia. Eu sinto e vivo as sensações de um artista. Olhando para o meio de onde me origino vejo também angústia, vejo sentidos de prospe-

ridade e sentidos de depressão. Há falta de ânimo vindo dentro do meu povo enquanto tantos outros Makuxi festejam suas razões de felicidade. Contudo eu me inspiro também em sua resistência, em sua resiliência, em seu reinventar e buscar rever o modo de andar, estar no mundo moderno, ou no dito hoje, a contemporaneidade enquanto povo definido. Conflitos geracionais e de ordem filosófica são nítidos. Os mais velhos dizem e a juventude não escuta e eu estou, de novo, no meio de mundos em transe e sou cobrado. A minha geração tem nas mãos a grande passagem e o meio ambiente grita sua urgência com fatos catastróficos claros. Eu sou feliz fazendo parte com arte e ao que parece tem sido bom para uma boa parte que não saberia dizer ou requerer a maioria. A arte me faz pensar que a sabedoria do jabuti diante da voracidade da onça é o meio mais cheio de vida para se ir indo bem dentro do mito.

“O nativo está deslocado ainda em termos de movimento e representatividade política, aqui no Brasil”

IHU On-Line – Como a natureza tem se comunicado conosco? Qual o recado da mata com as secas, as inundações, ondas de frio e calor extremo?

Jaider Esbell – Acredito que estamos assustados com os aspectos da alta tecnologia e não reconhecemos mais as forças da natureza como tais, pois temos uma conta em aberto com ela. A natureza manda mais um de seus inúmeros e cíclicos recados: essa onda está alta demais, diminu-

am o ritmo. A alta tecnologia tem gerado emissões de poluentes que extrapolam nosso corpo indo consumir tudo o que é alcançável. Acredito que tivemos a ousadia de ferir os campos mais sutis, mais delicados daquilo que nem nome tem em relação a esta persona maior, a Mãe Natureza com letras maiúsculas. Como indígena e como um homem que pode dizer que ama de um modo especial a vida, que pode se expressar minimamente bem em português, algo que já dá aspectos para ampla tradução para muitas línguas, busco usar essa linguagem para tentar responder a essa questão. A lei física da ação–reação se faz na prática bem diante dos nossos olhos. Se em nada disso cremos e preferimos outro modo de explicação, temos o sentido do castigo puro e simples. Uma herança maldita dos que viveram antes e não pensaram na gente, assim como não estamos pensando nos do por vir. Estamos loucos de vontade de viver uma vida boa e nos fazemos cegos para estar em festa no ato do fim do mundo? E se mais alheio o leitor ou eu estivermos para tudo isso, podemos pensar que os mais ricos realmente mereçam ir para marte, ou viver em cápsulas em suas naves enquanto o pobres devam servir apenas de combustível fóssil para suas turbinas.

IHU On-Line – O modelo de vida moderna da civilização branca de extrativismo e exploração ambiental sem limites mostra sinais de esgotamento. Como o povo Makuxi se relaciona com o meio ambiente?

Jaider Esbell – Como disse antes, não se surpreenda, pois tem Makuxi de todos os tipos e naturezas. Volto a dizer que eu sou um artista e minha exposição de vida vai, em muitos aspectos, de encontro à ideia de vida padrão Makuxi. De fato, há um povo e é só mais um povo que viu o mundo maior e quer fazer parte, seja como for. Um exemplo: boa parte das comunidades Makuxi cria gado bovino em suas terras e hoje, depois de já ter criado e ter sido um vaqueiro já não como mais a carne de gado

bovino, mas consumo o leite contido em outros alimentos. Eu não como a carne bovina mas uso o couro para fazer arte, eu me deito em uma capitiana (rede de couro) e eu uso o esterco de gado na minha horta e desenho uma vaca e vendo como arte. O movimento indígena já discute mesmo timidamente os aspectos plurais inclusive negativos da criação de gado nas terras de Makunaima, ou seja, nos campos naturais da Amazônia caribenha. É crítico para todos os lados, para todos os tempos, para todas as gerações de gente que chega diariamente a pisar e ocupar esse espaço que hoje discutimos essas questões já atrasadas. Atrasadas pois seus efeitos estão lá na frente. A vontade de fazer parte do mundo faz os indígenas, também, tomar medidas drásticas como adotar medidas superagressivas à natureza. Avaliar isso como um fracasso não é o que busco fazer. Ver como um desafio urgente é um trabalho educativo, coisa em que a arte insiste, embora pareça ilógico falar em cultivar orgânicos para o povo que vive no meio da floresta e a gente da cidade pensa que lá tá cheio de vida nos rios mas não está. No meio da natureza a natureza se recolhe em buracos, peixes se criam em tanques e no leito maior do rio grande desce a morte em forma de mercúrio, plástico, esgoto e pesticidas do agronegócio.

IHU On-Line – O senhor é artista indígena e Makuxi; como a arte também expressa as cosmologias ameríndias?

Jaider Esbell – O Makunaíma da capa do livro vai dar em Makunaima que indo mais vai-se chegar em Makunaimí, uma grafia aproximativa do que se fala, se estuda e se ensina, o idioma, a dita língua mãe Makuxi desse tempo. Querendo vamos dar em ambientes ainda nunca visitados por, inclusive, boa parte dos Makuxi. Aqui há pistas, uma rota contínua que pode parecer reversa de um ato sem fim. A mitologia pode ser um campo suspenso onde quem acha meios acessa. As mídias são pontos de inflamação, inchaços,

pontos de vidas pois matam, mas dão vida se tempo e força se aplicam nessa agência. Falar de Makunaíma é abrir portais para múltiplas identidades, abrir um campo de existir para, inclusive, as vidas-povos tidos como extintos. A arte ressuscita e nessa loucura eu bem acredito. Eu falo de minha perspectiva visto que vivo esse tempo fazendo a leitura de mundo que acredito que me caiba ou que me comporte. As Américas são o “mundo novo” mas sabemos que isso não tem idade, mas tem identidade. Vivo um tempo fértil onde as mídias mais acessíveis podem dar vazão a forças de culturas distintas, ocultas para a multidão mas vivas em suas fontes.

Hoje podemos aos nossos modos e meios reivindicar reinvenções. Hoje podemos contestar a literatura clássica, podemos de fato falar com membros de sociedades desconhecidas e surpreender com a força que a arte somada com a espiritualidade dá, vamos dizer assim, que pode nos dar. Vemos as manifestações acontecerem, sentimos, conduzimos, corporificamos. Há um lindo encontro entre talento artístico e dom maior de algo como potências xamânicas, mestres natos dos saberes que dormiam em algum lugar e que agora despertam. Há um grande despertar nas bordas de mato virgem que ainda restam nos sertões, nos rincões, nos livros velhos que estão sendo reabertos. Muito a compreender sobre o assunto, por hora estamos sentindo seus primeiros sinais.

IHU On-Line – Como está sendo sua exposição Transmacunaima? Por quais estados ela passou e por quais estados vai passar?

Jaider Esbell – Pelo estado de transe, espero. Essa é a minha maior vontade, pôr tudo em estado de transe. Na prática eu expus, com essa curadoria em Manaus e em Brasília. No ambiente de internet há uma exposição constante. Para mim enquanto criador dessa provocação expus já em dois potentes e estratégicos ambientes. Manaus, a cidade

de pedra no meio da floresta gigantesca e em Brasília, capital de outros poderes pobres como a política partidária e seu lixo poluidor maior, os efeitos sem precedentes da corrupção. Quero estar em São Paulo, nosso outro coração antes de seguir para o mundo maior. É estar imerso em nossa maravilhosa lama fértil, a impressionante brasilidade, ou mesmo a falta dela, o que já a faz existir. Tenho tido boas surpresas, pois os aspectos nefastos de tamanha exposição de minha vida, minha privacidade nesse ambiente de vaidades eu já souro feliz há um bom tempo. Tem sido fantástico!

“Ver em níveis e em camadas é um exercício que pode mostrar o cruzamento de mundos”

27

IHU On-Line – De que forma seu trabalho como artista contribui e legitima as lutas políticas dos povos indígenas?

Jaider Esbell – A luta dos povos indígenas é legítima em todos os tempos e espaços. O que é fundamental é que nós, os que alcançamos as mídias e espaços de poder reconheçamos que somos frutos também desses movimentos. Que atuemos certos e onde o nosso trabalho alcançar reafirmemos com visão atual a luta, sempre, e isso é uma forma diferenciada de fazer e atuar politicamente, também. Indo em lugares onde antes era impensável o indígena estar. É estar com elegância fazendo outros usos das mesmas forças. É adotar uma estética estratégica para ocupar com dignidade todos os ambientes de representação que a arte pode dar aos povos indígenas, o que a mera política partidária a atuação de ONGs indígenas e indi-

genistas não alcançam. Construindo não-lugares para que as questões mais urgentes estejam além do mero pensamento. É antes de tudo propor um ambiente respeitoso, construtivo e sempre desafiador, harmônico. É um estímulo fundamental que remete e requer diretamente práticas, atitudes, legitimidades e justiça. É proporcionando um olhar diferenciado para o termo-ser índio. É alertar o próprio homem/mulher/ser nativo sobre os cuidados essenciais para com a natureza.

Acredito que remetendo o inconsciente coletivo a um lugar de memória não convencional como, por exemplo, trazer à luz do contexto aspectos e feitos menos perceptíveis da antiga e da nova colonização. Meu trabalho é inteiro para o outro e o outro é um lugar imaginado, mas a natureza é de todos e eu luto pela natureza maior. Talvez, a primeira sensação que meu trabalho pode provocar é uma profunda zona de conflito, desconforto e do outro lado um acolhimento, um alcançar, um abraçar caloroso. Eu pensei que podia explicar, mas estou no meio de tudo isso e só tenho uma imensa sensação de paz desafiadora e não consigo de fato me explicar.

IHU On-Line – Qual a importância dos indígenas em se rela-

cionarem também com aspectos do mundo branco, como, por exemplo, fazer cursos em universidades? De que forma esse diálogo entre mundos é produtivo?

Jaider Esbell – É produtivo quando ambos os lados ganham e a natureza respira. É produtivo quando as universidades se dispõem a acolher os indígenas como conhecedores específicos em seus próprios saberes e não como entes secos, ignorantes e rudes. Quando há um ambiente onde se reconhece o valor mínimo dos saberes que chegam nos bancos das salas de aula com os indígenas alunos e que isto representa um saber coletivo e não seletivo. Vemos isso na educação ocidental? Quando a relação entre a instituição e o aluno não é uma relação onde este segundo se sinta diminuído, mas estimulado a colaborar para o que se espera de um ambiente de partilha e aplicação de sentidos para uma ideia de bem comum. Quando a cooperação de mundos tão distante beneficie a construção de um horizonte viável e se configure em alternativas, a academia, em tese, ainda é o canal certificador oficial. Os indígenas já perceberam isso, foram buscar estar lá e foi com luta que conseguiram. Se hoje temos indígenas mestres e dou-

tores isso também tem fundamento com a luta política organizada histórica que geralmente não aparece e até é esquecida em alguns casos por seus próprios beneficiados, os estudantes indígenas.

IHU On-Line – De que maneira os povos ameríndios têm apresentado à civilização branca novos modelos de convivência e relação com os demais seres do universo? Por que deveríamos estar de ouvidos mais abertos aos saberes ancestrais indígenas?

Jaider Esbell – Quando resistem eles se mantêm lá, no ambiente onde as forças maiores acolhem e nutrem. Quando argumentam consigo mesmo em agonia, avançam das armadilhas disfarçadas de um mundo moderno onde já é passado uma fábula, um mito, um ancião. Devemos ouvir o conselho dos velhos, pois eles já souberam o que é perder a esperança e tentam manter a vida em seu melhor, em nós.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Jaider Esbell – Agradecer essa sensibilidade em ter a paciência de ouvir! ■

EAD Ciclo de Filmes e Debates

CRISE DO CAPITALISMO DEZ ANOS DEPOIS

Período:
03/09 a 23/11 de 2018

Ministrante:
Prof. MS. Gilberto Faggion - Unisinos

Local:
Plataforma Moodle | 3 horas semanais

ihu.unisinos.br

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS



O agro não é pop. O constante processo de dizimação indígena

Para Sônia Guajajara, mulher indígena, política e ativista dos direitos dos povos tradicionais, não existe possibilidade de democracia se houver o desejo de extermínio físico ou cultural de um ou mais povos

Leno Danner e Ricardo Machado

Sônia Guajajara é mulher guerreira. É mais uma dentre as inúmeras dos diversos povos indígenas que compõem a miríade de mais de 300 etnias que habitam o território brasileiro. Distantes do paradigma existencial que tem impactado radicalmente a vida na terra, os ameríndios mantêm um modo de vida que prima pelas relações de reciprocidade entre todos os seres. “Hoje talvez sejamos nós, povos indígenas e populações tradicionais, o modelo civilizatório a ser seguido, porque preservamos nossas relações sociais acima das aquisições materiais. Por isso, falamos de uma crise não apenas econômica e social, mas de perda de valores como a solidariedade, sem os quais nenhuma sociedade pode existir”, avalia Sônia Guajajara, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Na ditadura militar, oito mil índios foram assassinados. Passados 33 anos do fim do regime, para a massiva maioria das populações tradicionais a própria existência se converte em um ato de resistência, sobretudo diante dos ataques a políticas públicas voltadas às populações marginalizadas. “Este ano a juventude indígena conseguiu manter o Programa de Bolsa Permanência que o governo Temer tentou acabar da noite para o dia e o apoio da sociedade foi muito importante. Mas olha quantos outros programas e políticas foram destruídos nos últimos anos por este governo e especialmente com a Emenda

Constitucional 95, com o claro intuito de retroceder a patamares ainda mais vergonhosos de desigualdade no Brasil. Não podemos aceitar isso”, ressalta a entrevistada.

Não obstante o ataque estatal, sobreviver às investidas da iniciativa privada e à prosa cínica da mídia hegemônica se transformou em um desafio à própria sobrevivência. “Não é possível iludirmos a sociedade com o discurso hegemônico do agronegócio, ele não é ‘pop’. Ele tira vidas no campo, concentra terras nas mãos de políticos, ataca a agricultura familiar e não oferece mais que veneno nas nossas mesas e lucros gigantescos para algumas empresas. Uma sociedade que se propõe a excluir e exterminar social ou culturalmente um ou muitos povos e grupos, ou uma sociedade que se omite diante de tais atrocidades não pode ser uma sociedade democrática”, provoca.

Sônia Bone Guajajara é uma líder nascida na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, e pertence à etnia Guajajara/Tentehar, no Maranhão. Formada em Letras e em Enfermagem e Especialista em Educação especial pela Universidade Estadual do Maranhão. Recebeu em 2015 a Ordem do Mérito Cultural. Coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - Apib. Atualmente é candidata à vice-presidência da República na chapa do PSOL.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como você compreende e percebe a vinculação e a atuação público-política do movimento indígena em nosso contexto?

Sônia Guajajara – Entendo que os mais de 300 povos indígenas são uma importante expressão da diversidade no Brasil. E muita gente ainda ignora que existem mais de

270 línguas indígenas no país, que seguimos resistindo, que estamos presentes em todos os estados, que preservamos mais florestas do que unidades de conservação, e que

guardamos também a diversidade de nossos alimentos, plantas etc.

Por isso, nossa atuação política ou mesmo nossa simples presença em espaços públicos nunca antes abertos a nós é um grande convite ou uma provocação para que a sociedade tenha uma reflexão mais profunda sobre processos de injustiças históricas e presentes que se praticam contra a diversidade no Brasil.

Nós povos indígenas, não nos vemos como uma minoria, ou simplesmente como um movimento social. Somos muitos povos, diferentes e autônomos entre si, que nos unimos em lutas comuns, inclusive com outros grupos e movimentos, como é por exemplo o caso da luta pela demarcação de nossas terras, da proteção do meio ambiente e da garantia de termos nossos líderes, homens e mulheres, vivos e protegidos. Lutas pela superação de uma lógica colonial que ainda se impõe nas instituições e na sociedade. Lutas que foram amplamente registradas ainda em 1987-1988 no processo da Assembleia Constituinte, mas que ainda hoje não foram compreendidas pela minoria oligárquica que se mantém no poder.

IHU On-Line – Como os intelectuais indígenas estão se inserindo na esfera pública e nos âmbitos cultural e institucional?

Sônia Guajajara – Nós povos indígenas, a partir de um processo duro de resistência às inúmeras tentativas de extermínios e de exclusões que sofremos enquanto sociedades e grupos social e culturalmente distintos, conquistamos alguns espaços na esfera pública.

Se antes o indígena era visto como um ser humano inferior, que precisaria ser “civilizado”, que ocupava no máximo um cargo de intérprete ou ajudante na Fundação Nacional do Índio - Funai, hoje temos milhares de professores indígenas formados, agentes de saúde, médicos, engenheiros, advogados, mestres e doutores. Indígenas escritores, cine-

astas, fotógrafos e artistas alcançam outros sentidos da sociedade brasileira, assim como alguns de nossos pajés. Eles levam conhecimentos da vida na aldeia e do contato com a natureza que rapidamente a sociedade não-indígena perdeu e hoje sofre profundamente, condenando indivíduos à solidão, depressão e endividamentos sem sentido. Hoje talvez sejamos nós, povos indígenas e populações tradicionais, o modelo civilizatório a ser seguido, porque preservamos nossas relações sociais acima das aquisições materiais. Por isso, falamos de uma crise não apenas econômica e social, mas de perda de valores como a solidariedade, sem os quais nenhuma sociedade pode existir.

IHU On-Line – Quais são as bandeiras de luta desses intelectuais e o que eles têm a dizer sobre nossa modernização contemporânea?

Sônia Guajajara – Acho que esse conceito de intelectuais faz uma distinção entre pessoas que para nós povos indígenas não necessariamente funciona. Mulheres e homens têm saberes diferentes, velhos e jovens também.

Nesse ponto, a juventude indígena está elaborando entendimentos importantes tanto nas universidades como nos meios de comunicação e redes sociais, que podem retratar o encontro de culturas que possivelmente é a marca do nosso século.

Esses jovens, na sua maioria, falam suas línguas indígenas e dominam a língua portuguesa, cresceram na aldeia e hoje estão nas cidades estudando ou trabalhando. Eles vivem no seu cotidiano a exclusão em muitos níveis e, muitas vezes, se descrevem como estando entre duas culturas radicalmente distintas.

E quais são as bandeiras deles? A garantia das demarcações das terras de seus povos, o fim da violência contra os indígenas, a garantia de políticas públicas adequadas, inclusive a garantia de seus direitos para estarem nas universidades e terem seus saberes reconhecidos. Ou seja, é a

bandeira do viver bem, uma bandeira comum seja na cidade ou no campo e que precisa estar na política.

Temos indígenas vereadores e secretários ou secretárias municipais, estaduais e federais. Mas isso ainda é pouco. Nem sempre ocupar um espaço público garante fazer a transformação que se necessita na raiz das políticas públicas e das instituições.

É preciso mudar as estruturas da política. Desde Mário Juruna¹, nunca mais tivemos um representante indígena no Congresso Nacional e essa é a primeira vez na história do país que se apresenta uma candidata indígena numa chapa presidencial.

Lançamos também uma plataforma de apoio a candidatos indígenas nessa eleição de 2018. Porque mesmo eleitas, as poucas pessoas indígenas que ousam lançar suas candidaturas, precisam de apoio para enfrentar o processo eleitoral porque quando nos colocamos como candidatas e candidatos, viramos alvos a todo tipo de ataque também. Mas isso só acontece porque nossa voz importa, e isso incomoda os donos do poder.

IHU On-Line – Como você tem pensado seu papel político no cenário nacional?

Sônia Guajajara – Como candidata tento inovar o projeto político em todos os sentidos, abraçando as lutas sociais, reconhecendo o poder de se fazer política a partir das bases, do engajamento de pessoas comuns, que se aliam umas a outras e a movimentos e coletivos que estão verdadeiramente interessados no bem comum, no fim da desigualdade social.

Ser a primeira mulher indígena a compor uma chapa presidencial é carregar a responsabilidade de pautar com profundidade temas que são sempre marginalizados do debate, mas que são fundamentais para o futuro do país.

¹ **Mário Juruna** (1943-2002): foi um líder indígena e político brasileiro. Filiado ao Partido Democrático Trabalhista - PDT, foi o primeiro e único deputado federal indígena do Brasil. Juruna nasceu na aldeia xavante Namakura, próxima à Barra do Garças, no estado de Mato Grosso. (Nota da IHU On-Line)

Se me permite uma provocação, não me coloco como uma intelectual, mas sim como uma mulher indígena. Tive a oportunidade de frequentar a universidade dos não-indígenas, de me engajar em diversas causas sociais, de viver na pele a violência do racismo e do preconceito, de compartilhar a dor daquelas pessoas e povos que se mantêm em pé com dignidade na defesa de seus territórios, de suas línguas, de seus jeitos de ver o mundo e de explicar nossas existências e acho que é de lá que vem a confiança na possibilidade de mudar nosso país.

Espero trazer de maneira transparente as pautas de todas as mulheres, pelo fim da violência e do feminicídio, pela legalização do aborto, mas também a pauta dos povos indígenas, tendo como questão chave o direito à terra, bem como a proteção das florestas e dos recursos naturais.

Precisamos garantir para nós, nossas filhas e filhos, netas e netos a possibilidade de um bem viver. Estamos falando de uma mudança no agora, que depende da conservação das florestas, do cerrado e das nascentes para podermos enfrentar os efeitos das mudanças climáticas, a crise de água, a necessidade de termos alimentos sem venenos, adequados para o consumo, dentre outros temas. Eu disse lá no Rock'n Rio, não há um plano B, precisamos agir agora. Nossa sociedade já está sofrendo, precisamos fazer mais pela sustentabilidade e pela igualdade.

IHU On-Line – Qual o papel da escola e da educação públicas em termos de inclusão e de fomento da cultura indígena à sociedade em geral?

Sônia Guajajara – Acho que estamos em constante processo de formação e educação e particularmente nesse processo eleitoral precisamos estar preparados para enfrentar discursos fascistas e excludentes tanto no âmbito escolar como nas nossas casas, ambientes de trabalho etc.

Há mais de dez anos foi estabelecida nas diretrizes e bases da educa-

ção nacional a obrigatoriedade de se incluir, em toda rede de educação, conteúdos programáticos abordando “diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira (...) tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”. Mas até hoje isso não foi feito de maneira adequada, e é preciso avançar muito para oferecer não apenas um ensino público de qualidade, mas um ensino que promova o pensamento crítico e engajado em resolver questões da sociedade, que promova a autonomia e não a apatia. Por isso, projetos como o chamado Escola sem Partido² são uma grande ameaça ao futuro. Entendo que nossas crianças e jovens não podem ser impedidos de conhecer de maneira crítica e estudar sobre a história de nosso país.

IHU On-Line – Você acredita que a academia, em particular as Ciências Humanas e Sociais, está mais aberta ao estudo e ao diálogo com o pensamento e a cultura indígenas?

Sônia Guajajara – Acho que toda a sociedade, inclusive a academia, está aprendendo a estabelecer relações respeitadas com os povos e as pessoas indígenas. Entendo que esse aprendizado só é possível por causa da presença indígena nos bancos das universidades. Cansamos de ser só meros objetos de estudos.

Por isso a defesa de políticas de acesso e permanência de indígenas, e também quilombolas, nas Universidades é uma luta de interes-

se público, que faz a gente avançar enquanto sociedade à medida que inclui a diversidade e reconhece os saberes tradicionais na produção do conhecimento nacional. Políticas sociais que reduzem a desigualdade crônica são fundamentais para mudarmos nosso país. Este ano a juventude indígena conseguiu manter o Programa de Bolsa Permanência³ que o governo Temer tentou acabar da noite para o dia e o apoio da sociedade foi muito importante. Mas olha quantos outros programas e políticas foram destruídos nos últimos anos por este governo e especialmente com a Emenda Constitucional 95⁴, com o claro intuito de retroceder a patamares ainda mais vergonhosos de desigualdade no Brasil. Não podemos aceitar isso.

IHU On-Line – Se a senhora pudesse recontar a história da sociedade brasileira, como a senhora o faria?

Sônia Guajajara – Acho que a história de uma sociedade ou de um país só pode ser recontada de maneira adequada por ela mesma. Aos líderes nacionais cabe o compromisso e a humildade de garantir todas as condições para que essa história seja reconstruída e contada de maneira verdadeiramente participativa.

² **Programa Escola sem Partido** [ou apenas Escola sem Partido]: é um movimento político criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. Ele e os defensores do movimento afirmam representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas. Ganhou notoriedade em 2015 desde que projetos de lei inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas pelo país, bem como no Congresso Nacional. (Nota da **IHU On-Line**)

³ O Programa de Bolsa Permanência – PBP é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Emenda Constitucional nº 95**: a EC 95 limita por 20 anos os gastos públicos. Os senadores aprovaram a proposta (PEC 241/16) em 13/12/2016. Foi encaminhada pelo presidente Michel Temer – quando ele ainda estava na condição de interino – ao Legislativo com o objetivo de equilibrar as contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos. Chamada de PEC do Teto dos Gastos, determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. É considerada umas das maiores mudanças fiscais em décadas. Uma das principais críticas refere-se ao fato de que a PEC limita gastos que historicamente crescem todos os anos acima da inflação, como educação e saúde. Outra crítica incide no congelamento dos gastos com programas sociais. Especialistas e entidades setoriais avaliam que a medida prejudica o alcance e a qualidade dos serviços públicos oferecidos. A EC pode resultar na redução de R\$ 12 bilhões em repasses para a área da saúde em dois anos. Para saber mais sobre a PEC 241, acesse a entrevista com Grazielle David, intitulada *PEC 241/16: Uma afronta à saúde, aos direitos sociais e à Constituição*, publicada nas Notícias do Dia de 11-7-2016, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2aZEqgl>. (Nota da **IHU On-Line**)

Em alguns países da América Latina, a partir dos resultados de Comissões Nacionais da Verdade, foi possível iniciar processos importantes de reconhecimento de violações e conseqüentemente abrir espaços para reconciliações sociais. No Brasil, pouco se fez com os resultados e as recomendações da nossa Comissão Nacional da Verdade. A sociedade de um modo geral ainda desconhece aquilo que foi investigado e revelado, como por exemplo a morte de mais de oito mil indígenas pela ditadura militar.

Então, acho que o que precisa ser feito é um grande processo de escuta à sociedade, de consideração às vozes historicamente excluídas, e de empenho estatal no reconhecimento de seus erros, muitos e graves erros. Sem isso, o país não avança. Sem isso, seguiremos tendo que enfrentar com vidas projetos desenvolvimentistas de lógica colonial ou ditatorial como foi e continua sendo a UHE Belo Monte⁵ no Pará.

Para os povos indígenas esse processo de busca da verdade, reparação e reconciliação vem de antes e vai para além do período ditatorial, mas é preciso antes restabelecermos a democracia plena para efetivamente termos condições de propor algo dessa natureza.

IHU On-Line – Que práticas e valores são trazidos pelos povos indígenas à sociedade brasileira com o objetivo de conquista de hegemonia acerca das

⁵ **Belo Monte:** projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais causados pela construção. Outra controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento do projeto e, conseqüentemente, o seu custo de geração. Saiba mais na edição 39 dos **Cadernos IHU em formação**, *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, em <http://bit.ly/ihuem39>; e nas entrevistas publicadas no sítio do IHU: *Belo Monte: a barreira jurídica*, com Felício Pontes Júnior, dia 26-4-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu260412>; *Belo Monte. "O capital fala alto, é o maior Deus do mundo"*, com Ignez Wenzel, dia 28-1-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu280112>; *Belo Monte e as muitas questões em debate*, com Ubiratan Cazetta, dia 23-1-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu230112>; *"Belo Monte é o símbolo do fim das instituições ambientais no Brasil"*, com Biviany Rojas Garzon, dia 13-12-2011, disponível em <http://bit.ly/ihu131211>; *Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte*, com Dom Erwin Krautler, dia 3-8-2011, disponível em <http://bit.ly/ihu030811>. (Nota da **IHU On-Line**)

lutas dos povos tradicionais?

Sônia Guajajara – Acho que a luta dos povos indígenas está nos corpos de nossas mães, de mulheres e homens indígenas, de todas as idades, em todos os cantos do Brasil. A invisibilidade desses processos de violência, exclusão associados à ganância pela tomada de terras e à vontade de extermínio de povos e culturas não se sustenta mais. Aqui estamos nós, 518 anos depois, pautando os direitos dos povos indígenas numa eleição presidencial! Não é possível iludirmos a sociedade com o discurso hegemônico do agronegócio, ele não é “pop”. Ele tira vidas no campo, concentra terras nas mãos de políticos, ataca a agricultura familiar e não oferece mais que veneno nas nossas mesas e lucros gigantescos para algumas empresas.

“Falamos de uma crise não apenas econômica e social, mas de perda de valores como a solidariedade, sem os quais nenhuma sociedade pode existir”

IHU On-Line – Em que sentido a luta indígena por seus territórios materiais e simbólicos confunde-se com a luta pela própria democratização da sociedade brasileira?

Sônia Guajajara – Uma sociedade que se propõe a excluir e exterminar social ou culturalmente um ou

muitos povos e grupos, ou uma sociedade que se omite diante de tais atrocidades não pode ser uma sociedade democrática.

Quando ocupamos o Congresso Nacional em junho de 2013⁶, durante a Mobilização Nacional Indígena, acho que refletimos um anseio geral da sociedade por mudança. Isso se confirmou nas grandes mobilizações sociais que aconteceram imediatamente e nos anos seguintes, agravados pelo golpe. Essas mobilizações foram em grande parte lideradas por mulheres jovens e periféricas.

Em resposta, enfrentamos uma crescente repressão dos governos às manifestações sociais pacíficas. Violência, perseguição, criminalização e prisões injustas de um lado e leniência às mortes de lideranças do outro lado. Mas não vamos nos silenciar. O assassinato de Marielle⁷ nos convoca a estarmos juntos, a nos mantermos firmes pelas causas justas, a encontrarmos na política e no engajamento social a chave das mudanças que precisamos para viver bem enquanto sociedade e indivíduos. Então, em outubro, precisamos estar mais do que nunca em mobilização cidadã. ■

⁶ **Junho de 2013:** os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, sobretudo nas principais capitais. Inicialmente restrito a pouco milhares de participantes, os atos pela redução das passagens nos transportes públicos ganharam grande apoio popular em meados de junho, em especial após a forte repressão policial contra os manifestantes, cujo ápice se deu no protesto do dia 13 em São Paulo. Quatro dias depois, um grande número de populares tomou parte das manifestações nas ruas em novos diversos protestos por várias cidades brasileiras e até do exterior. Em seu ápice, milhões de brasileiros estavam nas ruas protestando não apenas pela redução das tarifas e a violência policial, mas também por uma grande variedade de temas como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral. Os protestos geraram grande repercussão nacional e internacional. Sobre o tema, confira a edição 193 dos **Cadernos IHU ideias**, intitulada *#VEMpraRUA: Outono Brasileiro? Leituras*, disponíveis em <http://bit.ly/2aVdHxw>. A edição 524 da revista **IHU On-Line**, *Junho de 2013 – Cinco Anos depois. Demanda de uma radicalização democrática nunca realizada*, de 18 de junho de 2018, está disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/524>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Marielle Franco** [Marielle Francisco da Silva] (1979-2018): socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e política nascida no Rio de Janeiro. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro na eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e da Polícia Militar, denunciava constantemente abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros. Os autores do crime ainda não foram identificados. (Nota da **IHU On-Line**)



Para remar no rio do tempo presente

Álvaro Tukano aborda os desafios contemporâneos dos povos indígenas e defende a profunda relação com os saberes ancestrais

Leno Danner e Ricardo Machado

Para não se perder na correnteza do rio da vida, é preciso saber qual o melhor remo para cada tempo. Álvaro Tukano é uma das mais tradicionais lideranças indígenas do Brasil e tem a profunda capacidade de olhar o presente, sem deixar de lado uma memória que é rica em saberes e experiências. “Acredito e defendo as tradições milenares. Tive embate com o Estado e a Igreja e, por isso, fui perseguido e caluniado. Até os meus parentes próximos ficaram contra a minha pessoa quando criticava os neocolonizadores”, diz Álvaro Tukano, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Quando chegaram os brancos começou a confusão, porque os nossos territórios foram saqueados em todos os sentidos – violência sexual contra as nossas filhas e mortes de nossos filhos; roubaram madeira, riquezas minerais e outras especiarias. Os colonizadores impuseram as regras do Estado e da Igreja. Hoje, continua desse jeito, isto é, o índio não é respeitado”, complementa.

Tornou-se lugar comum chamar os indígenas de preguiçosos e sujos, quando, no fundo, o que há mais sistematicamente é a contínua reprodução de violências não só simbólicas contra esses povos. “Existem alguns que adoram ver índios e índias peladas e que ficam

com água na boca. Assim, nascem os filhos de antropólogos, de missionários e de outros aventureiros que roubam as nossas filhas”, critica. Há, por outro lado, pessoas da civilização branca que cada vez mais têm procurado os saberes e os povos da floresta. “[Há] os brancos rebeldes, inteligentes, porque eles não acreditam muito nessa civilização que está aí, confusa”, pondera. Por fim, complementa: “Assim, o índio pode ser o professor nas universidades, pode ser pajé, pode ser lenhador e tudo mais. O importante é ser índio feliz e respeitado”.

Álvaro Tukano nasceu no Alto Rio Negro em 1953, a partir do final da década de 1970, tornou-se um dos principais articuladores da resistência indígena. É autor do livro *Álvaro Tukano* (Rio de Janeiro: Editora Azougue, 2017). Além disso, foi um dos coordenadores da União das Nações Indígenas - UNI, e ajudou na criação e na consolidação de importantes instituições, como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN. Mantém parceria com líderes indígenas de outros países que compõem a Amazônia, como Equador, Peru e Venezuela. Atualmente, coordena o Memorial dos Povos Indígenas de Brasília.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Movimentos, lideranças e intelectuais indígenas têm se manifestado desde longa data e de modo contundente na esfera pública acerca dos problemas enfrentados pe-

los povos indígenas. Como o senhor avalia essa atuação?

Álvaro Tukano – Os movimentos de nossos antigos foram as festas culturais para ensinar as novas ge-

rações sobre as histórias da humanidade. Por exemplo, sempre existe o princípio da criação de nossos primeiros homens e suas gerações. As melhores reuniões familiares foram os pequenos e grandes encontros de

“O índio pode ser o professor nas universidades, pode ser pajé, pode ser lenhador e tudo mais. O importante é ser índio feliz e respeitado”

músicos, de dançarinos, de curandeiros e chefes tribais. Assim, os nossos viveram numa época quando não tinha colonização e sempre dominaram e/ou ocuparam grandes territórios tradicionais. Quando chegaram os brancos começou a confusão, porque os nossos territórios foram saqueados em todos os sentidos – violência sexual contra as nossas filhas e mortes de nossos filhos; roubaram madeira, riquezas minerais e outras especiarias. Os colonizadores impuseram as regras do Estado e da Igreja. Hoje, continua desse jeito, isto é, o índio não é respeitado. Os jovens indígenas de hoje sabem como foi a grande colonização em nossos continentes. O que queremos? Demarcação das Terras Indígenas para que os nossos filhos tenham uma vida digna para manter essas tradições.

IHU On-Line – Investigadores têm mostrado que as grandes vítimas do nosso processo de modernização conservadora são os povos indígenas e negros. Como o senhor avalia a constituição da sociedade brasileira?

Álvaro Tukano – A história da colonização nunca é de vitórias e conquistas para o lado indígena. Hoje, temos a Lei número 6.001/Funai¹ e os Artigos² 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Temos terras demarcadas e homologadas.

¹ Lei 6001/1973 – Funai: A lei regula juridicamente a situação dos indígenas no Brasil. Foi sancionada durante a Ditadura Militar. O texto completo pode ser acessado no link <http://bit.ly/2PdyOg0>. (Nota da IHU On-Line)

² Os artigos são do Capítulo VII dos Índios. Dispõem sobre os direitos das populações indígenas e do direito de requerer judicialmente matérias de interesse próprio das comunidades. (Nota da IHU On-Line)

E, mesmo assim, muitas terras são invadidas. Os garimpeiros e madeireiros, os políticos do agronegócio fazem o papel dos bandeirantes. Temos procurado os governantes para demarcar as nossas terras. É bom vocês verificarem quais foram os governantes e como foram as demarcações das terras nos últimos 52 anos.

IHU On-Line – Como o senhor, enquanto cidadão indígena, percebe a influência das matrizes de pensamento eurocentradas no processo de aculturação dos povos indígenas?

Álvaro Tukano – Infelizmente ainda existem muitos índios bestas que acreditam e praticam o eurocentrismo. Por um lado, deve ser maravilhoso ver os missionários indígenas católicos, evangélicos e de outras seitas que invadem dia e noite as comunidades indígenas. Também, deve ser interessante ver o pastor índio cacique combater as tradições indígenas. Pelo que conheço em alguns casos, os missionários indígenas não defendem e praticam as pajelanças, porque não sabem mesmo. As aldeias indígenas onde existem capelas/igrejas não têm tradições indígenas. Rezam muito. É bom que rezem mesmo. Nas capelas onde existem os santos padroeiros os pobres índios não conhecem mais as histórias tradicionais. Fazem festas de aniversários, tomam coca-cola misturada com a pinga, dançam forró e, muitas vezes, esses tipos de festas duram uma semana, no caso do Rio Negro. Vocês deveriam ver a aldeia São Joaquim, que fica na boca

do Rio Uaupés. É muito triste ver os nossos jovens doentes de tanto beber a pinga, acontecem muitos suicídios de homens e mulheres jovens. O missionário índio não vê essas tristezas e nem vai visitar as cadeias lotadas de índios. Essas coisas acontecem em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Hoje, temos outros líderes que defendem e praticam as tradições. Esses são bons músicos, bons líderes e nessas comunidades não tem confusões. Esses não precisam dos costumes eurocêtricos.

IHU On-Line – Como os povos indígenas reagem a essa situação de colonização simbólica? Como eles podem contribuir com uma crítica da modernidade?

Álvaro Tukano – Cada povo tem seus heróis, homens mitológicos que vivem em nossas mentes e que nos abençoam espiritualmente. Eu fiz a minha parte. Acredito e defendo as tradições milenares. Tive embate com o Estado e a Igreja e, por isso, fui perseguido e caluniado. Até os meus parentes próximos ficaram contra a minha pessoa quando criticava os neocolonizadores. O Mário Juruna³ foi o companheiro de luta. Muitos já morreram, sendo a maioria assassinados e que deixaram muitos órfãos que, hoje, são grandes lideranças do movimento indígena. Outros amigos estão vivos: Marcos Terena⁴, Ailton

³ Mário Juruna (1943-2002): foi um líder indígena e político brasileiro. Filiado ao Partido Democrático Trabalhista, foi o primeiro e único deputado federal indígena do Brasil. Juruna nasceu na aldeia xavante Namakura, próxima a Barra do Garças, no estado de Mato Grosso. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Marcos Terena (1952): é um líder indígena brasileiro. Nascido numa pequena aldeia conhecida como Posto Indígena de Taunay, município de Aquidauana, no estado do

Krenak⁵, Paulinho Payakan⁶, Davi Kopenawa⁷, Biracy Brasil, Nailton Pataxó⁸, Nelson Saracura, Lázaro Kiriri, Terêncio Macuxi e outros. Entendo que os brancos não têm problemas. Quem tem problemas e, muitos, são os povos indígenas que precisam de terras demarcadas e homologadas, tradicionalmente. Os jovens líderes têm que ter orgulho de seus antepassados, ser nativos dessas terras tradicionais. Quem manda na vida e defende o índio é índio. É claro que temos que tecer alianças políticas entre todos os povos, dizer que somos os filhos dessas terras e por aqui ficaremos para sempre. É esse o sentido real da luta do movimento indígena.

IHU On-Line – Como, apesar do sistemático processo de marginalização e segregação dos povos tradicionais, o pensamento ameríndio conseguiu resistir até os dias de hoje?

Álvaro Tukano – Primeiro, os nossos antepassados nunca foram incapazes. Estes foram sábios chefes, curandeiros, pajés, videntes, ervateiros, caçadores, pescadores, agricultores e tudo mais. As nossas avós, as mães nos ensinaram o amor. Foram grandes lideranças femininas, e assim continuam hoje. São lindas mães que nos educam dia

e noite. São as mulheres que sustentam a nossa luta e, por isso, temos que estar ao lado delas. Assim, nascerão muitos filhos e filhas; teremos netos e netas, bisnetos e bisnetas, e sempre fortes como os nossos antepassados.

“Os jovens indígenas de hoje sabem como foi a grande colonização em nossos continentes”

IHU On-Line – Como o pensamento e as práticas culturais indígenas podem contribuir para a desconstrução da imagem caricata do sujeito indígena construída ao longo de cinco séculos?

Álvaro Tukano – Está é uma bagunça da modernidade, porque as escolas, jornais, televisões não tratam de nossos costumes como eles são de fato. A educação, de modo geral, coloca-nos sempre no negativo, que índio é preguiçoso e sujo e tudo mais... Existem alguns que adoram ver índios e índias peladas e que ficam com água na boca. Assim, nascem os filhos de antropólogos, de missionários e de outros aventureiros que roubam as nossas filhas. Em outros momentos os especialistas de índios adoram mostrar seus índios e seus trabalhos sobre eles. Fantástico. Os mais curiosos vão atrás de essências medicinais, são os maconheiros, rapézeiros, ayahuasqueiros⁹ e não querem ser

mais brancos de apartamentos. Esses são os brancos rebeldes, inteligentes, porque eles não acreditam muito nessa civilização que está aí, confusa. Alguns índios, também, não querem ser mais índios. Andam de paletó e com a bíblia nas mãos em busca de ovelhas perdidas. Será que mudamos? Sim. Chegou a educação cristã europeia. Os missionários nos ensinaram os fonemas das letras, assim, construímos as frases que nos interessam. Hoje, fico feliz quando vejo jovens, homens e mulheres nas universidades. São os nossos filhos e filhas para falar de nossas histórias, de nossas tradições. Assim, temos um longo caminho de transformação dos povos brasileiros pela frente. Maravilha.

IHU On-Line – Como o pensamento e as práticas culturais indígenas poderiam contribuir para a desconstrução da imagem de que os povos indígenas possuem uma perspectiva contrária ao desenvolvimento econômico e social?

Álvaro Tukano – Na minha região, hoje, infelizmente está difícil. Temos bons líderes que construíram as casas tradicionais para educar os filhos e filhas, organizar as famílias. Eles têm as línguas e histórias próprias. É um modo de gozar a liberdade em expressões, valorizar as culturas milenares e assistir os casamentos de novas gerações. Isso é bom. Alguns índios fazem canoas e remos para viajar. Outros compram os motores de popa e outros viajam de aviões a jato pelo mundo em busca de aliados para fazer as apresentações culturais e, se necessário, fazem denúncias nos tribunais internacionais. Em alguns casos vemos muita gente que não quer ver o índio nesse meio. Por que será? Deixa o índio falar.

IHU On-Line – Conte-nos um pouco dos processos culturais e educativos do povo Tukano...

Álvaro Tukano – Nós, Ye'pa Masa, Tukano, não somos melho-

Mato Grosso do Sul, no Brasil, em 1952, Marcos pertence à etnia indígena Xané como se autodenominam os Terena. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Ailton Alves Lacerda Krenak** mais conhecido como **Ailton Krenak** (Minas Gerais, 1953): é um líder indígena, ambientalista e escritor brasileiro. É considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro, possuindo reconhecimento internacional. Pertence à tribo indígena Krenak. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Paulinho Paicã** nome indígena **Benkaroty Kayapó**: líder indígena conhecido como um militante ecológico, reconhecido internacionalmente por sua luta pela exploração racional da Amazônia. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Davi Kopenawa Yanomami** (1956): escritor e líder indígena brasileiro. Ainda criança, viu a população de sua terra natal ser dizimada por duas epidemias, ambas trazidas pelo contato com o homem branco. Trabalhou na Fundação Nacional do Índio como intérprete. Mudou-se para a aldeia Watorik na década de 1980. Casou-se com a filha do pajé e se tornou chefe do posto indígena Demini. Foi um dos responsáveis pela demarcação do território Yanomami em 1992. Recebeu o prêmio ambiental Global 500 da ONU. Em 2010, viu sua autobiografia *La chute du ciel*, escrita em parceria com o antropólogo francês Bruce Albert, foi lançada na França. O livro teve tradução para o inglês, francês e italiano e sua edição em português saiu em 2015 *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami* (São Paulo: Companhia das Letras). (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Nailton Pataxó**: cacique da etnia Pataxó Hähähãe Os pataxós hähähães são um grupo indígena brasileiro que habita as áreas indígenas Fazenda Bahiana e Terra indígena Caramuru-Paraguaçu, no sudeste do estado da Bahia, no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Rapé e Ayahuasca são duas medicinas tradicionais da floresta amazônica. A primeira trata-se de uma espécie de pó que é soprado no nariz da pessoa. A Ayahuasca é um chá feito com o cipó Mariri e a folha da Chacrona. As pessoas que fazem uso da medicina são chamados rapézeiros e ayahuasqueiros. (Nota da **IHU On-Line**)

res que outros povos irmãos. Hoje, como já disse, temos homens e mulheres nas universidades. Estão preparados para defender a vida de nossos povos, buscam e dominam a tecnologia de comunicação para não depender de tantos intermediários. A vida prossegue. Vamos lá.

IHU On-Line – Como a educação escolar indígena transita da formação cultural do povo Tukano para a educação formal?

Álvaro Tukano – Existem leis tribais. Por exemplo, o casamento exogâmico. O homem Tukano não pode casar com a mulher Tukano. Tem que casar com a mulher de outro povo. Assim, somos povos cunhados para defender os nossos territórios e costumes. Respeitamos e amamos os velhos e são os velhos que nos ensinaram muitas coisas. Os professores e professoras indígenas têm que ser de nossa gente. Estes são pais e mães e, por isso, a educação ministrada hoje é bem dinâmica. Assim é bom, porque os missionários que me ensinaram foram os alemães, italianos, franceses e brasileiros. Apanhei que só. Aliás, apanhamos. É assim que funciona a vida de índio nesse Brasil.

IHU On-Line – De que forma, ao longo do processo de colonização, a civilização branca se apropriou da história material e imaterial dos povos tradicionais?

Álvaro Tukano – Os pesquisadores europeus contribuíram muito para informações que temos nas universidades. Eles aprenderam muitas coisas com os nossos antepassados, realizaram os estudos comparativos em épocas de massacres, de genocídio. Os pesquisadores dos Estados fizeram a mesma coisa. Essa gente levou muitos instrumentos sagrados de nossos povos que hoje se encontram nos museus, e se tornaram como patrimônio deles. Hoje, muitos bra-

sileiros pesquisadores procuram os nossos povos para pesquisar e atualizar as informações para essas universidades. Os pesquisadores brasileiros são pagos pelas universidades internacionais e pouco ou nada fica para nossas comunidades. O que é mais complicado: tudo que é do índio pertence ao Estado. O Estado controla o índio. Isso não é bom para o meu lado e nem dos outros que são críticos. Naturalmente, índios e negros deveriam estar mais atentos, unidos.

“É muito triste
ver os nossos
jovens doentes
de tanto
beber a pinga,
acontecem
muitos suicídios
de homens
e mulheres
jovens”

IHU On-Line – Quais têm sido os resultados da luta pela preservação e pela promoção de territórios físicos e simbólicos dos povos indígenas?

Álvaro Tukano – O Brasil tem na Constituição Federal o Capítulo dos índios. O Brasil é signatário de leis internacionais que protegem os povos tradicionais. Enfim, os índios têm a proteção, os instrumentos jurídicos. O problema, aqui, são as riquezas imensuráveis. Por exemplo, disse alguém: “A Amazônia tem ouro, nióbio, petróleo, as maiores jazidas de manganês e ferro do mundo, diamante, esmeraldas, rubis, cobre, zinco, prata, a maior biodiversidade do planeta (o que poderia gerar grandes lucros aos lavatórios estrangeiros),

madeira nobre e outras inúmeras riquezas que somam 14 trilhões de dólares”. Esse é um dos brasileiros. Esse não enxerga os índios e animais que dependem das florestas, dos rios e lagos. Só quer roubar. O que você acha disso?

IHU On-Line – Como a crescente influência de indígenas nas universidades, a profícua produção científica e cultural dessas pessoas têm contribuído para o debate sobre as lutas dos povos indígenas? Como as mídias digitais têm contribuído nisso?

Álvaro Tukano – Vejo e defendo com bons olhos a tecnologia de comunicação. Antigamente, era difícil conseguir a tinta, a pena e o papel para escrever as nossas histórias. Quem tinha esses materiais eram os missionários e pesquisadores. Quem tinha as máquinas fotográficas eram os gringos e gringas. Depois veio o toca-disco para dançar forró. Chegou rádio para ouvir noticiários e a televisão. Hoje, muitos índios têm celulares em lugares mais distantes do Brasil. Dá, inclusive, para falar em línguas próprias. Os alunos e alunas indígenas falam línguas próprias. Aumentou o número de pesquisadores, de professores e de comunicadores. Na minha época não existia advogado indígena e nem coronel do exército. O índio não tinha Bolsa de Estudo para estudar em Cuba e nem qualquer bolsa e, muito menos, a cota. De fato, vejo grande revolução na comunicação, porque os textos trabalhados com carinho é que se tornam temas acadêmicos. Assim, o índio pode ser o professor nas universidades, pode ser pajé, pode ser lenhador e tudo mais. O importante é ser índio feliz e respeitado.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Álvaro Tukano – Quero a paz para todos os povos indígenas do Brasil e do mundo. ■

“Nós não somos donos da terra, nós somos a terra”

Casé Angatu Xukuru Tupinambá, professor universitário e pesquisador, debate a valorização dos conhecimentos indígenas e a necessidade de uma maior abertura do Estado às demandas dos povos nativos

Ricardo Machado

A relação dos seres humanos com a terra, com o território, somente há muito pouco tempo passou a ser pautada pela ideia de propriedade privada. Para os povos indígenas, essa relação é ainda mais profunda, porque trata-se de um território sagrado. “Nós não somos donos da terra, nós somos a terra. O direito congênito, natural e originário é anterior ao direito da propriedade privada. Não estamos lutando por reforma agrária. Pelo fato de nós sermos a terra, temos o direito de estarmos na terra e o direito de proteger o que chamamos de sagrado, a natureza; é ela que nos nutre e nós a nutrimos à medida que a protegemos”, explica Casé Angatu Xukuru Tupinambá, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**.

Nesses mais de 518 anos de história do Brasil, os povos tradicionais, em toda a sua multiplicidade, têm enfrentado desafios enormes no que diz respeito à garantia da própria existência. Sua defesa da vida, no entanto, baseia-se em um fundamento simples, o respeito à sabedoria ancestral. “A sabedoria é anterior ao conhecimento. A sabedoria é algo ligado à natureza, é algo ancestral. Digo mais, não é só uma questão dos povos indígenas, todos os povos têm uma sabedoria ancestral. Se respeitarmos a sabedoria ancestral, seja a do indígena, do negro, do europeu, do asiático, não importa, com certeza esta sabedoria será voltada para o respeito à natureza. Então o que tenta-

mos fazer é que o universo político acadêmico perceba que o natural é o respeito à sabedoria ancestral”, pontua.

Esta, inclusive, é uma forma de enfrentar o etnocídio e o genocídio de que são vítimas. “O etnocídio é a negação da nossa existência ao afirmar que, para ser índio ou quilombola, é preciso que as pessoas vivam como no século XVI. Por outro lado, tem o genocídio. A morte física é uma forma de eliminar todos aqueles que não aceitam o etnocídio e resistem a se integrar à chamada ‘sociedade civilizada’”, ressalta. “Vale lembrar que na ditadura militar o maior número de vítimas foi de índios. A partir do Relatório Figueiredo, soube-se que mais de 8 mil índios foram mortos na ditadura”, complementa.

Casé Angatu Xukuru Tupinambá é professor do curso de graduação em História na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, em Ilhéus, na Bahia e do Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia – Campus Jorge Amado PPGER-UFSB-CJA, em Itabuna, também na Bahia. Casé é doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/ USP, mestrado em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/ SP. É graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que forma o reconhecimento da pluralidade, das diferenças e das particularidades das centenas de povos indígenas do Brasil torna-se uma dimensão funda-

mental para garantia de seus direitos universais?

Casé Angatu Xukuru Tupinambá – Para começo de conversa existe a Convenção 169 da Orga-

nização Internacional do Trabalho – OIT¹, sobre Povos Indígenas e

¹ **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**: agência multilateral ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada nas questões do trabalho. A ideia de uma legislação trabalhista internacional surgiu como re-

“O direito congênito, natural e originário é anterior ao direito da propriedade privada”

Tribais, mas que costume ampliar para todas as pessoas; é uma questão fundamental. Nós somos muitos povos e no país são mais de 300 com mais de 290 línguas. Esse direito à alteridade e à autonomia é um direito fundamental. O Estado brasileiro, mas não somente, incluindo aí todos os Estados nacionais, está violando a convenção, porque temos direito à alteridade e à autonomia em relação à terra. Eu moro no Sul da Bahia e aqui vivemos perto do mar, praticamos a pesca com jangada e esse manejo com o mar é um direito nosso. Então queremos também o direito do manejo com o rio, fazemos a roça cabruca, isto é, não desmatamos, plantamos em meio à mata. Esse direito à alteridade da utilização da natureza, mas não no sentido mercadológico-predatório, tem que ser um direito universal e de cada povo, cada um com suas formas. Além disso, os grupos têm direito às suas religiosidades, suas culturas, seus modos de vida. Muita gente usa o termo “índio” ou “povos originários” como se fôssemos uníssonos, mas somos vários no Brasil, na América Latina e no mundo.

IHU On-Line – Como a ocupação por parte dos indígenas de espaços de poder simbólico, como cargos políticos e de pro-

sultado das reflexões éticas e econômicas sobre o custo humano da revolução industrial. As raízes da OIT estão no início do século XIX, quando os líderes industriais Robert Owen e Daniel le Grand apoiaram o desenvolvimento de legislação trabalhista e melhorias nas relações de trabalho. A organização foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial. A OIT tem representação de governos dos 180 Estados-Membros e de organizações de empregadores e de trabalhadores. Com sede em Genebra, Suíça desde a data da fundação, a OIT tem uma rede de escritórios em todos os continentes. (Nota da IHU On-Line)

fessores universitários, tornou-se uma dimensão indispensável das lutas dos povos tradicionais?

Casé Angatu Xukuru Tupinambá – Eu não diria indispensável. Diria que é mais uma flecha, do nosso arco e flecha, na defesa do direito originário ao território. Não é uma coisa indispensável ocupar um cargo político ou de professor, embora no meu caso particular eu seja professor de uma universidade estadual, na pós-graduação em *Ensino e relações étnico-raciais* da Universidade de Santa Cruz. Isso, contudo, não é o fundamento, é uma flecha (no bom sentido) a mais de nossas lutas, porque não desejamos ferir ninguém na nossa luta, mas brigar por um direito originário. Eu não quero ser um doutor indígena, mas um indígena que está na universidade para ocupar um espaço, no sentido de conseguir apoio do maior número de pessoas para os temas indígenas. Não é um espaço fundante e final.

IHU On-Line – Por que as lutas pela demarcação dos territórios indígenas são lutas que vão muito além da questão da terra?

Casé Angatu Xukuru Tupinambá – Porque o território é sagrado. Nós não somos donos da terra, nós somos a terra. O direito congênito, natural e originário é anterior ao direito da propriedade privada. Não estamos lutando por reforma agrária. Pelo fato de nós sermos a terra, temos o direito de estarmos na terra e o direito de proteger o que chamamos de sagrado, a natureza, é ela que nos nutre e nós a nutrimos à medida que a protegemos. Fazemos isso para proteger o nosso

sagrado, e a natureza e a terra são sagradas. Trata-se de uma luta por um direito natural.

IHU On-Line – Nas cosmologias ameríndias parece haver uma harmonia maior entre o que é da ordem da política e o que é da ordem das formas de vida. Como as lutas indígenas tendem a se transformar em lutas por um modo de existência?

Casé Angatu Xukuru Tupinambá – Como sou professor universitário, eu me deparo com as teorias decoloniais, das ideologias marxistas de esquerda, anarquistas etc. Nós somos tudo isso antes das teorias existirem. Nós somos decoloniais em nossa forma de ser, na nossa cosmovisão, cosmologia. Nós enxergamos a natureza não como algo a ser explorado, mas algo a ser vivenciado e protegido. Isso, em si, já antimercadológico, anticapitalista e, de certa forma, antiestatal, porque os Estados pregam um desenvolvimentismo que vai para cima de nossos territórios.

IHU On-Line – Qual a importância de se reconhecerem os saberes ancestrais indígenas como conhecimentos da ordem da Ciência?

Casé Angatu Xukuru Tupinambá – Não tem importância nenhuma. A sabedoria é anterior ao conhecimento. A sabedoria é algo ligado à natureza, é algo ancestral. Digo mais, não é só uma questão dos povos indígenas, todos os povos têm uma sabedoria ancestral. Se respeitarmos a sabedo-

ria ancestral, seja a do indígena, do negro, do europeu, do asiático, não importa, com certeza esta sabedoria será voltada para o respeito à natureza. Então o que tentamos fazer é que o universo político acadêmico perceba que o natural é o respeito à sabedoria ancestral.

O desenvolvimentismo é destrutivo, vai por cima da sabedoria ancestral, porque ele é mercadológico. O sistema desenvolvimentista-capitalista, em si, detona as sabedorias ancestrais. Por isso falamos em “decolonização”, para que as pessoas nas universidades descolonizem seu conhecimento, no sentido de perceber como ele pode servir às sabedorias ancestrais.

IHU On-Line – De que forma as cosmologias ameríndias oferecem uma alternativa de relação com o universo para além do paradigma do extrativismo ambiental e humano?

Casé Angatu Xukuru Tupinambá – Por meio do convívio. O convívio com a natureza. Eu não estou pregando ou falando que alguém que vive em uma cidade urbanizada como Porto Alegre, São Paulo ou Rio de Janeiro volte a morar em uma oca, volte a morar no meio da natureza. O que estou dizendo é que essas pessoas precisam respeitar quem vive na floresta por um desejo de preservar a natureza. O respeito aos povos da mata, aos caiçaras, aos povos da terra, aos ribeirinhos, aos marisqueiros, aos pescadores, isto é, aqueles que querem viver da terra sem explorá-la é algo necessário. Para quem vive em um centro urbano, o respeito a estas pessoas e a tentativa de barrar, por exemplo, Belo Monte²,

2 **Belo Monte**: projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais causados pela construção. Outra controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento do projeto e, consequentemente, o seu custo de geração. Saiba mais na edição 39 dos **Cadernos IHU em formação**, *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, em <http://bit.ly/ihuem39>; e nas entrevistas publicadas no sítio do IHU: *Belo Monte: a barreira jurídica*, com Felício Pontes Júnior, dia 26-4-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu260412>; *Belo Monte*. “O capital fala alto, é o maior Deus do mundo”, com Ignez Wenzel, dia 28-1-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu280112>; *Belo Monte e as muitas questões em debate*, com Ubiratan Cazetta, dia 23-1-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu230112>; “*Belo Monte é o símbolo do fim das instituições ambientais no Brasil*”,

já é uma grande contribuição. Onde tem índio, onde tem povo tradicional, como os quilombolas, há e haverá natureza preservada. Quando não mais tiver natureza preservada, estaremos diante do fim do mundo.

IHU On-Line – Qual a cara do genocídio e do etnocídio ameríndio no século XXI?

Casé Angatu Xukuru Tupinambá – Isso continua da forma mais perversa possível, porque é mais sutil. O etnocídio é a negação da nossa existência ao afirmar que, para ser índio ou quilombola, é preciso que as pessoas vivam como no século XVI. A teoria reconhece que todas as culturas são dinâmicas, mas negam essa dinamicidade cultural aos povos originários. Essa é uma tentativa de nos “etnocidar”. Quando algum indígena aceita essa condição de negação às próprias raízes ele passa a ser integrado à sociedade nacional, mas quando não aceita é etnocidado.

Por outro lado, tem o genocídio. A morte física é uma forma de eliminar todos aqueles que não aceitam o etnocídio e resistem a se integrar à chamada “sociedade civilizada”. São dois processos que caminham juntos, desde o aldeamento indígena, na antiga tentativa de catequizá-los e torná-los não índios para tirar deles o direito à terra.

Eu vivo em uma região nordestina, em Ilhéus, próximo a Porto Seguro, na Bahia. Aqui o Brasil começou a ser invadido pelos portugueses. Eu moro em um aldeamento que data do século XVI. Há mais de 518 anos eles tentam nos etnocidar, nos matar culturalmente, religiosamente e espiritualmente, mas nós resistimos. Daí vem o genocídio, que é a morte física. Isso é a mesma coisa que acontece com os Guarani Kaiowá, porque eles não aceitam a integração, pois têm direito originário à terra. O que acontece, de certa forma, com o apoio do judiciário e do Estado, é assassinato

com Biviany Rojas Garzon, dia 13-12-2011, disponível em <http://bit.ly/ihu131211>; *Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte*, com Dom Erwin Krautler, dia 3-8-2011, disponível em <http://bit.ly/ihu030811>. (Nota da **IHU On-Line**)

destes povos que são mortos sistematicamente. Mesmo aqui na Bahia acontecem várias mortes. O território Tupinambá foi demarcado em 2009 e até agora não foi oficializada a demarcação e já temos mais de 30 mortes por pistoletagem.

IHU On-Line – Nesta mesma região houve o Massacre do Cururupe...

Casé Angatu Xukuru Tupinambá – Exatamente, em 1560. Isso tem relação com a Confederação Tamoia, ainda no século XVI, em que os Tupinambá, Aymoré e Carijó não aceitaram a colonização portuguesa. Alguns lugares e teorias dizem que fomos influenciados pelos franceses, mas eu questiono essa história. O que sei é que nos rebelamos contra a colonização portuguesa e jesuítica e, em represália, aconteceu o Massacre do Cururupe³, que nos livros de história foi contado como “batalha dos nadadores”. Não foi uma batalha, foi um massacre. Por isso que, anualmente, no último domingo de setembro nós fazemos uma caminhada de Olivença rumo ao rio Cururupe, onde aconteceu o massacre. O que é esse massacre? Mem de Sá⁴ relata, em uma carta, que ele manda a Portugal, em 1560, narrando o acontecimento e descrevendo que ele passa fio de navalha em todos os índios, índias, crianças, anciãos que ele via pela frente. Depois ele diz que enfileira os corpos ao longo de quase sete quilômetros. É por isso que todo último domingo de setembro fazemos uma caminhada de Olivença até o Rio Cururupe em memória desses mártires. Isso é uma demonstração de que o Estado e a justiça brasileira não nos apoiam.

3 **Massacre do Cururupe**: a praia do Cururupe, extremo norte da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, na Bahia, foi cenário da também chamada sangrenta Batalha dos Nadadores, comandada por Mem de Sá, em 1559. Segundo relato do próprio governador-geral, quando dispostos ao longo da praia os corpos dos indígenas assassinados, dentre eles mulheres e crianças, alcançavam a distância de 7 quilômetros. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Mem de Sá** (1500-1572): foi um fidalgo e administrador colonial português. Meio-irmão do poeta Francisco de Sá de Miranda, era filho de Gonçalo Mendes de Sá, cônego da Sé de Coimbra e de mulher desconhecida, e neto paterno de João Gonçalves de Crescente, cavaleiro fidalgo da Casa Real, e de sua mulher Filipa de Sá que viveram em São Salvador do Campo em (Barcelos) e em Coimbra, no episcopado de D. João Galvão. (Nota da **IHU On-Line**)

Tem ainda a história do índio Caboclo Marcelino, que na década de 1930 já sabia ler e escrever. Ele resistiu à anexação de Olivença a Ilhéus, que havia sido feita pelos coronéis da região. Foi preso duas vezes: na primeira é acusado da morte da própria mulher e na segunda é preso sob acusação de fazer parte do Partido Comunista, por meio da Lei de Segurança Nacional. Ele é conduzido para o Rio de Janeiro, barbaramente torturado e desaparece. Por ser um índio que sabia ler e escrever e que lutou contra a anexação de Olivença a Ilhéus, ele pagou um preço muito alto por isso. Então a caminhada também faz memória ao índio Caboclo Marcelino. A Defensoria Pública local, depois de 80 anos de seu julgamento oficial, fez um júri simulado aqui na região a respeito do caso do Caboclo Marcelino e ele foi “absolvido”.

IHU On-Line – As comunidades indígenas do Sul da Bahia, especialmente as da etnia Tupinambá, historicamente sofrem com as ações dos fazendeiros que extraem areia próximo aos territórios ocupados por estas etnias. Como está a situação atualmente?

Casé Angatu Xukuru Tupinambá – Em 2009 saiu o relatório de demarcação. A Fundação Nacional do Índio - Funai veio e a antropóloga Susana de Matos Veiga, autora do livro Terra calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia (Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2007), fez um relatório. O documento foi publicado e desde então não foi homologado.

Sempre devo lembrar que o governo anterior colocou Kátia Abreu⁵ como

5 **Kátia Abreu** (1962): empresária, pecuarista e política nascida em Goiânia (GO). Atualmente é filiada ao PDT. Já passou por PPB, PFL, DEM, PSD e PMDB. Foi ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante o segundo governo de Dilma Rousseff. É senadora pelo estado do Tocantins. Formada em Psicologia na Universidade Católica de Goiás, tornou-se pecuarista ao assumir, com a morte do marido em 1987, uma fazenda no antigo norte goiano, atualmente Tocantins. Mudou-se para a fazenda mesmo sem muito conhecimento de como conduzi-la. Ao chegar à fazenda, encontrou dentro do cofre da propriedade um roteiro completo sobre o que fazer caso o seu marido não pudesse gerenciar a fazenda. Segundo Kátia, Irajá Silvestre havia deixado uma espécie de inventário, no qual explicava coisas como onde aplicar o dinheiro, quais dívidas deveriam ser pagas primeiro e quais eram os investimentos prioritários para o aumento da produtividade da fazenda. Destacou-se entre os produtores da

região e logo tornou-se presidente do Sindicato Rural de Gurupi. Em seguida, foi eleita presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, cargo que exerceu por quatro mandatos consecutivos entre 1995 e 2005. Em novembro de 2008, foi eleita presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, para o triênio 2008 a 2011. A entidade representa 27 federações estaduais, 2.142 sindicatos rurais por todo o Brasil e mais de 1 milhão de produtores sindicalizados. Sua atuação em defesa dos agropecuaristas tem gerado animosidade entre alguns ecologistas. Foi rotulada pelos ativistas ambientalistas como “Miss Desmatamento”. Também é criticada por manter dois terrenos improdutivos que concentram 25 mil hectares de terra. Defende a política de uso de sementes alteradas em laboratório patenteadas por grandes corporações de biotecnologia como a Monsanto. Em novembro de 2017, o conselho de ética do PMDB decidiu por expulsar a senadora do partido por criticar o partido e o governo de Michel Temer. Filiou-se ao PDT em abril de 2018 e é vice na chapa com Ciro Gomes ao Planalto. (Nota da **IHU On-Line**)

ministra da Agricultura. Isso é sério. Quando se coloca uma pessoa como essa em um ministério, se “liberam” as áreas de conflito. A demarcação oficial não ocorreu, mas ocorreu a autodemarcação. Ou seja, se o governo não demarca, nós autodemarcamos, que são as chamadas retomadas da terra. Atualmente cerca de 80% do território Tupinambá está autodemarcado pela retomada. Quando isso acontece, é uma situação de risco, porque as pessoas colocam a própria vida em risco para fazer a demarcação, algo que o governo deveria ter feito. A nossa área – eu moro na Aldeia Gwarini Taba Atã – era uma das entradas para tirar areia (é uma areia de qualidade para a construção civil). No entanto, nós nos colocamos contra isso. Em 2011, a Cacique Valdelici foi presa, o Cacique Babau foi preso, o Cacique Gildo foi preso, um monte índios foram presos porque se colocaram contra a retirada de areia. Mas isso que ocorre é o que chamamos de criminalização. Como isso ocorre? Ninguém prende um índio porque ele resistiu à extração de areia, mas aí inventam um crime e dizem que os indígenas são responsáveis por formação de quadrilha etc. Em 2011, um dos indígenas aqui da comunidade perdeu a perna, por causa de um tiro, em um dos conflitos.

Essa situação aparentemente amenizou, mas não amenizou. No ano passado, novamente esses que se dizem das mineradoras, os tiradores de areia, quiseram extrair areia do nosso território. Os juízes locais disseram que eles têm escritura e autorização do Ibama. Mas que direito é esse de tirar areia da Mata Atlântica? Isso é um problema, porque se tirar areia

da Mata Atlântica não nasce mais a floresta nativa. A licença do Ibama diz que eles têm direito de mineração, mas não fazem mineração coisa nenhuma, só tiram areia. Só que conseguem autorização do Ibama e do juiz. Nós nos colocamos na linha de frente para evitar a retirada do areal e isso gera conflito. E vai gerar de novo.

Vale lembrar que na ditadura militar o maior número de vítimas foi de índios. A partir do Relatório Figueiredo, soube-se que mais de 8 mil índios foram mortos na ditadura. Por quê? Porque nós, os povos indígenas, estamos diante dos projetos desenvolvimentistas que vão para o meio da mata. Na floresta Amazônica, Belo Monte é um exemplo disso. A Ferrovia Leste-Oeste, que sai de Ilhéus, vai para o Tocantins também. Isso serve somente para desmatar a floresta para plantar soja, trigo e pasto para o gado. Quem está no meio do caminho? Os povos originários e, por vezes, as populações ribeirinhas, os povos da mata e o povo quilombola. Por isso, inclusive nos governos anteriores, somos colocados como moeda de troca com a bancada ruralista e somos vistos como inimigos, de modo que se legisla para nos tirar da frente desses projetos. Mas quando eles não conseguem fazer isso por meio da lei, fazem na marra por meio da pistolagem.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Casé Angatu Xukuru Tupinambá – A luta dos povos originários, dos povos indígenas, ribeirinhos e pescadores é a luta de todos os brasileiros, porque nós protegemos a natureza e somos a barragem ao desenvolvimentismo mercadológico-capitalista do agronegócio que só pensa no negócio. Nós deveríamos ser protegidos e garantidos pela lei e a justiça. Infelizmente eu não tenho muito otimismo em relação ao tema. Mas queremos que vocês entendam isso, não somente por nós, mas precisam entender a importância de sermos protegidos desse *lobby* contra a natureza, porque se a natureza não for protegida vai faltar água, vai faltar ar e ambiência para as pessoas viverem. É isso. ■

Fazer caber muitos mundos no mundo

Márcia Kambeba, escritora, artista e educadora indígena, percebe a mulher como central na construção de uma educação e de uma relação com o cosmos harmoniosa e respeitosa

Ricardo Machado, Julie Dorrico e Leno Danner

A história de Márcia Kambeba confunde-se com a história do Brasil nas últimas quatro décadas. Nascida em 1979, veio ao mundo em meio a lutas de seu povo, que continuam, mas de outras formas. “Quero que as pessoas, ao ler meu poema, de modo especial indígenas, sintam-se esperançosos e fortalecidos numa ancestralidade que os move e que nos move, mas sem esquecer o seu lugar de onde estão e para onde vão. Então esse trânsito é muito importante na construção de minha escrita poética porque é o que se vive”, destaca Márcia em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Em sua produção estética, preocupa-se com a pluralidade que constitui os sujeitos indígenas. “O fundamento de minha produção estética e poética, resumindo tudo, é justamente mostrar às pessoas que não existe uma ‘cara de índio’, mas que existe uma identidade que o torna pertencente a um ‘povo’. Como indígenas, precisamos entender isso, senão seremos apoiadores de preconceito e racismo que ainda hoje é entrave na caminhada de afirmação dos povos. E, aí sim, seremos facilmente dizimados, não pela bala da carabina, mas pela bala da ambição, do capitalis-

mo, do status, do ‘eu sou melhor’. Temos que parar com a ideia de que ‘eu sou índio puro’”, reflete.

Na prática, a educação tem sido uma ferramenta potente de luta ameríndia. Nesse sentido, Márcia sustenta que uma educação inclusiva tem que ter como pressuposto o respeito. “Saber que não existe só aquela pessoa ou aquela cultura no mundo e entender que a multiculturalidade é fundamental. Entender sua história para assim respeitar a do outro”, argumenta. “Nessa forma de reescrever a história do Brasil, buscaria fazer de forma que todos os mundos pudessem caber nesse mesmo mundo”, complementa.

Márcia Wayna Kambeba é indígena da etnia Omágua Kambeba, nascida em uma aldeia Tikuna, no Alto Solimões, no Amazonas. Escritora, poeta, compositora, fotógrafa, é graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA e mestra na mesma área pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Realiza trabalhos literomusicais, contação de histórias, palestras envolvendo cultura indígena e a questão ambiental.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Você acredita que as artes, as mídias digitais, os livros impressos de literatura e outras áreas colaboraram e colaboram para que os sujeitos indígenas sintam-se orgulhosos de suas alteridades para enfrentar o preconceito pela sociedade não indígena?

Márcia Kambeba – Sim. Tanto acredito que a arte e a mídia se usadas do jeito certo e a favor de nossa causa podem ajudar, que faço da arte uma bandeira de luta em prol do que acredito ser uma educação descolonizadora. Seja por meio da literatura que traz a arte da escrita, a música que eu componho e canto, as artes visuais

presentes na fotografia que faço de meu povo ou outros povos, o cinema, a construção dos artesanatos, que prefiro chamar arte que artesanato, tudo isso é a arte dando sua contribuição na resistência da sociedade indígena.

Como somos um povo em movimento e não estanques, aprendemos

“Como somos um povo em movimento e não estanques, aprendemos a fazer uso das artes que a sociedade não indígena apresenta, usando a nosso favor para mostrar nossas várias formas de linguagem”

a fazer uso das artes que a sociedade não indígena apresenta, usando a nosso favor para mostrar nossas várias formas de linguagem. E hoje temos indígenas nas artes plásticas, no cinema, na culinária. O próprio ritual é uma manifestação de arte indígena... uma arte sagrada que evoca a cura física e espiritual. Uma arte que envolve o elemento da música que é criado pela aldeia para determinado fim. Percebemos que a música cantada pelos povos está em sua vida desde antes da chegada do chamado colonizador. Os desenhos encontrados por pesquisadores em paredes de pedras ou mesmo nas pedras chamados de arte rupestre eram, assim como os grafismos contemporâneos, formas de comunicação ou signos de comunicação que desenhamos para que o outro leia. Esse é o meu pensar quanto à questão dessa transição aldeia-cidade ou cidade-aldeia onde respeitar as diferenças e o sagrado do outro deve ser importante, onde a identidade percebida e sentida é fundamental para o existir.

IHU On-Line – Enquanto escritora indígena, como você faz o trânsito, na sua produção estética, da ancestralidade e da tradição indígenas para a cultura ocidental?

Márcia Kambeba – Eu escrevo com a alma, esse é um ponto fundamental para mim. Tenho que sentir, ter vontade, não basta sentar e fazer. É como se eu fosse guiada para aquilo e orientada no que dizer. Então, muitas vezes coloco essa realidade que vivo de cidade-aldeia. Nasci em aldeia em um ano difícil para os povos indígenas,

1979. Vi várias lutas e continuo vendo hoje, com 39 anos. Lutas diferentes, mas são lutas. Quero que as pessoas ao ler meu poema, de modo especial indígenas, sintam-se esperançosos e fortalecidos numa ancestralidade que os move e que nos move, mas sem esquecer o seu lugar de onde estão e para onde vão. Então esse trânsito é muito importante na construção de minha escrita poética porque é o que se vive. Estou na cidade, mas não deixo de fazer minhas benzeções, fumar um cachimbo, cantar com maracá, comer peixe assado à lenha, tomar banho de rio, ensinar meu filho a falar a língua tupi, orientar ele nesse trânsito que é viver na cidade, mas conhecer a aldeia ou as aldeias. Tudo isso que está na minha poética eu sinto em mim e se sinto tenho mais facilidade para externar em forma de poesia.

IHU On-Line – Qual o fundamento, a dinâmica e o objetivo de sua produção estética?

Márcia Kambeba – O fundamento de minha produção estética e poética, resumindo tudo, é justamente mostrar às pessoas que não existe uma “cara de índio”, mas que existe uma identidade que o torna pertencente a um “povo”. Como indígenas, precisamos entender isso, senão seremos apoiadores de preconceito e racismo que ainda hoje é entrave na caminhada de afirmação dos povos. E, aí sim, seremos facilmente dizimados, não pela bala da carabina, mas pela bala da ambição, do capitalismo, do status, do “eu sou melhor”. Temos que parar com a ideia de que “eu sou índio puro”. Nossa miscigenação co-

meça no século XVI ainda, com a chegada dos espanhóis, portugueses e outros mais. Pois violentaram as mulheres e dessa violência sexual nasce nossa geração e também o povo brasileiro. Então isso também permeia meus poemas.

IHU On-Line – Você percebe uma correlação e mútua projeção entre arte e política indígenas?

Márcia Kambeba – Sim, percebo claramente, pois ao fazer arte em qualquer nível (literatura, música, produção de documentário e cinema etc.) estamos chamando para um pensar reflexivo e isso é política. Então fazemos política pela arte sim, uma política indígena onde nossos assuntos e nossas lutas são colocados em foco, somos ativistas de várias causas. Estudamos e estamos nas universidades, saímos dela para contribuir melhor com nossa cultura. A proposta é trazer uma fala descolonial e conseguir que muitos nos escutem, revejam posturas e modos de tratar os indígenas e suas causas, isso é um ganho muito importante. Ir às escolas, universidades, fazer a literatura circular no Brasil e em outros países é um movimento de resistência imenso. Não sou partidária, mas faço política ao passo que faço as pessoas refletirem sobre sua forma de pensar e agir através de canto e poesia. Não se luta mais com arco e flecha apenas, hoje temos uma luta mais articulada, com estratégias onde a palavra e a escrita simbolizam nosso arco e flecha. E conseguimos acertar o alvo sem sangrar, sem causar dor porque acer-

tamos o coração e a mente de quem se abre para nos ouvir.

IHU On-Line – Você se considera uma escritora indígena feminista? O que você compreende por feminismo indígena?

Márcia Kambeba – Se pensarmos o feminismo como transformação social e como uma luta por seus direitos, por mostrar que temos capacidade de ocupar cargos que antes somente os homens ocupavam, então, aí sim, vejo-me feminista. Apoio que nas aldeias as mulheres lutem para mostrar sua capacidade, sua força e sua produção intelectual. Fato é que esse cenário está cada dia mais amplo. Temos mulheres cacicas, temos mulheres nas várias frentes de lideranças, temos ampliado nossa gama de mulheres escritoras, nas artes visuais, nas universidades, mas ainda temos um longo caminho a percorrer. Existe de minha parte uma luta muito grande nas aldeias como professora para que as mulheres indígenas que estão na licenciatura não desistam.

Recebo muitas mensagens e tento no meu possível dar incentivo e ajudar. Temos tido encontros de fortalecimento das mulheres indígenas nos vários seguimentos das artes. A ideia é criar redes de fortalecimento na aldeia e na cidade. É uma ideia que

ainda caminha buscando estratégias para consolidação. Na minha escrita, a MULHER INDÍGENA é presente. Fui criada por uma grande mulher que foi minha avó, na aldeia, em um tempo difícil. Hoje, em meus poemas, tento trazer essa mulher que representa força, garra, coragem, firmeza, resistência, sabedoria e ancestralidade para a literatura. No livro *De almas e águas índias*, que pretendo lançar ano que vem, retrato em poesia a figura da mulher presente na água, na terra e na mata... presente na pajelança, presente e não mais ausente. Então tenho, sim, esse carinho pela luta da mulher indígena na qual estou inserida.

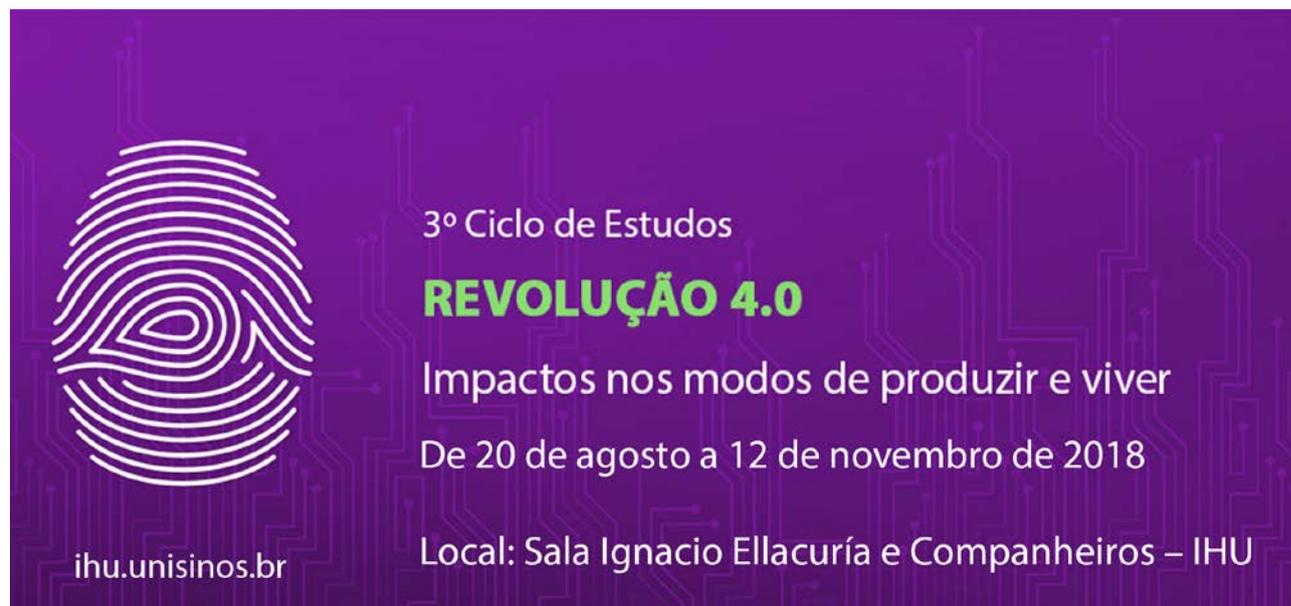
IHU On-Line – Como o pensamento, a arte e a cultura Omágua/Kambeba podem contribuir para pensarmos uma educação básica e superior mais inclusiva e participativa?

Márcia Kambeba – A educação indígena tem suas peculiaridades. Uma delas é que na aldeia Kambeba, por exemplo, não temos tempo de relógio para marcar a hora que entra e a hora que sai. Há uma liberdade de ensino onde a criança não só aprende como ensina e ao aprender ela o faz com prazer porque está na prática e é gostoso aprender fazendo na prática. Penso que ter uma educa-

ção inclusiva parte primeiro do respeito. Saber que não existe só aquela pessoa ou aquela cultura no mundo e entender o que a multiculturalidade é fundamental. Entender sua história para assim respeitar a do outro. Também temos o cuidado de na aldeia ensinar as crianças o valor de cuidar do rio em uma aula de educação ambiental, onde elas na canoa juntam lixo que as comunidades não indígenas jogam e que vai correr no mesmo rio que elas banham. Então penso que pensar um curriculum onde a interculturalidade seja visível para crianças e professores é o caminho.

IHU On-Line – Você também é professora que possui ancestralidade Omágua/Kambeba e, portanto, carrega nossa história de colonização. Nesse sentido, se você fosse reescrever a história do Brasil, como você o faria?

Márcia Kambeba – Nessa forma de reescrever a história do Brasil, buscaria fazer de forma que todos os mundos pudessem caber nesse mesmo mundo. Onde não tivesse dominados nem dominadores, e usaria mais a percepção dos indígenas e sua visão de mundo seria levada em conta. Respeitando a diversidade e a diferença. Penso que teríamos um Brasil menos violento e preconceituoso. ■



ihu.unisinos.br

3º Ciclo de Estudos

REVOLUÇÃO 4.0

Impactos nos modos de produzir e viver

De 20 de agosto a 12 de novembro de 2018

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

O ser humano como veneno do mundo

Denilson Baniwa, artista visual, denuncia por meio de sua obra a possibilidade de destruição do mundo pela, entre outras formas, política do agronegócio

Julie Dorrico e Ricardo Machado

Um reclame publicitário contemporâneo, patrocinado por uma montadora de automóveis em parceria com a maior emissora de TV do Brasil, invade diariamente a casa dos brasileiros para dizer que o “Agro é pop”. O que há de velado no comercial é a mensagem de que todos aqueles povos que resistem ao modelo estariam na “contramão” da história. “A política do agronegócio com o apoio da grande mídia e de grupos conservadores têm difundido a ideologia do desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que fomenta um discurso de ódio e preconceito contra as populações indígenas como justificativa ao impeditivo ao progresso do país”, ressalta Denilson Baniwa, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Reativamente, porém, o contato dos indígenas com a cultura digital, por exemplo, é visto de forma preconceituosa por parte da população. “O progresso tecnológico da humanidade vem contribuir em diversos setores da sociedade e é instrumento a serviço dos seres humanos. Já a identidade cultural está ligada à história de um povo, seus signos, suas pertencas, visões de mundo, cosmologia e o sagrado”, explica o entrevistado ao apresentar suas razões do porquê não se pode alegar que os povos tradicionais imersos nas tecnologias contemporâneas não perdem suas identidades.

Ao abordar temas relacionados aos desajustes climáticos e ambientais, que têm sido mote de suas exposições, Baniwa considera que a destruição do mundo é possível. “Estamos vivendo esse tempo onde a destruição dos seres humanos é bem provável, pois estamos destruindo tudo o que encontramos pela frente: os oceanos cheios de lixo, as florestas que viraram pastos sem vida, as cidades poluídas, as doenças que são derivadas do estilo de vida atual, as violências proporcionadas pela manutenção do poder”, argumenta. “É provável que este mundo vá acabar logo, se não formos mais conscientes. A notícia boa é que logo após a destruição, haverá uma renovação onde o próprio mundo irá se curar, pois o veneno do mundo é o ser humano, onde reside toda sorte de maldade”, complementa.

Denilson Baniwa é natural do Rio Negro, interior do Amazonas. É artista visual e atualmente reside no Rio de Janeiro. Por ter acesso aos meios ocidentais e educação acadêmica, pôde criar uma forma de unir o contemporâneo ao tradicional indígena. Seus trabalhos vão desde sua vivência enquanto ser indígena ao metafórico que se apropria de ícones ocidentais para comunicar a luta e pensamento indígena brasileiro, usando como suporte telas, instalações e meios digitais.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Na exposição *Terra Brasilis: o agro não é pop* (2017), você, por meio da arte plástica, denuncia a exploração da natureza brasileira

em favor das monoculturas pelos ruralistas. Você vê o agronegócio como uma economia que impulsiona o genocídio dos povos indígenas no país?

Denilson Baniwa – Sim. O projeto nacional de expansão agrícola e permissividade do uso de agrotóxicos conduzido pelos interesses do agronegócio e encabeçado pela fren-

te ruralista do atual governo tem intensificado o conflito de terras, execuções de lideranças indígenas, envenenamento por pulverização de agrotóxico via aérea, a contaminação das águas potáveis e do solo e expulsão dos povos originários de suas terras, deixando-os à própria sorte. A política do agronegócio com o apoio da grande mídia e de grupos conservadores têm difundido a ideologia do desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que fomenta um discurso de ódio e preconceito contra as populações indígenas como justificativa ao impeditivo ao progresso do país.

A política do agronegócio impacta a todos e o desconhecimento dessa questão anuncia um desastre humanitário em curto prazo. De acordo com representantes do Conselho Indigenista Missionário - Cimi, há um genocídio anunciado sobre 120 comunidades indígenas decorrentes da expansão do agronegócio, mineradoras e madeireiras, nos espaços em que sobrevivem.

IHU On-Line – Ainda em Terra Brasilis, podemos ver a denúncia do preconceito pela sociedade brasileira para com os indígenas. Se um sujeito indígena usa celular, cartão de crédito, possui blog, fala outros idiomas, ele é assumido como alguém que perdeu sua alteridade. O que você diria sobre essa crença?

Denilson Baniwa – Esta crença diz respeito ao desconhecimento sobre o que vem a ser identidade cultural. O progresso tecnológico da humanidade vem contribuir em diversos setores da sociedade e é instrumento a serviço dos seres humanos. Já a identidade cultural está ligada à história de um povo, seus signos, suas pertencas, visões de mundo, cosmologia e o sagrado. Dessa forma a utilização de “modernidades” ou novas ferramentas não significa o abandono ou a perda da cultura indígena, pode, inclusive, ajudar a fortalecer a identidade e transpor mudanças que

ocorreriam naturalmente ou forçadamente pela violência externa.

“A política do agronegócio com o apoio grande mídia e de grupos conservadores têm difundido a ideologia do desenvolvimento econômico”

IHU On-Line – Você considera que há uma ocupação do território, mas realizado de modo simbólico por artistas e estudantes indígenas no espaço urbano, fazendo exposições?

Denilson Baniwa – Certamente, estamos ocupando um território simbólico e hegemônico que historicamente construiu um imaginário da identidade nacional de forma excludente e discriminatória. Essa ocupação se verifica justamente pelo não reconhecimento que indígenas possam ser produtores de arte e conhecimento além do que está preestabelecido pelo imaginário da Academia e da sociedade. Os povos nativos sempre foram representados, expostos e estudados por meio do seu silenciamento. Dessa forma a arte produzida por indígenas, seja ela qual for (artes plásticas, cinema, teatro, fotografia etc.), nunca estará destituída de seu sentido e intenção política, mesmo que inconscientemente.

IHU On-Line – Por que é importante perceber que o trânsito da aldeia para a cidade, e da cidade para a aldeia, pode fortalecer as lutas dos povos indígenas?

Denilson Baniwa – O trânsito entre a cidade e a aldeia estabelece uma ponte possível de comunicação e aquisição de conhecimento da cultura do outro, sobre suas Leis, educação, relações sociais e políticas, inclusive suas ferramentas e possibilidade de defesa contra abusos. Desta forma foi possível aos indígenas encontrarem meios de lutar por seus direitos e garantir autonomia, por exemplo.

IHU On-Line – Como as tecnologias digitais podem contribuir com as lutas e as pautas indígenas?

Denilson Baniwa – Desde os anos pré-Constituição de 1988 que os povos indígenas viam a importância de se apropriarem dos meios de comunicação com debates presentes em suas discussões e esses meios já eram utilizados em prol do Movimento Social Indígena. Nos tempos atuais, esta necessidade permanece presente e se faz cada vez mais importante, pois através destas tecnologias e conhecimentos é possível realizar o reconhecimento e monitoramento territorial, a divulgação das questões indígenas dentro e fora do país, criar redes de povos onde possam unir ideias e estratégias, dentre outras possibilidades que são possíveis por meio das novas tecnologias.

IHU On-Line – Quais os desafios políticos enfrentados pelo povo Baniwa?

Denilson Baniwa – Assim como outros povos do Rio Negro, os maiores desafios estão na manutenção do território, da subsistência e da cultura. Para isto são pensadas estratégias de educação diferenciada, atualização dos métodos de produção de alimentos, manejo e proteção dos recursos existentes.

IHU On-Line – O povo Baniwa sofre ou sofreu com perdas territoriais? Como está a situação do povo atualmente?

Denilson Baniwa – Por se encontrar em local de difícil acesso, o território Baniwa ainda é bem protegido em relação a outros povos, como por exemplo, os povos do Centro-Oeste que sofrem constantemente com o avanço do agronegócio. Os principais inimigos no Rio Negro são a mineração ilegal, os madeireiros e o tráfico de drogas que usam as fronteiras como rotas de transporte. Os Baniwa (e outros povos) estão na fronteira do Brasil, Colômbia e Venezuela, onde há bastantes atividades de narcotraficantes e paramilitares dos outros países.

IHU On-Line – A natureza, para o ocidente, foi instrumentalizada e, por isso mesmo, tomada como um lugar de extração de recursos com fins lucrativos. A cosmologia Baniwa prenuncia algo sobre a devastação das florestas?

Denilson Baniwa – Para os Baniwa o mundo começou com grandes catástrofes que resultaram do mau uso do poder e por desentendimentos entre os seres que habitavam a terra; após os deuses antigos reconstruírem o mundo, quem mantém a ordem

são os pajés, chamados Guardiões dos Cosmos.

A destruição do mundo é uma possibilidade presente, pois está marcado pelo mal que ainda vive dentro das pessoas. Estamos vivendo esse tempo onde a destruição dos seres humanos é bem provável, pois estamos destruindo tudo o que encontramos pela frente: os oceanos cheios de lixo, as florestas que viraram pastos sem vida, as cidades poluídas, as doenças que são derivadas do estilo de vida atual, as violências proporcionadas pela manutenção do Poder.

É provável que este mundo vá acabar logo, se não formos mais conscientes. A notícia boa é que logo após a destruição, haverá uma renovação onde o próprio mundo irá se curar, pois o veneno do mundo é o ser humano, onde reside toda sorte de maldade.

IHU On-Line – Nas redes sociais sua última exposição se chama *Relacionamento (agro) Tóxico*. Poderia nos falar sobre o sentido que ela enseja?

Denilson Baniwa – Quando comecei a pesquisar para construir as

obras do *Terra Brasilis O Agro não é Pop*, pude ter acesso a vários estudos e notícias de como estamos comendo e bebendo veneno todos os dias sem saber.

Relacionamento (agro)Tóxico é um misto de sentimentos e pode ser interpretado de várias maneiras. Eu quero pensar que as obras falam sobre como Nós somos aquilo que comemos, somos construídos do que nos alimentamos e isto vai desde o alimento em si, envenenado com agrotóxico, até o que nos alimentamos subjetivamente. O que vemos, o que assistimos, o que ouvimos e o que consumimos de entretenimento, ou seja, o que é nosso veneno por escolha própria. Além disso, como alimentamos relacionamentos que nos envenenam. Relacionamentos tóxicos, no trabalho, no dia a dia, na roda de amigos, na cama e nos negócios. Vivemos em tempos que tomamos coragem de denunciar abusos de poder e abusos em relacionamento, o que é bom para que se crie um sentimento coletivo de empatia. Porém o que sobra disso tudo é uma ferida aberta que não se cura sozinha, daí partimos pra novos tóxicos que aliviam ou a gente finge que aliviam. Estamos doentes, seja pelo alimento no prato ou pelo alimento social. É urgente que tomemos consciência disso! ■

II Ciclo de Palestras
**Trajetória da Política
 Econômica Brasileira 2013-2017.**
 Crescimento, crise
 e novas possibilidades

08 de outubro a
 06 de novembro de 2018

ihu.unisinos.br

Olívio Jekupé e Kunumi MC, duas gerações de uma luta de cinco séculos

O escritor Olívio Jekupé e seu filho Kunumi MC, que ficou famoso por expor uma faixa com a frase “demarcação já” na abertura da Copa de 2014, falam da importância da arte para a luta política dos indígenas

Ricardo Machado e Julie Dorrico

Vivendo em uma aldeia indígena na cidade de São Paulo, **Olívio Jekupé** e **Kunumi MC** têm feito da própria existência e da produção artística suas formas de resistência. “Quando comecei a escrever eu tinha uma preocupação porque a gente via muitos problemas. Então comecei a pensar, naquela época, que através de uma literatura nativa nós poderíamos conscientizar a sociedade, porque a sociedade precisa respeitar o nosso povo, já que nunca fomos respeitados”, relata Olívio. “Eu sou escritor e rapper, então essas duas áreas da arte é uma literatura nativa, porque eu falo sobre o meu pensamento, como a gente vive e de muitas coisas. Mas o tema no meu rap é a luta indígena, a demarcação, que para nós são muito importantes”, conta Kunumi MC.

A dupla, que concedeu entrevista por telefone à **IHU On-Line**, destaca que criação de escolas dentro das aldeias indígenas foi um passo importante para o desenvolvimento e valorização da própria cultura indígena, mas que há um longo caminho a ser trilhado. “Primeiro eu quero dizer que antigamente não havia escola nas aldeias. Foi uma época muito difícil porque, em muitas aldeias do Brasil, os povos indígenas tinham que sair para ir à cidade, para estudar. E quando o indígena ia estudar na cidade, ele sofria muito preconceito, então muitos desistiam. Não queriam estudar porque sabiam que o povo da cidade ia discriminar, zombar, caçoar do indígena por não entender bem o português”, recorda Olívio. Entusiasmado com a

escola indígena na própria aldeia, Kunumi MC usa o tempo livre, já que não precisa se deslocar para a cidade para estudar, para compor seus raps. “Hoje quando eu vou escrever um rap, sempre escrevo pensando no meu povo, pensando na nossa luta. Para tentar divulgar a importância da nossa cultura. Meu pai sempre me incentiva para falar sempre sobre o racismo que a gente passa e o preconceito que os não indígenas sentem sobre a gente”, explica.

Olívio Jekupé, guarani, é morador da aldeia Krukutu, São Paulo. É escritor de literatura nativa e palestrante, já deu palestras por várias regiões do Brasil. Também é casado e tem cinco filhos. Estudou Filosofia na Universidade de São Paulo - USP por quatro anos. É autor de 16 livros, dos quais destacamos, *A mulher que virou Urutau* (São Paulo: Panda Books, 2011), *Xerekó Arandu: a morte de Kretã* (Editora Peirópolis, 2002) e *Jaxy Jaterê* (São Paulo: Panda Books, 2017).

Jeguaka Mirim é guarani e nasceu na aldeia Krukutu. Seu nome artístico é **Kunumi MC**, como gosta de ser chamado. É autor dos livros *Contos dos curumins guarani* (São Paulo: FTD, 2014) e *Kunumi Guarani* (São Paulo: Panda Books, 2014). Começou a escrever aos 9 anos. É escritor, compositor, palestrante, cantor de rap e tradutor de português para o guarani. Ficou conhecido internacionalmente por fazer um ato de protesto na abertura da Copa em 2014, com um cartaz que pedia demarcação das terras indígenas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como escritores e artistas vocês utilizam a arte para promover a cultura indígena e criticar a sociedade brasileira que não valoriza o sujeito indígena. Nesse movimento, o que a arte significa para vocês?

“A imprensa está ligada aos políticos, aos fazendeiros, ao grande agronegócio. Então para eles não é interessante mostrar os problemas dos indígenas”

Olívio Jekupé – Eu, na verdade, comecei a escrever em 1984. Eu era garoto, e sempre fui apaixonado por ler trabalhos e isso mexia muito comigo, me dava muita vontade de escrever. Tinha uma curiosidade, sempre ficava observando, pensando se havia escritores no Brasil, foi uma coisa meio impressionante porque eu não conhecia nenhum escritor. Foi uma época diferente, a gente não sabia o que era um índio escritor. Quando comecei a escrever eu tinha uma preocupação porque a gente via muitos problemas. Naquela época, desde pequeno e garoto, via todos estes problemas no Brasil: a invasão de posseiros, o governo lutando contra os povos indígenas, índios sendo assassinados, índias sendo estupradas... vendo tudo isso, eu ficava muito preocupado. Então comecei a pensar, naquela época, que através de uma literatura nativa nós poderíamos conscientizar a sociedade, porque a sociedade precisa respeitar o nosso povo, já que nunca fomos respeitados.

Eu achava que através da escrita muitas pessoas iriam começar a nos entender melhor. Porque nós somos um povo sofrido, que desde 1500 temos perdido nossas terras, nossos rios, nossos pássaros, nossas matas. Então eu comecei a acreditar que uma literatura escrita por povos indígenas talvez pudesse trazer uma transformação para esse país. Os professores pouco sabem sobre os povos indígenas, então através de uma escrita diferente, talvez isso pudesse mudar. Eu comecei a pensar uma literatura nesse estilo. Por isso achava que uma literatura de

nós, autores indígenas, era muito importante, porque a gente busca conscientizar a sociedade e a sociedade passa a valorizar mais os povos indígenas. Desde 1500 só se fala mal dos povos indígenas. Através dessa literatura eles poderiam começar a ter uma visão diferente e passar a falar uma coisa melhor sobre o nosso povo. A literatura nativa é uma grande arte em que eu acredito muito.

Kunumi MC – Meu nome é Jeguaka Mirim, eu moro aqui na aldeia Krukutu e estou com 17 anos. Eu sou escritor e cantor de *rap*. Eu comecei a ler e a escrever aos nove anos de idade, quando estava estudando na aldeia Krukutu. Quando comecei a ler e a escrever, meu pai me emprestou o notebook e eu escrevi um pouco. Ele gostou das minhas histórias, dos contos indígenas que eu escrevi. E foi ali que meu pai entrou em contato com a editora Panda Books e a FTD e lançou meu primeiro livro junto com meu irmão, Tupã Mirim, *Contos dos curumins guarani* (São Paulo: FTD, 2014). E o meu segundo livro é o *Kunumi Guarani* (São Paulo: Panda Books, 2014), que fala de um moleque que vive na aldeia. Depois eu comecei a ler poesias do meu pai, e gostei muito. Fui escrevendo poesia para ver se eu pegava jeito, porque eu gosto de poesias também. Um dia eu estava escrevendo uma poesia, aí resolvi declamar, e vi que tinha muitas rimas, aí eu tentei cantar essas minhas poesias e deu certo. Eu vi que essas minhas poesias cantadas pareciam muito com o *rap*, e eu já ouvia *rap*. Eu ouvia o primeiro grupo de rap [indígena] que surgiu

aqui no Brasil, o *Brô Mcs*¹, que eu gosto muito, e me inspirei nas poesias do meu pai e continuei escrevendo até hoje e isso eu transformo em *rap*. Eu sou escritor e *rapper*, então essas duas áreas da arte é uma literatura nativa, porque eu falo sobre o meu pensamento, como a gente vive e de muitas coisas. Mas o tema no meu rap é a luta indígena, a demarcação, que para nós são muito importantes.

IHU On-Line – Como você vê a relação entre literatura e educação na formação indígena?

Olívio Jekupé – Bom, primeiro eu quero dizer que antigamente não havia escola nas aldeias. Foi uma época muito difícil porque, em muitas aldeias do Brasil, os povos indígenas tinham que sair para ir à cidade, para estudar. E quando o indígena ia estudar na cidade, ele sofria muito preconceito, então muitos desistiam. Não queriam estudar porque sabiam que o povo da cidade ia discriminar, zombar, caçoar do indígena por não entender bem o português. O índio entende sua língua, mas às vezes tem dificuldade de entender a língua do branco. Essa foi uma época muito difícil.

Hoje, com a luta de lideranças passadas, principalmente dos anos 1970-1980, as leis foram mudando e passaram a criar escolas dentro das aldeias. Isso me deixou muito alegre porque a escola tem que ser dentro

¹ Grupo de rap formado por quatro indígenas Guarani Kaiowá, que vivem na região de Dourados, Mato Grosso do Sul. Saiba mais sobre o grupo em <http://bit.ly/2Lul1yH>. (Nota da IHU On-Line)

da aldeia, isso já faz uma grande diferença. Isso se chama *escola diferenciada*, poupando o índio de ter que ir para a cidade estudar. Ele vai estudar dentro da sua comunidade, evitando o preconceito. Também temos uma outra grande vitória, além da escola dentro da aldeia, que são indígenas que dão aula. É bom para a criança porque, por exemplo, para a criança que fala guarani, não fica difícil falar com o professor, porque esse mesmo professor fala a língua e entende a cultura, vive a cultura. Mas temos outra dificuldade. Todo ano o governo manda livros para as aldeias, livros de literatura de muitos escritores famosos, mas eu não vejo importância nenhuma, porque não adianta você mandar livros belíssimos de autores famosos para as crianças. Isso afeta a formação delas porque não tem nada a ver com a cultura indígena. Isso é mau. A criança na aldeia tem um costume, uma cultura própria, e quando ela lê um livro de literatura de outra cultura, vai ficar afetada. Por isso eu falo da importância de uma literatura nativa em que o índio na aldeia possa escrever trabalhos sobre seu povo, seus pensamentos, suas ideias, sobre suas críticas.

Torço para que esses livros possam chegar às escolas. Temos alguns escritores indígenas no Brasil, mas esses livros não chegam à aldeia. Pode até ser que alguns desses livros cheguem à aldeia. Mas estão faltando livros de muitos autores que precisam chegar às aldeias. Então essa escola formal é importante nesse sentido, em que você tem uma escola dentro da aldeia em que o professor possa dar aula, mas essa literatura que nós escrevemos, esse professor vai entender melhor e vai falar para a criança. Essa literatura poderia ser até escrita nas duas línguas [guarani e português]. Vamos dar um exemplo: o guarani. Você é um autor guarani que pode escrever o texto em guarani e em português para o professor trabalhar com a criança e ensiná-la a escrever em português e guarani usando a mesma história. A literatura é importante, mas a literatura nativa pode chegar tanto às aldeias quanto

às escolas da cidade. Quando chega à cidade, os povos indígenas são mais valorizados, porque o índio é sempre discriminado, desrespeitado, desvalorizado, visto como primitivo. Nós não somos primitivos, somos um povo que tem uma cultura própria que precisa ser respeitada, e, através da literatura, as pessoas começam a entender melhor.

Kunumi MC – Hoje eu fico muito feliz porque tem escola indígena que fica dentro das aldeias. Isso é muito importante porque, como meu pai fala, uma escola indígena já é diferenciada. Quando a gente estuda dentro da aldeia, na escola indígena, o aluno fica mais livre e mais seguro também. Antigamente muitos indígenas queriam estudar, mas tinham medo de sofrer preconceito na cidade. Tem muitas coisas que a gente tem medo quando vai estudar na cidade. Eu nunca estudei em uma escola da cidade, mas mesmo assim tenho muito medo de sofrer preconceito, porque aqui em São Paulo, e em todo o Brasil, tem esse olhar que o índio não tem cultura, que o índio é primitivo e selvagem. Isso é o que a gente sempre ouve quando vai para a cidade. A escola indígena, então, é a melhor coisa que aconteceu. Quando eu nasci tive a sorte, de dois anos depois, ter sido criada uma escola indígena. As lideranças sempre lutaram, ao longo dos tempos, para conseguir uma escola indígena na aldeia. Numa escola indígena, quando você vai estudar, você vive normal, sempre olhando a sua cultura. A gente sempre fuma cachimbo, não é porque você vai à escola que você abandona o cachimbo. Isso é bom, é muito bom ter criado a escola indígena.

IHU On-Line – Olívio Jekupé e Kunumi MC, quais temas podemos encontrar na literatura e na música produzidas por vocês?

Olívio Jekupé – A literatura que eu escrevo tem vários tipos de escrita, várias histórias. Por exemplo, *A mulher que virou Urutau* (São Paulo: Panda Books, 2011) tem muita psicologia envolvida, é uma forma

de conscientizar as pessoas sobre o preconceito. Tem um livro chamado *Xerekó Arandu: a morte de Kretã* (Editora Peirópolis, 2002). É um dos livros mais críticos que escrevi. E também o menos vendido no Brasil, porque é difícil você vender livro que faz crítica no Brasil. Um dos temas desse livro é sobre uma índia estuprada. É um tema pesado, mas é história verdadeira que aconteceu e eu transformei em literatura. Tem também sobre a morte de Kretã, que é um líder que foi assassinado. Eu lancei um livro agora chamado *O presente de Jaxy Jaterê* (São Paulo: Panda Books, 2017). Ele tem um tema muito importante que é tentar mostrar o saci indígena, porque, na verdade, o saci é um personagem indígena. Mas no Brasil se conhece o outro personagem, que é o negrinho de uma perna que se deu o nome de saci. Mas na verdade ele se chama Jaxy Jaterê, só que é uma história longa e é difícil explicar agora porque não teríamos muito tempo para escrever sobre esse assunto, que já dá um livro.

Cada livro tem temas diferentes. Eu também tenho um livro chamado *500 anos de angústia* (São Paulo: Scortecci Editora, 2015), em que cada poesia tem um tema, onde faço muitas críticas. É um livro que não consegui publicar de forma independente. Paguei a publicação e eu vendo para as pessoas quando vou dar palestras. São várias poesias que tematizam sobre a questão da violência, conscientização, do conhecimento cultural, da tradição, todas essas coisas envolvidas.

Kunumi MC – Hoje quando eu vou escrever um rap, sempre escrevo pensando no meu povo, pensando na nossa luta, para tentar divulgar a importância da nossa cultura. Meu pai sempre me incentiva para falar sempre sobre o racismo que a gente passa e o preconceito que os não indígenas sentem sobre a gente. Eu sempre escrevo no meu rap o tema da demarcação. Demarcar nossas terras indígenas significa que a gente vai ter menos poluição porque é a natureza que nós protegemos e somos por ela protegidos. A gente vive

só da natureza, ar limpo, e a água também tem que estar limpa, naturalmente, sem poluição. Então, a demarcação é muito importante, para nossos filhos viverem na aldeia, para manter a cultura também.

“A literatura é importante, mas a literatura nativa pode chegar tanto às aldeias quanto às escolas da cidade”

IHU On-Line – Se vocês pudessem, como intelectuais e artistas indígenas, recontar a história brasileira, como o fariam?

Olívio Jekupé – Primeiramente, com a chegada dos portugueses, eu acho que faríamos uma nova História. Na verdade, naquela época, tínhamos que ter nos preparado bem para a chegada deles e não deixar nos enganar como nos enganaram. As comunidades indígenas naquela época foram enganadas, foram manipuladas. Quando o índio se deu conta já estava preso. Naquela época tinha que ter sido muito esperto, não podia ter se deixado dominar, mas mostrar que o índio já era dono do país desde aquela época. Desde 1500, mostrar que quem mandava no país eram os povos indígenas, se eles quisessem trabalhar aqui no país, tudo bem, mas não se deixar escravizar, nem chegar na escravidão dos negros.

Se eu pudesse escrever uma nova história, então teria que ser assim: dominar a chegada dos portugueses para que eles não fizessem o que fizeram. Por causa dessa invasão, massacradora e massacrante, os indígenas estão presos até hoje. Mor-

rem até hoje. Então, esses imigrantes portugueses poderiam entrar no país, mas seguindo as regras dos povos indígenas. Por isso hoje temos que ser espertos, temos que escrever literatura, ter escolas nas aldeias, ter nossos médicos, advogados, porque o mundo branco continua dominante sobre nós.

Se eu fosse escrever uma nova história, eu ia fazer o índio com uma nova visão. Temos que ser um povo que tem uma cultura, mas mostrar para a sociedade que não somos burros, porque esta é a visão deles. Mas não somos, somos um povo que tem cultura própria e temos que fazer nossa parte, de mostrar para a sociedade que fazemos parte desse país do qual fomos roubados.

Kunumi MC – Se eu pudesse reescrever a história, falando o que aconteceu antigamente, seria uma que os índios não seriam derrotados pelos portugueses. Foi ao contrário, a gente não partiu para cima, mostrando a nossa capacidade. Muita coisa que a gente fazia os portugueses copiaram: as comidas, o que se usa no cotidiano, como o cachimbo, por exemplo, as pinturas e até mesmo o cocar. A gente mostrou muita coisa, inclusive as comidas indígenas. É isso.

IHU On-Line – Na Copa do Mundo de 2014, no Brasil, MC Kunumi apareceu empunhando uma bandeira com os dizeres *Demarcação Já*². Essa presença não foi transmitida na Globo. No entanto, internacionalmente, ela teve bastante repercussão. Como vocês veem o interesse da mídia brasileira pelos problemas e causas indígenas?

Olívio Jekupé – A mídia brasileira, na verdade, esconde o jogo. Quando é para falar sobre as questões indígenas, eles não estão preocupados, porque as mídias são governadas pelos próprios dominantes. A imprensa está ligada aos políticos, aos fazendeiros, ao grande agronegócio.

Então para eles não é interessante mostrar os problemas dos indígenas. É importante a gente fazer matéria em pequenas mídias, porque estas dão mais ênfase às questões indígenas. Hoje em dia a gente tem Internet, Facebook, WhatsApp, então a gente consegue mostrar muita coisa em veículos pequenos, porque a grande imprensa não está interessada em saber da questão indígena.

Kunumi MC – As mídias brasileiras não têm nenhum interesse em mostrar a nossa luta, a causa indígena. Mas, para mim, a mídia, hoje, é muito importante. Ela tinha que divulgar as questões indígenas, porque a gente passou muito preconceito. Também seria importante, hoje, as pessoas saberem da nossa cultura, saberem que não somos índios, mas indígenas com culturas diferentes. Há vários povos com a sua religião, sua língua e modos de viver. Isso era para ser divulgado sempre. Não somos um povo que não faz nada. Fazemos muitas coisas, mas até isso não é divulgado para fora. Quem tem mais interesse em divulgar nossas questões, nosso trabalho, são as mídias de fora do Brasil. Eles sim têm muito interesse. Aliás, estou fazendo um filme, um média-metragem falando sobre isso também. É um cara lá da Inglaterra que é o diretor. Foi ele quem me convidou para fazer minha primeira gravação, para lançar o meu primeiro álbum de rap. O segundo foi um brasileiro, que lançou meu segundo álbum, *Todo dia é dia de índio* (2018). Poucas mídias brasileiras vêm aqui fazer matéria comigo, mas muitas vêm de fora, como a BBC, de Londres, e a Al Jazeera. Todas essas matérias ficaram boas, infelizmente nenhum brasileiro veio aqui para fazer alguma coisa, revelar o meu trabalho, o nosso trabalho.

Olívio Jekupé – O meu filho fez parte da abertura da Copa e, na verdade, ele levou escondido uma faixa, que eu também não sabia. Foi combinado aqui na aldeia, com as lideranças, que não contariam para mim porque eles ficaram com medo de eu não autorizar o ato. E de fato é muito perigoso um garoto de 13 anos fazendo um gesto público em favor da

² O vídeo pode ser visto em <http://bit.ly/2MuKwVP>. (Nota da IHU On-Line)

demarcação, então eles ficaram com muito medo e não me avisaram. Daí como eu também estava assistindo a Globo, também não vi. Só fiquei sabendo depois, quando dez horas da noite me mandaram uma foto dele com a faixa. Eu levei um susto. Quando foi no outro dia, encheu de televisão aqui na aldeia Krukutu, a imprensa de todo o mundo veio entrevistar ele. E a matéria ficou muito famosa, na Europa principalmente. A gente fica contente com isso, porque o mundo todo pôde ver um garoto de 13 anos pedindo demarcação pelas terras indígenas. Então foi um ato de um garoto tão pequeno, com 13 anos é pequeno, que me deixou muito orgulhoso.

O Brasil pôde ver depois através das redes, no Facebook. Esse ato foi muito importante, porque a luta dos povos indígenas é, principalmente, a demarcação das terras. Através da própria foto continuamos divulgando, nas palestras que me convidam eu levo o Kunumi e passamos os vídeos da matéria para os brasileiros. Através das palestras conseguimos mostrar que a nossa luta continua. Porque precisamos mostrar para o governo do Brasil que as terras indígenas precisam ser demarcadas. Muitas pessoas, hoje, perguntam sobre ele, querem conhecer o garoto da Copa, que ficou conhecido mundialmente. Como ele é escritor, eu levo ele, e ele leva os livros dele para também falar sobre. Além disso ele é cantor de rap, onde continua falando sobre demarcação. Isso tudo pode ser visto como um ato que não parou.

Um garoto de 13 anos que não falou uma palavra conseguiu mostrar para o mundo que os povos indígenas continuam lutando, pedindo seus direitos às terras indígenas. Eu fico feliz porque é um ato de coragem. Para mim foi importante ver meu filho fazendo parte, porque também lutamos, aqui, pela ampliação das terras da nossa aldeia. Também vejo como um incentivo para as outras lideranças continuarem lutando. Se um garoto de 13 anos conseguiu fazer um ato, então os adultos também vão ter mais cora-

gem. Isso foi importante para todos nós indígenas do Brasil.

IHU On-Line – Em que tipo de mídia os povos indígenas encontram mais atenção a suas causas?

Olívio Jekupé – Bom, eu conheço um jornal que se chama *Porantim*, que é do Conselho Indigenista Missionário – Cimi³, que é muito bom em mostrar os problemas sociais que acontecem no Brasil. Eu acompanho esse jornal e a revista. É uma mídia muito boa. Também acredito muito no Facebook, porque os povos indígenas podem mostrar os problemas que estão acontecendo nas aldeias, mesmo que a imprensa não vá até eles. Então tem foto e dá até para fazer vídeo e gravar. Outra forma, também, é o blog pelo qual se fazem matérias próprias para divulgar as questões da aldeia, e das culturas. Hoje em dia também acho muito bonita a Rádio Yandê⁴, que é uma rádio muito boa que sempre anda pelo Brasil fazendo a divulgação das comunidades tradicionais, e as pessoas também podem mandar o trabalho para lá.

Através de trabalhos assim podemos mostrar os muitos problemas que temos na aldeia. Muita gente pode pensar que não temos problemas porque vivemos no meio da floresta, na mata Atlântica. Mas não, temos muitos problemas a serem divulgados para a sociedade ver. A mídia grande mesmo nunca vai chegar até nós; ela chega quando o índio faz alguma coisa de errado. Aí ela corre para filmar, para sujar o nome do índio por um erro que acontece. Então a gente tem que saber trabalhar com a mídia grande, porque ela é muito perigosa para nós. Ela pode derrubar a gente.

Hoje em dia, as redes da Internet são muito boas para a gente divulgar e temos que aproveitar isso como forma de defesa. Eu mesmo tenho

meu blog⁵ e sempre tento divulgar alguma coisa, como sou escritor divulgo meu trabalho. Através disso, as pessoas vão compartilhando e a gente vai ficando conhecido. Eu escuto das pessoas que sou famoso por ser escritor, mas eu fico aqui na aldeia, difícil sair, mas uso as redes, então é pelas redes que a gente pode mostrar o nosso trabalho.

Kunumi MC – Hoje existem muitas mídias, só que são muito poucas que vêm na aldeia falar. Mas quando vêm precisamos saber se vão fazer uma matéria falando bem ou mal. É com isso que a gente tem que tomar cuidado. Como não vem muito a mídia nem jornalistas aqui, a gente que divulga as questões, a causa através do Facebook. Nesta rede social, divulgo minhas coisas de escritor. Eu também tenho um canal no Youtube⁶, que se chama *Kunumi MC Oficial*, e é ali que eu divulgo as minhas coisas, meus vídeos. Na tevê, são muitos programas que não falam sobre os indígenas, mas que deveriam falar. A *TV Cultura* divulga um pouco sobre os indígenas e os negros. É bom ter uma programação dessa.

IHU On-Line – Desejam acrescentar algo?

Olívio Jekupé – Eu gostaria muito que a secretaria municipal, estadual, Ministério da Educação - MEC tentassem procurar livros de autores indígenas. Inclusive, nós temos um grupo grande de escritores, aproximadamente uns 50 escritores no Brasil. Que procurassem informações e comprassem livros para distribuir nas escolas e também que esses livros chegassem às aldeias. Seria interessante se esses órgãos governamentais procurassem fazer uma lista desses tantos escritores que existem no Brasil e investissem para que essas obras chegassem em diferentes cantos do país. Eu acho que as editoras deviam procurar autores nas aldeias, tanto para escrever quanto para ilustrar. Falta esse incentivo para que os

³ **CIMI:** Conselho Indigenista Missionário, fundado em 1972. O órgão é vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em sua atuação, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Saiba mais em cimi.org.br. (Nota da **IHU On-Line**)
⁴ A rádio pode ser ouvida no endereço radioyande.com/. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ O blog pode ser acessado em oliviojekupe.blogspot.com/. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ O canal pode ser acessado em <http://bit.ly/2OZtD2r>. (Nota da **IHU On-Line**)

autores indígenas publiquem seus trabalhos, eu fico com dó, porque eu sei, de tantos anos na luta, que não é fácil publicar um livro. A gente que mora na aldeia e não é muito valorizado, às vezes eles pensam que a gente não tem a capacidade de escrever. Não queremos, no caso dos escritores indígenas, que só um grupo pequeno fique famoso, queremos que todos os escritores indígenas possam ter oportunidade de divulgar seu trabalho. Isso é interessante. Se os livros chegam às escolas, isso pode facilitar a lei 11.645⁷, para que esses professores tenham conhecimento dos vários povos indígenas no Brasil. Essa é uma ideia que eu penso e falo quando dou palestra, o de

7 A legislação dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira e indígena". (Nota da **IHU On-Line**)

conhecer os escritores, não cinco ou seis, mas todos.

Kunumi MC – Nós indígenas passamos muito preconceito. Muito genocídio em razão da cidade chegar cada vez mais perto das aldeias indígenas. Isso para nós é difícil. Comprar os livros indígenas significa divulgar os vários autores indígenas porque é importante muitas pessoas saberem que nós passamos por preconceito e que estamos sofrendo violência.

Olívio Jekupé – Também gostaria de falar que a Bienal deveria investir mais nos autores indígenas e nos autores aqui de São Paulo. Temos várias aldeias aqui. Seria interessante a Bienal visitar as aldeias para conhecer os trabalhos que existem. Temos muitos trabalhos aqui, alguns são muito simples, mas são trabalhos que poderiam ser apresen-

tados e divulgados na Bienal, porque tem muita visibilidade.

Aqui temos a aldeia *Tenondé Porã*, *Krukutu*, *Aldeia do Jaraguá* e outras. Nessas três aldeias, na época da Bienal, os organizadores poderiam procurar os índios para apresentação do coral indígena para mostrar a música guarani e também os indígenas que são ilustradores. Há, ainda, muitos escritores nas aldeias que poderiam ser convidados para apresentar um trabalho, ou o que ele já tem escrito, até mesmo para dar uma palestra. Assim alguma editora pode ver ele e convidá-lo para publicar um livro. Se não tem apoio, os indígenas ficam apenas com aquela ideia de um dia publicar e às vezes nem conseguem. A Bienal tinha que investir mais nos indígenas das aldeias para descobrir mais talentos. ■



 medium.com/@_ihu

Giorgio Agamben

A força de um pensamento que percebeu o traço profano da racionalidade moderna

ihu.unisinos.br

Da sutileza de puxar os fios da própria história

Márcia Mura, doutora em História Social, encontrou na sua ancestralidade e na sua atuação profissional uma forma de retomar a identidade de um povo extinto pela historiografia, os Mura

Ricardo Machado, Julie Dorrico e Leno Danner

Márcia Mura é dona de uma luta que é, a uma só vez, própria e coletiva. Diante do muro da incompreensão burocrata, baseada em uma historiografia etnocêntrica que afirma que sua etnia, os Mura, não mais existem, Márcia ergue sua ponte de conexão entre mundos. “Quando essa retomada se dá de forma individual os desafios são maiores, pois há toda uma luta para ser reconhecido por uma comunidade que muitas vezes, devido à própria ação do Estado, sofreu o processo de desterritorialização que criou o afastamento ao território de origem, fazendo com que não haja o reconhecimento da comunidade originária. Isso aumenta o desafio em descolonizar a própria visão dos parentes que não reconhecem esse processo de colonização que causou esse afastamento, afinal, todos os povos indígenas sofreram interferências colonizadoras, então precisamos todos fazer essa descolonização”, relata Márcia Mura, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Puxar os fios do passado requer uma sutileza que nem sempre é possível de ser interpretado pelo cânone do pensamento branco. “Para tecer tradições indígenas é preciso se reconectar espiritualmente aos antepassados e ir puxando os fios de memória e vivenciar coletivamente o modo de ser indígena na base cultural e no comprometimento com as lutas das causas indígenas”, explica a entrevistada. “Minha afirmação indígena só reforçou minha atuação

como cidadã e ser humano, pois ao lutarmos por demarcação de nossos territórios estamos lutando por um mundo melhor para toda a humanidade”, frisa. Tais gestos, por mais singelos que pareçam, confluem para o rio da legitimação política tão necessária a estes povos, sobretudo no atual momento de ataque massivo dessas populações. “A situação dos Povos Indígenas nunca foi boa desde a chegada dos colonizadores, mas resistimos a 518 anos e vamos continuar resistindo. Atualmente, a política governamental tem se tornado cada vez mais ofensiva. A violência contra os Povos Indígenas está cada vez mais acirrada”, sustenta.

Márcia Nunes Maciel é da etnia Mura e seu sentimento de identidade é respaldado coletivamente pelos Mura do rio Itatapanã. Faz parte junto aos Mura do Itatapanã e Capanã Grande do Movimento de retomada territorial, identidade e cultura Mura. Em 2010 ganhou o prêmio de intercâmbio cultural do Ministério da Cultura - Minc, para apresentar sua pesquisa de mestrado sobre mulheres que vivenciam o espaço do seringal na Amazônia, realizada na Universidade Federal do Amazonas - UFAM. É autora do livro: *O Espaço Lembrado - Experiências de Vidas em Seringais da Amazônia*. Faz parte do Instituto Madeira Vivo e do Núcleo de Estudos em História Oral - NEHO/USP. É doutora em História Social na Universidade de São Paulo - USP.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Conte-nos um pouco sobre sua recuperação da ancestralidade indígena, em particular de sua pertença Mura.

Que desafios você enfrentou nessa caminhada de reafirmação?

Márcia Mura – Como Rigoberta

Menchú¹, também posso dizer eu me

¹ **Rigoberta Menchú**: indígena guatemalteca do grupo Quiché-Maia. Foi agraciada com o Nobel da Paz de 1992

“Para tecer tradições indígenas é preciso se reconectar espiritualmente aos antepassados e ir puxando os fios de memória e vivenciar coletivamente o modo de ser indígena”

chamo Márcia Mura e assim nasceu minha consciência. A minha ancestralidade Indígena foi repassada por minha avó materna, que mesmo não dizendo em palavras que era indígena, me ensinou a ser. A relação que tenho com a natureza foi minha avó que me ensinou, mas politicamente só passei a me afirmar como Mura em 2012 quando me sentia forte o suficiente para enfrentar tudo que viesse pela frente, todo preconceito, toda falta de compreensão. Esta minha tomada de consciência também foi um processo que se construiu por meio das partilhas, das vivências, das lutas junto aos outros parentes indígenas Mura e de outras etnias. Após minha afirmação de pertencimento à etnia Mura passei a me entender mais. Hoje me sinto segura, forte e protegida por Namatuyki que, para nós Mura, é o criador de todas as coisas.

IHU On-Line – Como você percebe e compreende essa reafirmação do ser e do modo de ser indígenas?

Márcia Mura – Essa retomada só é possível porque, apesar de toda colonização, os modos de ser indígenas se mantêm vivos, mas muitas vezes, adormecidos dentro de nós. A partir do momento que há um trabalho de descolonização, ou seja, de conscientização de que nossas memórias ancestrais foram roubadas pelos colonizadores, passamos a buscar esse renascimento de nossas ancestralidades. Quando

é coletivo tem muito mais força nas retomadas territoriais, culturais, ancestrais, como vem acontecendo com a retomada Mura na Amazônia em alguns territórios que haviam se tornado seringais no período da borracha. Na minha leitura histórica o seringal foi mais uma política de introdução dos indígenas na sociedade nacional, pois esses territórios foram construídos em cima de territórios indígenas, onde houve sequestro de mulheres indígenas, conflitos entre seringueiros que já haviam passado por processos de desterritorialização, com os indígenas livres e aldeados. Com isso, muitos indígenas passaram a ser seringueiros e, devido à discriminação aliada à política de genocídio indígena, muitos deixaram de se afirmar indígenas, dentre eles os Mura. Somente agora, a partir dos anos 2000, que os Mura entre Manicoré e Humaitá passaram a fazer mais fortemente essa retomada. Neste ano de 2018 houve o primeiro encontro do Povo Mura na aldeia Sissaima no município de Carreiro da Várzea; lá eu pude ver que nós Mura estamos numa bonita retomada e com mais força no Estado do Amazonas.

Quando essa retomada se dá de forma individual os desafios são maiores, pois há toda uma luta para ser reconhecido por uma comunidade que, muitas vezes, devido à própria ação do Estado, sofreu o processo de desterritorialização que criou o afastamento ao território de origem, fazendo com que não haja o reconhecimento da comunidade originária. Isso aumenta o desafio em descolonizar a própria visão dos pa-

rentes que não reconhecem esse processo de colonização que causou esse afastamento, afinal, todos os povos indígenas sofreram interferências colonizadoras, então precisamos todos fazer essa descolonização. É preciso retomar uma memória e ancestralidade indígena e se reconectar com a natureza e com os ancestrais de forma espiritual, pois, como bem me disse Ailton Krenak², “Não esqueça que a memória indígena é ancestral e é preciso ir puxando seus fios”. Nesse sentido digo que para tecer tradições indígenas é preciso se reconectar espiritualmente aos antepassados e ir puxando os fios de memória e vivenciar coletivamente o modo de ser indígena na base cultural e no comprometimento com as lutas das causas indígenas.

IHU On-Line – Conte-nos um pouco de sua história pessoal, de sua trajetória como mulher indígena...

Márcia Mura – Eu nasci na cidade de Porto Velho, em uma comunidade formada por seringueiros que migraram para a cidade na década de 1960 devido à decadência da borracha. Essa comunidade fica no Bairro Triângulo, às margens do Rio Madeira, território ancestral Mura, marcado no mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, começando por Porto Velho indo até o Rio Negro. Esse mapa marca os antigos

² **Ailton Alves Lacerda Krenak** mais conhecido como **Ailton Krenak** (Minas Gerais, 1953): é um líder indígena, ambientalista e escritor brasileiro. É considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro, possuindo reconhecimento internacional. Pertence à tribo indígena Krenak. (Nota da **IHU On-Line**)

pela sua campanha pelos direitos humanos, especialmente a favor dos povos indígenas. (Nota da **IHU On-Line**)

territórios Mura, mas também sua dispersão conforme o avanço da colonização. Por esse motivo, hoje os Mura assumidos encontram-se mais fortes e em maior quantidade no Estado do Amazonas, enquanto que, em Porto Velho, Rondônia, há muitas famílias Mura, mas vivem na invisibilidade e a cartografia oficial da cidade apaga totalmente a ocupação tradicional Mura. Então, mesmo que eu não tenha nascido numa aldeia, nasci dentro do território ancestral do meu povo.

Quando eu era criança eu não tinha consciência que era indígena, pois minha família não se afirmava enquanto tal, porém mantinha seu modo de ser indígena mesmo na cidade e ligada sempre às comunidades de Nazaré, às margens do Rio Madeira, que foi antigo seringal e também ao sítio na beira da estrada BR-364 que vai para o município de Guajará Mirim, que meu tio Manel, filho da minha avó materna, tomava conta durante toda a minha infância, e depois na minha adolescência, mudou-se para a comunidade de São Miguel ainda nas margens do Rio Madeira. Esses lugares, as margens do Rio Madeira e as áreas de sítio na beira da estrada, possibilitaram que eu crescesse com uma forte ligação com a natureza, de pescar, pular n'água, andar de canoa, coletar frutos na floresta. Tem uma lembrança da minha infância muito bonita com meus primos e meu tio Manel lá do sítio que ele morava na beira da estrada, indo para Guajará Mirim. Me lembro com muita afetividade do dia em que nós estávamos num igapó que secou, estava só a lama, e nos enfiamos naquela lama cercando os peixes que ficavam nas proximidades ou entre raízes de árvores na maior alegria. Lembro também de um período da cheia do rio, quando o tio Manel já morava na comunidade São Miguel às margens do rio Madeira, ele fez uma jangada de troncos de bananeira e eu com minha prima ia em cima dela nas casas dos parentes, e eu, às vezes, ia sozinha pegar água no canal onde passava o rio, aceitando

o desafio do meu tio para mostrar que eu era corajosa e capaz de conduzir a jangada sozinha. Lembro de uma pescaria com a tia Alvina, que eu me deslumbrava com os peixes que eu via na água transparente e que fez com que a minha tia não pegasse nenhum peixe nesse dia. Lembro das nossas idas e da minha avó de canoa, saindo da vila de Nazaré e indo para a casa de farinha do Tio João Lobato e da tia Maria lá no lago do Peixe Boi. Lembro das brincadeiras com barro e de pular n'água com primas e primos.

Na cidade mesmo eu sempre ouvia o canto do Bem-te-vi e minha avó dizia que era meu pai, o apelido dele era Bem-te-vi e ele era separado da minha mãe, então toda vez que o pássaro Bem-te-vi cantava minha avó dizia "Olha o teu pai te chamando". Isso fez eu acreditar que eu era filha desse pássaro, ainda hoje quando eu estou me sentindo triste ou quando estou numa fase de tomadas de decisão ele sempre aparece para cantar para mim. Aonde eu vou o Bem-te-vi me acompanha e aparece nos momentos que eu preciso de um ânimo, até mesmo quando eu estava em São Paulo fazendo o doutorado, ele aparecia para cantar para mim, por isso eu acredito mesmo que sou filha do Bem-te-vi.

Ser indígena

Embora eu tenha me criado vivenciando o modo de ser indígena, minha tomada de consciência enquanto indígena só se firmou em 2012 quando passei a interagir com parentes indígenas em São Paulo, os que são do Grupo de Trabalho indígena de São Paulo, os outros de outras frentes indígenas. Mas quem me orientou e me incentivou a assumir minha afirmação indígena de forma política foi o Borum, um parente e grande amigo que conheci em São Paulo. Antes disso, desde os meus 18 anos de idade eu atuava como apoiadora da causa indígena. Aos 18 coordenava o grupo de apoio aos Povos Indígenas em Porto Velho que era

assessorado pelo Conselho Indigenista Missionário - Cimi; desde o início me enganchei na luta pela autonomia dos Povos Indígenas. Devido a essa minha atuação no grupo de apoio aos Povos Indígenas, quando entrei em 2006 na graduação de História na Universidade Federal de Rondônia, em todos os trabalhos que fiz ligados à Amazônia e ao Brasil abordei a questão indígena. Foi na graduação que realizei meu primeiro trabalho de pesquisa engajada politicamente com Povos Indígenas, minha monografia de Bacharelado intitulada *A Construção de uma Identidade – História Oral com o Povo Indígena Cassupá*. Depois, já em 2004 atuei na educação escolar indígena por meio da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia. Em 2006 fui fazer o Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia e lá comecei a pensar na importância política da afirmação indígena para combater o apagamento indígena. Essa retrospectiva de atuações demonstra que mesmo quando eu não me assumia politicamente como indígena, já estava na luta pelos direitos dos Povos Indígenas.

Hoje na atuação no movimento indígena me sinto fortalecida pela rede de lutas composta por parentes de diferentes Povos Indígenas do Brasil e de outros países da ameríndia.

Como Mulher indígena, aprendo muito com as mulheres mais velhas e com as que estão nas frentes de lutas e também me sinto realizada quando uma parenta chega pra mim e me fala que me tem como referência de guerreira, isso me faz sentir ainda mais responsável em contribuir com o fortalecimento das mulheres indígenas na luta por direitos junto aos homens indígenas, pois juntos somos mais fortes.

Minha afirmação indígena só reforçou minha atuação como cidadã e ser humano, pois ao lutarmos por demarcação de nossos territórios estamos lutando por um mundo melhor para toda a humanidade.

IHU On-Line – Como você concebe seu trabalho como mulher professora, artista e militante indígena?

Márcia Mura – Como professora sempre atuei na conscientização sobre os direitos dos Povos Indígenas e na desconstrução dos estereótipos. Depois fui me tornando pesquisadora engajada na causa indígena e aos poucos fui tomando consciência de mim como portadora de saberes não apenas como pesquisadora. Foi aí que comecei a não me prender às regras acadêmicas e passei a fazer as trocas de saberes, enfatizando o modo de fazer indígena.

Não me considero uma artista, eu apenas escrevo algumas narrativas onde procuro expressar de uma forma mais subjetiva minha percepção indígena e gosto também de compartilhar literatura, danças, histórias, alimentos indígenas com as crianças da comunidade e os meus alunos na escola, como forma de descolonizar a educação. Uma das coisas que me deixa realizada é estar com as crianças, compartilhando narrativas indígenas, cantos, danças, alimentos indígenas, e mesmo um grande ritual.

Minha militância se dá diretamente na demarcação da terra indígena Mura, no Itaparaná, ao sul do Amazonas; no movimento de retomada Mura na Amazônia; no coletivo Mura em Porto Velho na reivindicação do reconhecimento da cidade de Porto Velho como território de memória Mura e na luta por direitos de todos os Povos Indígenas a nível local e nacional. Todas as minhas lutas estão interligadas com minha atuação como educadora dentro e fora da sala de aula.

IHU On-Line – Ainda como professora, como você concebe a educação e, nela, a imagem, o protagonismo e os valores propostos pelos povos indígenas?

Márcia Mura – Na escola Francisco Desmostest Passos a minha própria presença já é uma intervenção indígena. Todos os dias eu coloco meus adereços indígenas e

meu risco no olho que já se tornou uma marca indígena e que as minhas alunas gostam muito. Elas acham bonito meu jeito indígena de me arrumar para ir para a escola. Ter uma professora indígena em uma escola de contexto ribeirinho, mesmo estando na floresta e às margens do Rio Madeira e com pessoas de ascendência indígena, contribuiu para que fosse construída uma referência para as alunas e alunos se sentirem à vontade para falar de seus avós indígenas, já que muitos deles têm vergonha de sua ascendência. Também fazer grafismos indígenas no corpo e provocar os alunos a fazerem seus próprios adereços indígenas, mesmo no caso daqueles que ainda não se assumem como indígenas, passou a construir uma visão respeitosa sobre os Povos Indígenas. Esse é um processo que vem se dando aos poucos por meio do projeto de rodas de conversa de modos de ser indígena no abril indígena, do encontro de saberes e sabores, onde os alunos e alunas são motivados a apresentarem os alimentos, os remédios, as danças, o modo de explicar as coisas locais e tradicionais para dialogar com os saberes das disciplinas escolares. Além disso, as intervenções com literatura indígena e pesquisas de história oral – tradição oral realizada na escola com alunas e alunos. Todas essas ações estão interligadas ao projeto de descolonização da educação.

IHU On-Line – A arte pode contribuir para a promoção e a valorização das culturas indígenas? Da mesma forma, a arte pode assumir um papel de crítica social, especialmente sobre a questão indígena?

Márcia Mura – Sim, sem dúvida. Quando é uma arte de resistência que visa a valorização das culturas indígenas, mas tenho me entristecido ao visitar exposições de artes e galerias que se propõem a apresentar a cultura humana nos diferentes tempos e apagam a cultura indígena,

parece que ela só tem lugar como algo à parte. Uma vez fui numa exposição em São Paulo onde havia as vestimentas e músicas nos diferentes tempos e não vi nada referente aos indígenas e isso me deixou entristecida. Sei que tem acontecido muita coisa no campo da arte em São Paulo com indígenas e isso é muito importante, mas estou falando que quando se fala em cultura de forma geral os indígenas não são incluídos.

“Quando essa retomada se dá de forma individual os desafios são maiores”

IHU On-Line – Como você percebe a situação dos povos indígenas no país?

Márcia Mura – A situação dos Povos Indígenas nunca foi boa desde a chegada dos colonizadores, mas resistimos a 518 anos e vamos continuar resistindo. Atualmente, a política governamental tem se tornado cada vez mais ofensiva. A violência contra os Povos Indígenas está cada vez mais acirrada. Acredito que a perspectiva do movimento indígena é continuar lutando pela demarcação dos territórios indígenas e pela garantia dos que já foram demarcados. Fortalecer as bases e continuar no enfrentamento às políticas de genocídio Indígena como, por exemplo, a Resolução 001/2017 da Advocacia Geral da União - AGU, dentre tantas outras. A luta é por autonomia e garantia de direitos.

IHU On-Line – Desejaria acrescentar algo?

Márcia Mura – Só quero agradecer a oportunidade de compartilhar ideias, sonhos e lutas. *Kwekatu Reté!* ■

O longo caminho ao interior de si em busca da identidade

Thiago Carvalho Wera'i, fotógrafo e documentarista, encontrou na retomada de suas raízes indígenas um sentido para a própria ancestralidade

Ricardo Machado

Na contramão do espírito do tempo, da individualização e da homogeneização do mundo, o caminho em busca de uma ancestralidade encontra entraves não somente estatais, de reconhecimento de uma identidade indígena, mas também existenciais. “Hoje eu sei que sou indígena. Não descendente. Eu sou indígena. Pois sei que venho de um povo – e é próximo. Hoje eu me autoafirmo indígena mais para dentro do que para fora. Era dentro de mim que eu precisava dizer e ouvir sobre minha origem e ancestralidade”, conta Thiago Carvalho Wera'i, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “É complexo. As pessoas não entendem e esse processo não é reconhecido. Mas quem é o Estado, por exemplo, para negar quem eu digo ser? Meu espírito ‘fala’ alto dentro de mim. Ele diz quem eu sou”, complementa.

Thiago, no entanto, não está sozinho. “Os [indígenas] de contexto urbano que buscam identificar e comprovar sua origem, como eu, são muitos. Estes também têm um papel importante: sua busca própria de autoafirmação reflete no sentido da construção e de reafirmação de um Brasil indígena e não um Brasil colonizado que é o que se mais escuta, lê, presencia”, pondera. “O Bra-

sil precisa descolonizar e reconhecer a sua verdadeira origem. Talvez este seja o primeiro passo para conquistarmos o bem viver. Temos que lutar hoje contra a matança do conhecimento, que é histórica, desde a chegada dos europeus aqui nesta terra até os dias de hoje, onde ainda se ensina nas salas de aula uma ‘ficção’ sobre a história dos povos indígenas. Não somos ficção. Somos a origem da história desse país”, provoca.

Thiago Carvalho Wera'i é jornalista, fotojornalista e documentarista. Dirigiu os curtas documentários *Atrás da Pedra – Resistência Tekoa Guarani*, *Parente Guerreiro – Luta e Resistência Indígena*, *Guarani Mbyá – Um ato legítimo* e *Ribeirão das Lavras – Um rio guarani*. Também participou dos filmes *Maino'i - Opy Pyau Itakupe*, que ainda não foi a público, *Avaxi Ete'i - Milho Verdadeiro* e *Ei Yma Guare - O mel do passado* (em montagem, com previsão de inauguração na aldeia agora no mês de setembro). Como fotógrafo, produziu uma série, que ficou exposta no *Salão de Fotografia Consigo*, em São Paulo, com o título *Atrás da Pedra – Por uma terra sem males*, com imagens feitas na gravação do primeiro filme.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual sua relação de vida com as ancestralidades indígenas? Em suma, qual sua origem indígena?

Thiago Carvalho Wera'i – Em 2015, quando passei a ter contato com povos aldeados e onde realizei

um filme documentário, eu comecei a sentir uma mudança profunda. Eu queria saber mais dos povos, da cultura ancestral, do modo de vida, de mim etc.

No primeiro contato com a terra sagrada eu senti que deveria começar

a me questionar e buscar respostas de quem eu era. Pois bem. Até que comecei a perguntar à minha família sobre nossas origens, regiões de nascimento etc. Até que viajei, sem sair do local – para o norte de Minas Gerais – local tradicional do povo Maxakali e descobri, em minhas in-

“As pessoas não entendem e esse processo não é reconhecido. Mas quem é o Estado, por exemplo, para negar quem eu digo ser?”

terrogações familiares, que meu avô materno – falecido em 2014 – convivia com os Maxakali em aldeia e que falava a língua quando retornava para sua casa. Nunca ninguém me disse se somos da origem Maxakali, mas meu espírito sempre me coloca em situações que me ligam a este povo principalmente quanto à espiritualidade.

Hoje eu sei que sou indígena. Não descendente. Eu sou indígena. Pois sei que venho de um povo – e é próximo. Hoje eu me autoafirmo indígena mais para dentro do que para fora. Era dentro de mim que eu precisava dizer e ouvir sobre minha origem e ancestralidade.

Em 2017 eu tive a honra, depois do momento certo, de receber um nome em Guarani Mbya. Wera’i. Foi, num momento à parte, de uma das cerimônias mais lindas que presenciei na aldeia. Esse momento chegou na hora certa. Me fez crescer e abriu mais minha visão, aflorou mais minha espiritualidade. Hoje em dia as coisas que, talvez, para muitos é muito mais que insignificante, para mim são as mais valiosas da vida.

IHU On-Line – Você poderia explicar como é a sua busca por autoafirmação como sujeito indígena urbano? Quais são os desafios?

Thiago Carvalho Wera’i – É complexo. As pessoas não entendem e esse processo não é reconhecido. Mas quem é o Estado, por exemplo, para negar quem eu digo ser? Meu espírito “fala” alto dentro de mim. Ele diz quem eu sou. Ele pede para que

eu busque e não desista. Ele vem, de diferentes formas, me sondar.

Eu iniciei a minha pesquisa procurando saber o município de origem da minha mãe. Descobri que ela, meus tios, tias e avós maternos são de uma região do norte de Minas Gerais, próximo de aldeias tradicionais do povo Maxakali.

Minha família não se sente confortável em dizer mais sobre isso. Me respondem pouco, muito pouco. Mas uma tia, um dia, me contou sobre meu avô e suas vivências na aldeia Maxakali e de seu conhecimento da língua. “Ele falava a língua dos Maxakali quando voltava da aldeia para casa”, contou minha tia.

Mas minha busca por aqui acabou. Minha ancestralidade avisa que preciso visitar as aldeias Maxakali e é isso que vou fazer em breve. É lá que, agora, eu preciso pisar, sentir e descobrir mais sobre esta minha busca.

Acho que os desafios mesmo são conseguir respostas da minha própria família. De resto, nada mais. Quando eu descobrir o meu povo, terei isso para dentro de mim. Terei a certeza comprovada da minha origem indígena.

IHU On-Line – Por que a importância de reconhecer indígenas não aldeados com os direitos que a constituição outorga a pessoas fora do aldeamento?

Thiago Carvalho Wera’i – O indígena de contexto urbano tem um papel fundamental na socieda-

de e seu próprio povo, assim como o aldeado. Em alguns casos, foram aldeados, mas chegaram às grandes cidades para buscar se aprofundar no conhecimento político e social do não indígena para ajudar a defender seu povo de modo igual, no mesmo tom jurídico da palavra.

Os de contexto urbano que buscam identificar e comprovar sua origem, como eu, são muitos. Estes também têm um papel importante: sua busca própria de autoafirmação reflete no sentido da construção e de reafirmação de um Brasil indígena e não um Brasil colonizado que é o que se mais escuta, lê, presencia.

Unidos, os parentes aldeados, inclusive os de contexto urbano, buscam na autodeclaração uma força capaz de fazer o país reconhecer sua origem e chegarmos mais perto de obter nossos direitos, principalmente o de se autoafirmar e o direito à terra. Pois é isso que, há mais de 518 anos, tentam tirar de nós.

IHU On-Line – De que maneira nas suas atividades, como documentarista e fotojornalista, você trabalha a valorização dos saberes ancestrais ameríndios?

Thiago Carvalho Wera’i – Em 2015, quando eu dirigia o *Atrás da Pedra - Resistência Tekoa Guarani*, filme produzido em terra Guarani Mbya, em São Paulo, eu identifiquei que poderia, de modo independente e com a ajuda dos parentes, por meio das ferramentas da fotografia e do cinema usá-las como um instrumen-

to para documentar a nossa cultura, resistência, ancestralidade e respeito com a terra e a natureza.

Muitos ainda acreditam que uma variedade dos mais perfeitos conhecimentos sobre um certo modo de vida foi transferido do colonizador para os indígenas. Até isso querem roubar de nós e patentear. Mas, não! Muito desse conhecimento é originário dos povos indígenas dessa terra. E documentando isso, vamos provando o contrário do que pensa este colonizado e mostrando que, há mais de 518 anos, nossa cultura se mantém de pé, viva, forte e de uma sabedoria riquíssima que dinheiro nenhum no mundo compra e homem nenhum no mundo tira.

IHU On-Line – Como as artes têm se tornado um instrumento político importante na luta indígena?

Thiago Carvalho Wera'i – Vejo o cinema indígena diferente do que é feito pelo não indígena. O nosso é, na maioria das vezes, desligado da maioria das normas e regras acadêmicas, técnica etc. Não precisamos de muito para contar a nossa história. E quando precisamos de um não indígena – e há bons por aí – nós precisamos trabalhar em conjunto e a nossa voz tem que prevalecer. É

preciso reconhecer, identificar e se colocar no lugar de fala. São ferramentas importantes que, de modo geral, reproduzem a nossa cultura, nossa luta, nossa existência e resistência nos dias de hoje, por exemplo.

“Minha família não se sente confortável em dizer mais sobre isso. Me respondem pouco, muito pouco”

IHU On-Line – Que projetos e iniciativas indígenas na área do audiovisual você indicaria para as pessoas conhecerem?

Thiago Carvalho Wera'i – Do cinema, no qual eu me identifiquei muito para produzir os meus com os parentes, *Video nas Aldeias*, idealizado por Vincent Carelli e muitos outros.

Do rádio, Rádio Yandê e a Rádio Cunha etc.

Da música são muitos, mas os que estão perto de mim, sou fã e, de certo modo, ajudo com o que posso, *Wera MC, Oz Guarani e Katú*.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Thiago Carvalho Wera'i – Eu acredito nessa luta apesar de ver, a todo momento, preconceito e um retrocesso aos nossos direitos e à nossa existência. Lutamos pelo que é nosso – que na maioria também é do não indígena –, como a natureza. Lutamos contra o genocídio, etnocídio e epistemicídio.

O Brasil precisa descolonizar e reconhecer a sua verdadeira origem. Talvez este seja o primeiro passo para conquistarmos o bem viver. Temos que lutar hoje contra a matança do conhecimento, que é histórica, desde a chegada dos europeus aqui nesta terra até os dias de hoje, onde ainda se ensina nas salas de aula uma “ficção” sobre a história dos povos indígenas. Não somos ficção. Somos a origem da história desse país.

Acredito na luta do meu povo, meus parentes. ■



UNISINOS LAB

Se você é aluno de graduação da Unisinos, o IHU disponibiliza 10 vagas gratuitas para o Simpósio através da plataforma Unisinos LAB.

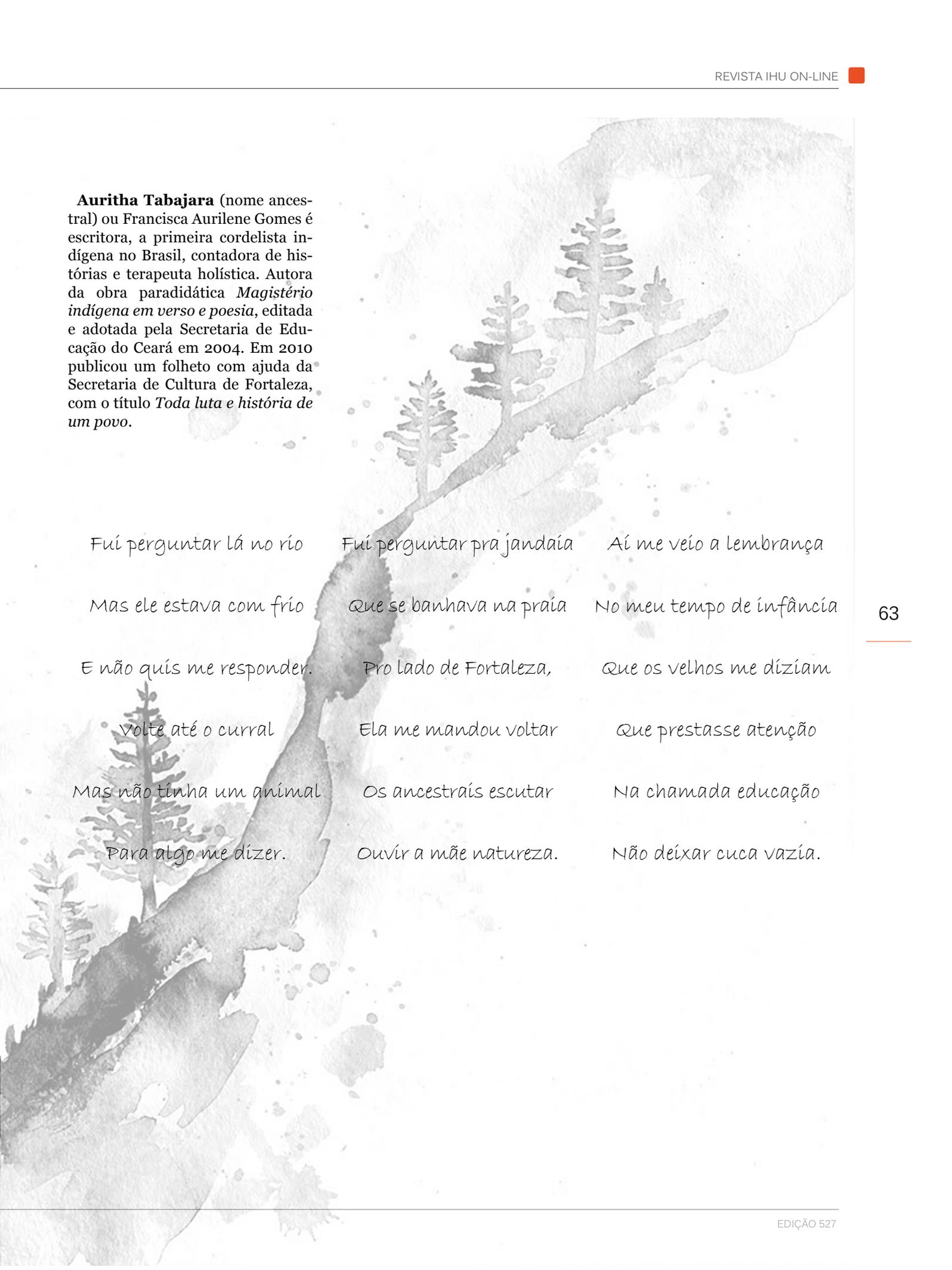
Confira a relação dos nossos eventos em ihu.unisinos.br/eventos e matricule-se pela plataforma do LAB.

O grão

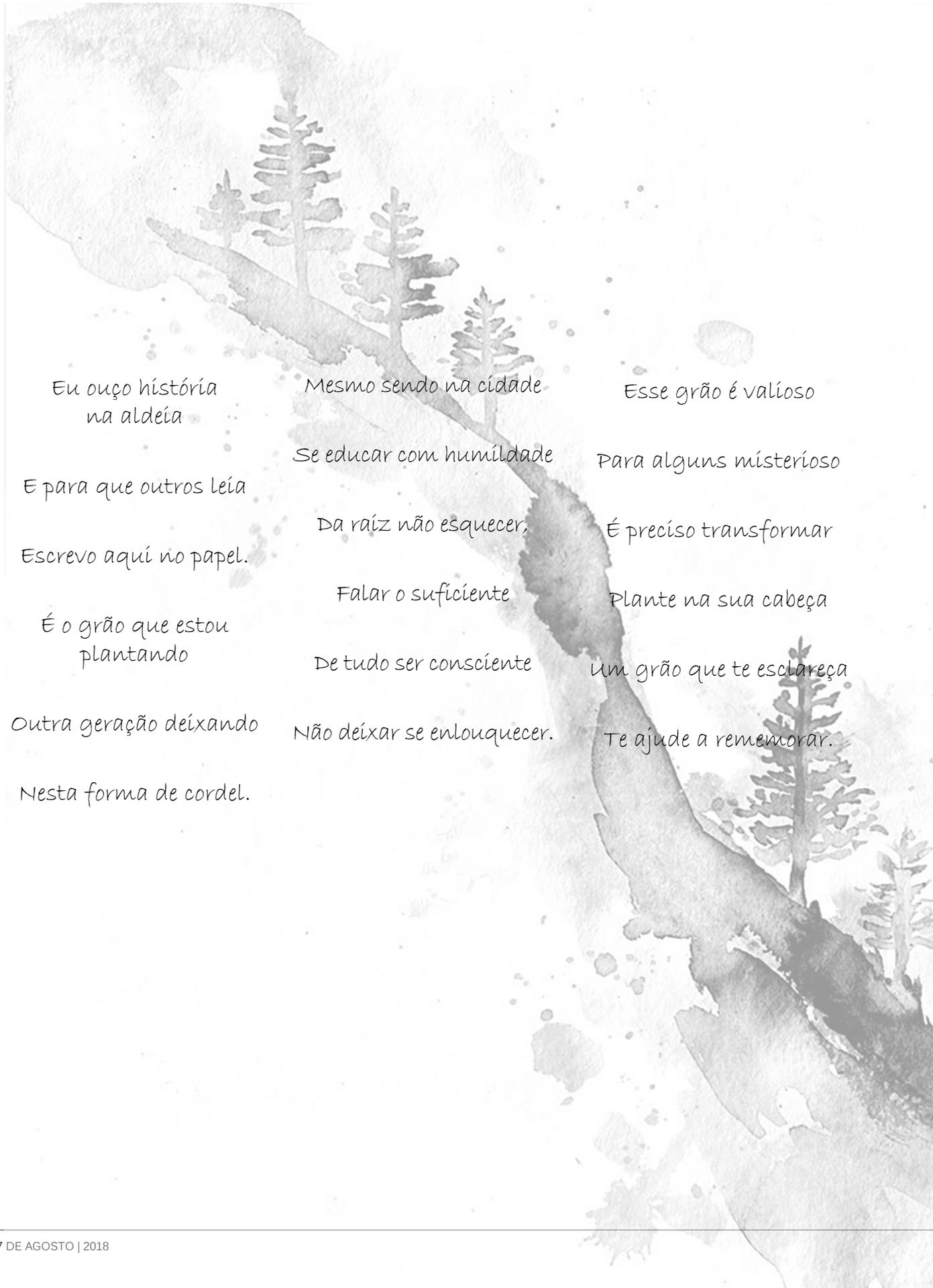
Cordel de Auritha Tabajara

Vou contar lhe um segredo Esse grão vem da memória Eu fiquei imaginando
Que aprendi como enredo Transformado em história Na cabeça martelando
Recitado em poesia Para nossa educação O que esse grão significa?
De um grão que um velho quem me contou Será bom para comer?
foi plantado
Cultivado e germinado Sobre o grão que Pra ninguém queria dizer
ele plantou
Que se pratica todo dia. No despertar da tradição. Vai que esse grão
não fica!

Auritha Tabajara (nome ancestral) ou Francisca Aurilene Gomes é escritora, a primeira cordelista indígena no Brasil, contadora de histórias e terapeuta holística. Autora da obra paradigmática *Magistério indígena em verso e poesia*, editada e adotada pela Secretaria de Educação do Ceará em 2004. Em 2010 publicou um folheto com ajuda da Secretaria de Cultura de Fortaleza, com o título *Toda luta e história de um povo*.

A watercolor illustration in shades of grey and blue, depicting a landscape with several trees of varying heights and a path or stream winding through the scene. The style is soft and artistic, with visible brushstrokes and a textured background.

Fui perguntar lá no rio Fui perguntar pra jandaia Aí me veio a lembrança
Mas ele estava com frio Que se banhava na praia No meu tempo de infância
E não quis me responder. Pro lado de Fortaleza, Que os velhos me diziam
Volte até o curral Ela me mandou voltar Que prestasse atenção
Mas não tinha um animal Os ancestrais escutar Na chamada educação
Para algo me dizer. Ouvir a mãe natureza. Não deixar cuca vazia.



Eu ouço história
na aldeia

E para que outros leia

Escrevo aqui no papel.

É o grão que estou
plantando

Outra geração deixando

Nesta forma de cordel.

Mesmo sendo na cidade

Se educar com humildade

Da raiz não esquecer,

Falar o suficiente

De tudo ser consciente

Não deixar se enlouquecer.

Esse grão é valioso

Para alguns misterioso

É preciso transformar

Plante na sua cabeça

um grão que te esclareça

Te ajude a lembrar.



Na aldeia a gente dança

Aprendi desde criança

O maracá balançar,

Entendi o que é respeito

Porque sabe o efeito

Na hora de educar.

Na aldeia tudo é arte

Tudo também se reparte

É cultura festejar

Pinta o corpo de urucum

Veste com palha tucum

Em tudo vale alegrar.

Damos bom dia ao sol

Como flor de girassol

Tudo vive em harmonia

Na debulha de feijão

O cuidado com o grão

Que se tem a cada dia.



Tudo com habilidade
Firme na ancestralidade
Ou na dança do toré,
O vento é nosso irmão
Lá não há separação

Na aldeia tudo cresce
A cultura permanece
Tudo é lindo como um grão
Grão de arroz, de
trigo, aveia
Milho, café na aldeia
Grandes roças de feijão

Joga bola a criançada
Tudo em roda e animada
E contar quando crescer
Ser contador de história
Ter presente na memória
O canto ao anoitecer.



Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral

Cadernos Teologia Pública, em seu número 136, apresenta o artigo *Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral*, de Todd Salzman e Michael G. Lawler. Na apresentação da obra, os autores escrevem: “No voo de volta de sua visita à África, o Papa Francisco refletiu sobre a relação complexa entre a realidade e o ensino da Igreja. Ao ser perguntado se a Igreja não deveria cogitar uma mudança em sua proibição absoluta do uso de preservativos para evitar a disseminação do HIV/

Aids, o Papa respondeu que a pergunta lhe parecia pequena demais. ‘Creio que a moralidade da Igreja quanto a este ponto se encontra em um dilema: trata-se do quinto ou do sexto mandamento? Defender a vida, ou a relação sexual está aberta para a vida? Mas esse não é o problema.’ A resposta de Jesus é profética, assim como o é a do Papa. Ela prenuncia uma mudança de foco na maneira como o Magistério e os especialistas em ética teológica católica deveriam priorizar questões referentes à justiça social e à ética sexual e como, portanto, deveriam abordar essas questões em termos antropológicos e metodológicos”.

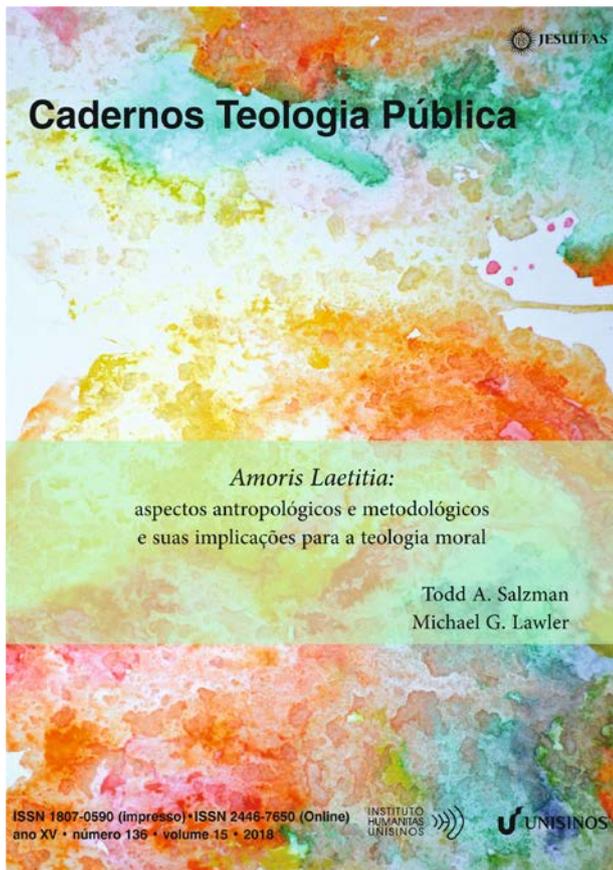
Todd Salzman é doutor em Teologia pela Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica. Foi professor na University San Diego. Atualmente leciona na Creighton University. Foi homenageado pelas Nações Unidas e várias organizações não governamentais - ONGs, em Nova York, em 2001.

Michael G. Lawler é graduado em Matemática pela Universidade de Dublin e em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana - PUG, em Roma. É Ph.D. em Teologia Sistemática pelo Instituto Aquinas de Teologia, em Saint Louis.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.

A versão completa do artigo em PDF está disponível no link bit.ly/2BCSrv8.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



Nicarágua: o orteguismo e o abuso do poder de Estado

Bruno Lima Rocha

“Os postos de trabalho são muito vinculados às indicações políticas da “FSLN de Daniel”, sendo o Estado em seus níveis de governo o maior empregador do país. Isso vincula a “participação nominal” às necessidades imediatas e o seguidismo. A justa tradição beligerante do sandinismo vem sendo apropriada pelo orteguismo, o que implica em repressão massiva, desaparecimentos e assassinatos seletivos”, escreve Bruno Lima Rocha.

Bruno Lima Rocha é pós-doutorando em economia, doutor e mestre em ciência política, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; graduado em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, professor nos cursos de relações internacionais e jornalismo na Unisinos.

Eis o artigo.

68

“No século XXI retorna ao Poder Executivo uma força política cuja trajetória dista do exercício atual de governo. Trata-se da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), fundada em 1961 para combater a dinastia do clã dos Somoza — general inventado, armado e treinado nos EUA — e sua Guarda Nacional. O termo “sandinista” vem obviamente do exemplo de Augusto César Sandino, militante social que se transforma em líder guerrilheiro estando à frente do Exército Defensor (1927-1934), peleando justamente contra a invasão estadunidense ao país dos cinco vulcões. Sandino perdeu apenas para si, pois sua força beligerante começa com 34 combatentes — a maioria composta de indígenas mizquitos — e conclui com mais de 6 mil voluntários e a retirada das tropas imperialistas do país. Em 1934, convocado para uma reunião de “paz” com Somoza, é assassinado junto ao seu Estado-maior. Sandino até hoje marca a cultura política do país.

Daniel Ortega estava à frente de um dos três setores da FSLN e foi eleito presidente em 1984, quando a Nicarágua sandinista caminhava para uma versão de socialismo com democracia. Da vitória de 1979 até esta data, o país foi governado por uma junta indicada pelo Conselho de Estado, um parlamento com partidos e forças sociais após Somoza. Ortega não foi reeleito, perdendo para a conservadora Violeta Chamorro. “Dona” Violeta concorreu pela União Nacional Opositora, frente ampla de centro-direita que ia da espinha dorsal composta por forças que hoje compõem o Partido Conservador Nacionalista (PCN), até frações de esquerda não sandinista, como o Partido Socialista (social-democrata), Partido Comunista (linha de Moscou) e os antigos rivais Liberais. Em fevereiro de 1990 o governo em Manágua se realinha com Washington, rendendo-se ao imperialismo.

A conservadora Chamorro foi sucedida por dois liberais do PLC; primeiro com Arnoldo Alemán em 1996 e depois, em novembro de 2001, com Enrique Bolaños. Nas eleições de 2006, 2011 e mais recentemente 2016, ganhou Daniel Ortega, sendo que a vice-presidente, Rosario Murillo, veterana intelectual filiada a FSLN desde 1969, também é a primeira-dama. Desde o primeiro governo Ortega no século XXI que o Estado da Nicarágua é atravessado pelo “sandinismo de Daniel”. A presença política é tanto visual — com os emblemas da Frente pintados em ruas, dezenas de monumentos por municípios e a bandeira do partido ao lado da nacional — como também no controle dos postos-chave. A FSLN foi vitoriosa em 125 municípios, os conservadores do PLC



“A transição do primeiro governo Ortega para o mandato de Violeta Chamorro marcou o período chamado de ‘la pelea’, estando em jogo propriedades coletivas.”

em 11, a Aliança Liberal Nacionalista (ALN) em um e o Cidadão pela Liberdade (CxL) ganha em quatro, mas não leva, sendo impugnadas e destinadas para rivais políticos.

A reforma da Previdência e a revolta popular

No dia 18 de abril o presidente da Nicarágua Daniel Ortega (eleito em 2006, reeleito em 2011 e eleito novamente em 2016) assinou uma medida semelhante à Reforma da Previdência. Esta, diferentemente da brasileira, partiu de exigências vindas de acordos com organismos internacionais, especificamente o FML. A reforma continha o aumento na contribuição de trabalhadores, que passaria de 6,25% para 7%; sendo que os aposentados passariam a ter uma dedução de 5% da sua pensão para cobrir despesas médicas. As empresas também seriam afetadas. A proposta do governo era fazer um aumento progressivo nas contribuições das companhias privadas, dos atuais 19% para 22,2% em 2022. Supostamente, a razão do decreto presidencial seria arrecadar cerca de Usd 254 milhões de dólares e assim resgatar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). E parte da confusa retórica policlassista vinda dos protestos vêm do fato da sobretaxa atingir trabalhadores e empresas.

A revolta popular foi imediata e, ao contrário do que se especula, sendo basicamente autoconvocada. As mesmas bases sociais que foram o berço do sandinismo, como os estudantes universitários de Manágua (concentrados na UNAN), ou redutos históricos como León, Chinandega e em especial o município de Masaya, se levantaram contra esta medida autoritária. Cinco dias e 30 mortos depois, o presidente que usurpa o legado do sandinismo, controla o partido FSLN (e a maior oferta de postos de trabalho no país através de indicações políticas sem concurso), prepara sua esposa e vice-presidente Rosario Murillo como provável sucessora (as próximas eleições seriam em agosto de 2021), reabilita controvertidos contra revolucionários como o criminoso Édén Pastora, alias Comandante Zero (ex-dirigente da Contra na Costa Rica) e não hesita em reprimir de forma ilegal acionando paramilitares, é derrotado.

No dia 22 de abril Ortega recua da decisão e não aplica a “reforma” da Previdência. Mas, a partir desta luta pontual, houve um conjunto de ressentimentos, sensação de bloqueio ao acesso aos recursos públicos e uma confusa sensação de povo traído por um ex-guerrilheiro autotransformado em dirigente máximo, comandando um governo autoritário de base familiar e clientelista. De abril para cá ultrapassam as 400 mortes, mais de 200 desaparecidos e 1200 feridos. Há uma sensação de absoluta insegurança no país. Ao mesmo tempo, em escala latino-americana, o aparelho de propaganda do orteguismo vincula seu governo às tradições sandinistas, o que não corresponde de forma alguma. Passa de uma centena a lista de dirigentes históricos críticos a Daniel, tanto da geração que enfrentou a Somoza por quase vinte anos, quanto o pioneirismo dos anos '80, quando voluntários enfrentaram a Contra nas fronteiras de Honduras e Costa Rica.

O governo de Ortega pode ter perdido legitimidade internacional e há sim a presença parasitária e aproveitadora da oposição à direita, mas as condições de impor a vontade através das forças repressivas de Estado continuam. O legado sandinista se vê manipulado por uma dinastia familiar e o controle dos postos de trabalho; eis a encruzilhada da luta popular nicaraguense. ■

Expediente

Coordenadores do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme (aleme@unisinos.br) e Profª Drª Nádia Barbacovi (nbmenezes@unisinos.br).

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha (blimar@unisinos.br)

IHU IDEIAS

*Um espaço de reflexão interdisciplinar para debater
e avaliar grandes desafios de nossa época*



**A Campanha da Legalidade
e a radicalização do PTB
na década de 1960.
Reflexos no contexto atual**

30 de agosto de 2018

(quinta-feira)

17h30min às 19h

**Prof. Dr. Mário Maestri –
UPF**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Unisinos | Campus São Leopoldo

ihu.unisinos.br



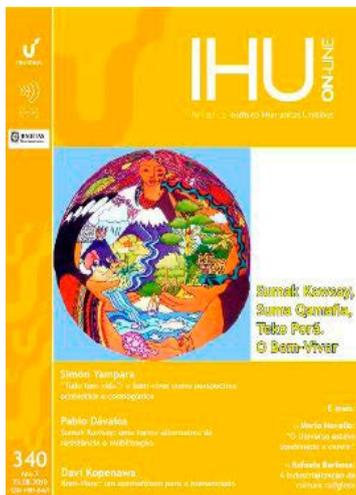
Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores



O genocídio dos povos indígenas. A luta contra a invisibilidade, a indiferença e o aniquilamento

Edição 478 – Ano XV – 30-11-2015

*Em pleno século XXI, mais do que nunca o genocídio dos povos indígenas está em curso. A revista **IHU On-Line** desta semana, ecoando as informações, entrevistas e reportagens publicadas cotidianamente na página eletrônica do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, que reportam a sistemática dizimação dos povos indígenas, especialmente mais intensa no tempo presente, debate o tema com militantes da causa indígena, pesquisadores e pesquisadoras do país e também do exterior.*



Sumak Kawsay, Suma Qamana, Teko Pora. O Bem-Viver

Edição 340 – Ano X – 23-10-2010

Nos últimos anos, diversos países latino-americanos, como Equador e Bolívia, incorporaram, nas suas constituições, o conceito do bem-viver, que nas línguas dos povos originários soa como Sumak Kawsay (quíchua), Suma Qamana (aimará), Teko Porã (guarani). Para alguns sociólogos e pesquisadores temos aí uma das grandes novidades no início do século XXI. A edição desta semana da IHU On-Line, em parceria com escritório brasileiro da Fundação Ética Mundial no Brasil, busca compreender melhor a contribuição específica que trazem os povos originários para a crise civilizacional que vivemos.



Em busca da terra sem males: os territórios indígenas

Edição 257 – Ano IIX – 5-5-2008

O drama que acompanhamos há algum tempo em Roraima, na reserva indígena de Raposa Serra do Sol, inspira o debate da matéria de capa desta semana da revista IHU On-Line. Os conflitos e dilemas culturais das populações indígenas brasileiras são decorrentes de um problema primário: a terra, ou melhor, a falta dela.

4º Ciclo de Estudos

A reinvenção da política no Brasil contemporâneo. *Limites e perspectivas*

04 de setembro de 2018 | Terça-feira

8h50min – Abertura

9h às 11h – O cenário eleitoral brasileiro e a participação das juventudes. Possibilidades e Limites

Profa. Dra. Rosana Pinheiro-Machado – UFSM

11h às 12h35min – Os projetos políticos da eleição brasileira de 2018 e os papéis da esquerda. (Im)previsões e análises

Prof. Dr. Moysés Pinto Neto – ULBRA

14h às 16h – A política do comum e do protótipo. Possíveis alternativas à captura da política e do Estado

Prof. Dr. Henrique Z. Parra – Unifesp

16h15min às 18h – A democracia sem partidos e a partir das muitas e dos muitos. Possibilidades para a reinvenção política

Prof. MS Roberto Rolim Andres – UFMG e Piseagrama

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br

 twitter.com/_ihu  bit.ly/faceihu  bit.ly/instaihu  bit.ly/youtubeihu  medium.com/@_ihu